

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

EDER RENATO DE OLIVEIRA

Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira

Marília

2017

EDER RENATO DE OLIVEIRA

Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do Título Acadêmico de Mestre.

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Lovatto.

MARÍLIA

2017

Oliveira, Eder Renato de.
O48e Entre a reforma e a revolução: O PCB e a Revolução
Brasileira / Eder Renato de Oliveira. – Marília, 2017.
157 f. ; 30 cm.

Orientador: Angélica Lovatto.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 151-157

1. Partido Comunista Brasileiro – 1942-1958. 2.
Socialismo. 3. Democracia - Brasil. I. Título.

CDD 335.4

EDER RENATO DE OLIVEIRA

Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira

Banca Examinadora

Dissertação de Mestrado

Profª. Dra. Angélica Lovatto (Orientadora)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Universidade Estadual de Londrina

Departamento de Ciências Sociais (*área* Ciência Política)

Prof. Dr. Anderson Deo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Marília

2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a todos os que têm me apoiado – objetiva e subjetivamente – minha família: avó (*in Memoriam*), mãe e irmãos.

A muitos amigos que jamais esquecerei e que fazem parte da minha vida – os colegas da “Academia” e os de fora. Não dá para descrever todos aqui, seriam muitos.

Especialmente também à minha orientadora (*amiga*) Angélica Lovatto que esteve sempre presente nessa caminhada de estudos, pesquisas e permanentes indagações que tenho a respeito do Brasil e à ânsia de torna-lo socialista.

A todos os professores dos Departamentos do curso de ciências sociais desta unidade, em especial ao meu grande amigo e professor Marcos Tadeu Del Roio que sempre esteve solícito em dar importantes contribuições metodológicas, bibliográficas e políticas.

Aos trabalhadores desta unidade, em especial aos da Biblioteca, que são fundamentais na qualidade da pesquisa acadêmica.

RESUMO

O objeto deste trabalho é a atuação do PCB – Partido Comunista Brasileiro no recorte temporal de 1942-1958, ou seja, da reorganização do partido em meio ao Estado Novo de Getúlio Vargas até o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Diante do debate historiográfico que a atuação do PCB suscita, a pergunta que norteia nossa pesquisa é a seguinte: teria mesmo o partido buscado aliança tácita com a burguesia nacional? E isto o teria levado a ficar a reboque do trabalhismo? Diante disso, pareceu-nos muito mais a defesa tática da ordem para o fortalecimento da organização partidária do que propriamente uma “aliança”. Daí nossa hipótese de trabalho: a *Teoria da Revolução Brasileira* propugnada pelo PCB oscilou entre posições *reformistas* e *revolucionárias* e não obteve êxito, na prática, para levar adiante uma política autônoma, tanto nas fileiras internas como no seio da classe trabalhadora, ficando, indiretamente, a reboque do trabalhismo desenvolvimentista. Nossa conclusão é a de que, verifica-se, no entanto, que a política de alianças do PCB não era propositadamente de “*reboquismo*”. Os comunistas, ao longo do percurso histórico estudado, tiveram importantes êxitos táticos e lograram proeminência no seio da esquerda brasileira nos anos 1950. Defendemos também nesta pesquisa que a política de alianças dos comunistas teve como mote a via para o socialismo, em que pesem as enormes dificuldades de atuação dos seus membros, principalmente no período de clandestinidade.

Palavras-chave: PCB, Revolução Brasileira, socialismo, democracia.

ABSTRACT

The goal of this work is the PCB's — Brazilian Communist Party — acting in the temporal hiatus of 1942 to 1958, i.e., from the Party's reorganization during the New State of Getúlio Vargas to the XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU). Faced with the historiographical debate that emerges from the PCB's acting, the question that guides our research is as follows: did the Party really intended to achieve a tacit alliance with the national bourgeoisie? And did this, if true, resulted in Party trailing behind Labourism? In light of this, it seemed to us much more a *tactical* defense of the order, to the strengthening of the Party's organization, than strictly an "alliance". From this emerges our hypothesis: that the *Theory of the Brazilian Revolution* put forward by PCB oscillated between *reformist* and *revolutionary* positions, failing to succeed, in practice, at realizing an autonomous policy, both in the internal ranks and in the core of the working class, staying, as result, indirectly trailed behind the developmental Laborism. We verify in our conclusion that, however, the alliances' policy of the PCB wasn't one *intentionally* "traillist". The communists, over the studied historical period, had important tactical victories, achieving prominence inside the Brazilian Left in the 50's. We also defend in this research that the communists' policy of alliances had as *motto* the path to Socialism, a route side by side with the enormous difficulties in the acting of its members, especially when they were forced to go underground.

Keywords: PCB; Brazilian Revolution; Socialism; Democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória

COB – Confederação Operária Brasileira

CTAL – Confederación de los Trabajadores de America Latina

CLT – Consolidação das Lei do trabalho

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Internacional Comunista

LAR – Liga de Ação Revolucionária

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

MUT – Movimento de Unificação dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

POL – Partido Operário Leninista

PR – Partido Republicano

PRP – Partido da Representação Popular

PRT – Partido Rural Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PSD – Partido Social Democrático

PSD – Partido Socialdemocrata da Alemanha

PSP – Partido Social Progressista

PSR – Partido Socialista Revolucionário

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ARQUIVOS

Arquivo *online* Edgard Leurenroth – <http://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital>

Biblioteca *online* do IBGE – <http://biblioteca.ibge.gov.br>

<http://repositorio.unesp.br>

<http://www.scielo.br>

<http://www.teoriaedebate.org.br>

<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval-0>

www.theatromunicipal.rj.gov.br/

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A ATUALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: VICISSITUDES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL	23
1.1 A gênese do PCB: contexto sócio histórico	23
1.2 O PCB na crise do Estado Novo: a <i>Revolução Brasileira</i> dos comunistas na <i>revolução passiva</i> das classes dominantes	37
CAPÍTULO 2 – A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA À REVOLUÇÃO ANTI-IMPERIALISTA	50
2.1. Reorganização: a Revolução Brasileira como política de “União Nacional”	50
2.2. “Abertura”, golpe e sistema partidário.....	69
2.3. O Manifesto de Janeiro (1948): a Revolução Brasileira radicalizada.....	94
CAPÍTULO 3 – METAMORFOSES POLÍTICAS: RUMO À NOVA POLÍTICA (1950-1958).....	109
3.1 O ambiente sociocultural dos anos 50.	109
3.2 A Revolução Brasileira na clandestinidade: do Manifesto de Agosto (1950) ao IV Congresso do PCB: o significado da morte de Vargas e os comunistas.	115
3.3. A Revolução Brasileira diante dos golpistas (1955)	129
3.4 O XX Congresso do PCUS (1956): a Revolução Brasileira em processo de mudança	133
3.5 A Declaração de Março de 1958: modernização da teoria de Revolução Brasileira.....	138
Considerações finais	145
REFERÊNCIAS.....	151
Bibliografia consultada.....	157

“O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder,
a organização.” Vladimir Ilitch Lênin

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a atuação do PCB – Partido Comunista Brasileiro entre 1942 a 1958, a saber, da reorganização do partido em meio ao Estado Novo até a Declaração de Março (1958) do PCB. Considerando o debate historiográfico que a atuação do PCB incute, a problemática que norteia esta investigação coloca-se nos seguintes termos: buscou o partido alianças táticas com setores ditos nacionais da burguesia brasileira?

E isto o teria orientado a ficar a reboque do trabalhismo? Diante disso, pareceu-nos muito mais a defesa tática da ordem para a consolidação da organização partidária do que devidamente uma “aliança”. Daí nossa hipótese de trabalho: a *Teoria da Revolução Brasileira* propugnada pelo PCB oscilou entre posições *reformistas* e *revolucionárias* e não obteve êxito, na prática, para levar adiante uma política autônoma, tanto nas fileiras internas como no seio da classe trabalhadora, ficando, *indiretamente*, a reboque do trabalhismo desenvolvimentista.

A concepção teórico-metodológica que nos guiou neste trabalho encontra-se no campo do pensamento marxista. No entanto, nos preocupamos também em usar uma bibliografia clássica na ciência política, no sentido da discussão do papel dos partidos políticos na história.

O estudo de um partido político como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) leva a diferentes problemáticas no campo das ciências sociais¹. A primeira é posta pelo método adequado para abordar questões pertinentes ao estudo de um partido tido como do “campo das esquerdas” – expressão esta também de difícil apreensão metodológica. Ao que cabe, pelo menos em maior parte, ao escopo do campo de conhecimento da Ciência Política, o PCB como *objeto*, terá maior acolhida.

¹ Referimo-nos aquilo que ficou conhecido, tradicionalmente, como as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política e, em menor monta, a Economia Política.

Por muitos anos, o estudo histórico do fenômeno “*Partido*” ficou relegado ao ofício dos historiadores². O modelo liberal-burguês de Estado, desde o século XIX, traz a novidade da figura do *partido político* como mediação política necessária à ordem burguesa. Em Ciência Política, conceitualmente, os partidos se distinguem de *clubes*, *clientelas*, *facções* e/ou *grupos parlamentares*; ainda que muitos dos membros partidários possam vir dessas organizações.

Mas o partido político não surge da vontade fortuita de seus membros fundadores; ele é produto das grandes *crises históricas*. O partido traz à tona um conjunto de debates, soluções e apontamentos para a sociedade. Para um dos renovadores no estudo dos fenômenos partidários, Serge Berstein, os partidos políticos definem-se, entre outras características, por apresentarem: duração no tempo, extensão no espaço, aspiração ao exercício do poder e consentimento (BERSTEIN, 2003).

Esta formulação impede que se resvale no mero esquematismo de Robert Michels que coloca em evidência a dualidade “ditadura-democracia” vendo no partido apenas estruturas aristocráticas, tanto na origem como nos fins. Impelidos a usar as *massas*, a razão de ser (*a raison d’être*) de um partido seria alcançar o poder (MICHELS, 1982). Em realidade, Michels está pensando o Partido Socialdemocrata da Alemanha (PSD) e seus estudos baseiam-se no *tipo ideal* weberiano: a partir do estudo do PSD, a tradição liberal entende que todos os partidos assim se comportam³.

No entanto, Maurice Duverger, outro teórico liberal, ao pesquisar sobre a questão do partido parece acertar quando categoriza os partidos políticos

² Sobre as relações entre História e Ciência Política: “Se os historiadores renovaram extensamente a história das forças políticas, lançando as bases de uma visão nova das tradições e ideologias políticas, foram contudo os trabalhos dos cientistas políticos que mudaram as perspectivas de abordagem e a natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações. Refletindo sobre a natureza dos partidos políticos e sua função na sociedade política contemporânea, eles levaram os historiadores a se interrogar sobre o significado da existência e o papel dos partidos na pequena fatia histórica que lhes diz respeito, isto é, do fim do século XIX até os dias atuais (BERSTEIN, 2003, p. 60).

³ Nota-se, portanto, que, curiosamente, Robert Michels entende o PSD alemão como o mais democrático dos partidos políticos (BERSTEIN, 2003).

modernos em dois grupos: a) os partidos que nascem no parlamento: tem uma visão eleitoral do processo político – são os mais antigos no processo histórico e; b) os que surgem dos grupos de pressão e o poder partidário advém dos militantes tendo surgido no final do século XIX (DUVERGER, 1980).

Mas o PCB tem seu início estruturado na tradição leninista de partido de vanguarda. É certo que, como diz Michels, busca o poder. Mas a forma pela qual o faz não se limita ao âmbito do parlamento (Duverger afirma que independente se nasceu ou não no parlamento, “os partidos políticos definem-se em relação a ele”).

Na concepção leninista, o *partido*, especificamente o partido revolucionário, deve se conformar como uma força de vanguarda na medida em que desmascara em público as forças políticas da classe dominante. Para Lenin o partido revolucionário deve elevar a consciência das massas, ter iniciativa e energia revolucionárias, fazer a agitação política preservando sua independência política além de se valer dos conflitos espontâneos⁴.

Em relação à Revolução Brasileira – projeto político de estratégias e táticas do PCB para a via socialista no Brasil – o partido não logrou êxito, neste período, em tornar-se efetivamente o representante universal das classes subalternas. Embora tenha levado a cabo um colossal esforço para organizar os trabalhadores, o partido não se constituiu, com efetividade, um *moderno príncipe*, o “mito-príncipe” na condução de estratégias e táticas para tornar-se a expressão da *vontade coletiva* da classe trabalhadora⁵.

Por isso, é razoável afirmar que a Ciência Política renovou os estudos históricos sobre partidos políticos. A História, enquanto disciplina deu grande contribuição ao estudo das forças políticas e às análises das ideologias e tradições políticas. Mas foi, segundo Serge Bernstein, com o avanço das

⁴ A concepção teórica de partido de vanguarda de Lênin está exposta em sua obra “Que Fazer” de 1902. Ver: LENIN, V.I. **Que Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

⁵ El moderno príncipe, el mito-príncipe no puede ser una persona real, un individuo concreto, puede ser solamente un organismo; un elemento de sociedad complejo en el cual ya tiene principio el concretarse de una voluntad colectiva reconocida y afirmada parcialmente en la acción. Este organismo es dado ya por el desarrollo histórico y es el partido político, la primera célula en que se agrupan gérmenes de voluntad colectiva que tienden a hacerse universales y totales (GRAMSCI, 1999, p. 15).

técnicas da Ciência Política, que os historiadores puderam mudar suas análises e abordagens e a “natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações” (BERSTEIN, 2003).

Isto permite avaliar melhor o papel dos partidos no sistema partidário brasileiro, de que fazia parte também o PCB, e sua atuação enquanto partido das classes dominadas.

Nesta perspectiva, os partidos políticos que surgiram são expressões do reagrupamento de forças antes neutralizadas pela ditadura varguista, mas também das sucessivas crises ao final do Estado Novo que, teve seu determinado fim por conta das próprias contradições internas numa conjuntura de guerra externa.

Portanto, este trabalho de dissertação insere-se no campo de estudo que busca contribuir para a História dos Partidos Políticos brasileiros e em especial o PCB (objeto) e suas estratégias para a via do socialismo no Brasil.

Nos anos 1990 poucas foram as obras acadêmicas sobre o PCB e destacam-se quatro: *Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB de Dulce Pandolfi* (1995), um estudo sobre a memória de antigos militantes; a tese de Doutorado intitulada *Partido Comunista, capitalismo e democracia* de Gildo Marçal (1992), que trata das relações dos comunistas com a questão democrática no Brasil; *Sinfonia Inacabada: a política dos Comunistas no Brasil* de Antonio Carlos Mazzeo (1999), um importante ensaio crítico que buscou mostrar a trajetória política dos comunistas brasileiros naquilo que ele chama de “Estado autocrático” desde a fundação em 1922 até a grande crise do partido em 1992; e *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* de Marco Aurélio Santana (2001), importante contribuição ao estudo das relações entre militância e movimento sindical na política do PCB.

A última obra de relevo e tornada pública no mercado editorial foi *Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)* de Frederico José Falcão e que traça o itinerário histórico do partido da reorganização (1942) até 1961.

Sobre o recorte histórico específico a que se propõe esta dissertação, podemos encontrar importantes avanços na pormenorização e apresentação de fontes e documentos do partido nas obras: *Os homens do passo certo – o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil – 1942-1961* de Frederico José Falcão (2012); *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964* de José Antonio Segatto (1995) e; *Aconteceu Longe Demais – a Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB, no período 1950-1964* de Paulo Ribeiro da Cunha (1994), um importante estudo sobre a questão da Revolução Brasileira e as lutas camponesas.

Os comunistas, ao longo do percurso histórico estudado tiveram importantes êxitos táticos e logrou proeminência no seio da esquerda brasileira nos anos 1950. Frisa-se que a política de alianças dos comunistas teve como mote a via para o socialismo em que pese as enormes dificuldades de atuação dos seus membros.

A importância, ainda, de se escrever sobre o PCB neste começo de século XXI, reside no fato, como acertadamente escreveu Christopher Hill – de que a cada geração é preciso *reescrever* a História, pois embora o tempo histórico (o passado) seja irreversível, o presente está em constante mudança⁶. Para o historiador marxista britânico, cada geração lança novas perguntas sobre o passado (HILL, 1987).

No que concerne à estruturação do trabalho: no capítulo I analisaram-se, em linhas gerais, os condicionantes gerais de desenvolvimento da via capitalista no Brasil e a inserção das lutas e formas particulares de organização da classe trabalhadora. Desta forma, foi possível perceber que a gênese do Partido Comunista Brasileiro (PCB) esteve intimamente atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do surgimento e formação do proletariado.

Nota-se também que o anarquismo, em sua variante anarcossindicalista, foi a corrente hegemônica que aglutinou amplos setores e organizações

⁶ Sobre esta visão metodológica acerca da *escrita da história*, ver: HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (p. 32).

proletárias. Embora a ideologia anarquista tenha sido de suma importância para os primeiros desenvolvimentos de *formas particulares* de luta e organização, ela mostrou-se incapaz de levar o nascente proletariado brasileiro a efetivas vitórias contra o Estado liberal-oligárquico. Das contradições internas e externas que emergem entre 1917 e 1922, terá vaga, no Brasil, a fundação do PCB como mais um elemento da *modernidade capitalista* (DEL ROIO, 2007).

Entre 1922 e 1935 o partido, obstinadamente, levou a cabo uma política de Revolução Brasileira, pautada, no que pese seus métodos e sua orientação ideológica, por um misto de desconhecimento da realidade das contradições reais e objetivas orientadas pela ação da Terceira Internacional Comunista aliada ao complexo ideológico tenentista de matiz militarista e pequeno-burguesa. Evidentemente, e não menos importante, este quadro agravava-se com a perseguição política aos militantes do partido.

O revés do *movimento* de 1935 – estratégia e tática de uma leitura desacertada das contradições da formação social brasileira – levaria os comunistas a uma crise de organização que culmina na desestruturação das células partidárias ao longo do período do Estado Novo (1937-1945).

A impertinência de Getúlio Vargas ao partido não só gerou o esfacelamento de qualquer possibilidade de levar adiante um projeto sólido de Revolução Brasileira, mas significou o aniquilamento físico e prisões que, de fato, impossibilitaria ao partido recompor-se com facilidade.

A difícil reestruturação do partido, em meio ao prenúncio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e à repressão aos quadros partidários no período do Estado Novo de Getúlio Vargas e aos desdobramentos de um iminente conflito mundial e ascensão do nazi-fascismo, o movimento comunista internacional teve de se repensar internamente e publicamente.

A entrada dos Estados Unidos da América (EUA)⁷ e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1940-1945, URSS) na Segunda Guerra

⁷ Os EUA entraram na guerra após o ataque surpresa da Força Aérea Japonesa em 7 de dezembro de 1941, no Havaí – Pearl Harbour, destruindo drasticamente

Mundial alteraram as relações dos comunistas com os diversos governos das nações capitalistas.

Disso resulta, também no Brasil, a política de União Nacional (1937-1947) e o início de um difícil processo de reestruturação de uma política para a Revolução Brasileira. Aos poucos diversos grupos comunistas começam a se articular e muitos militantes exilados voltam ao país: rearticulam-se o grupo baiano, o grupo carioca, os liquidacionistas e o grupo paulista.

Venceu a proposta de reorganização do grupo baiano identificado com as ideias políticas de Luiz Carlos Prestes Na Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que hegemonizou o debate dentro da famosa Conferência da Mantiqueira de 1943.

Começa a ser forjada, no Brasil, a política de União Nacional proposta pela CNOP e que marcaria a atuação do PCB em todo o período subsequente. Esta política ainda que pautada pela luta contra os elementos fascistas do Estado Novo, não abdicou de apoiar incondicionalmente o governo Vargas dado que este se opusera contra o Eixo e aliara-se às potências ocidentais e à URSS no combate ao nazi-fascismo.

A configuração da CNOP e de sua política de União Nacional foi um momento importante na reorganização partidária visto que o PCB, agora, desfrutava do prestígio do movimento comunista internacional dado pela abnegada luta soviética contra Hitler.

Assim, o PCB lograria algum respeito nos anos 1945-1947, quando da sua iminente cassação, fruto de uma abertura democrática frágil e com instituições políticas sem uma cultura democrática substancial.

No capítulo II analisaram-se os processos de transição do Estado Novo para a o regime democrático, a legalização e funcionamento do sistema partidário e a inserção do PCB. A atuação do partido pautou-se na defesa do Estado democrático de direito e no equilíbrio democrático.

armamentos e homens das forças estadunidenses. Em menos de 24 horas o Congresso Americano autoriza a guerra contra o Japão levando a uma escalada de guerra sem precedentes na história contemporânea; em três dias Itália e Alemanha declaram-se beligerantes contra os EUA (KARNAL, 2015).

A Revolução Brasileira do PCB mostrou um partido interessado não na via revolucionária radical, de rompimento com o Estado burguês, mas tratou de, pela continuidade da política de União Nacional endossada pela CNOP, fortalecer o regime democrático e institucional pela via das reformas.

No plano internacional terminara a Guerra Mundial. A URSS emerge como a protagonista da vitória e os EUA como a maior potência capitalista. Seguem-se os planos de reestruturação de uma Europa devastada pela Guerra. No Brasil, o mais sintomático é a esperada “reabertura democrática” envolta, paradoxalmente, com um golpe de Estado em 29 de outubro. Vargas é deposto e ocorrem as eleições em 2 de dezembro de 1945.

Assim, com o estabelecimento de um Estado liberal assegurado por uma Constituição relativamente mais democrática que as anteriores, o PCB coloca em prática sua proposta de Revolução Brasileira consubstanciada na ideia de que o ciclo capitalista e democrático não havia se consolidado.

Os comunistas em torno de Prestes tiveram importantes avanços. Não à toa crescera exponencialmente nos anos de 1945-1947. Tivera uma bem acertada política de reorganização partidária e, extensamente, isto foi demonstrado pela força política do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), dos *Comitês Populares* e no êxito eleitoral tanto do executivo como do legislativo.

Portanto, a atuação do PCB entre 1945-1947 foi de colaboração para o parco equilíbrio democrático. Sua estratégia de Revolução Brasileira previa, enquanto estratégia e tática, o desenvolvimento e o fortalecimento do capitalismo e das instituições do Estado burguês. O projeto “revolucionário” (estratégico) do partido tinha como base a democratização⁸ da vida política

⁸ O sentido semântico e teórico-metodológico de *democratização* que se utiliza neste trabalho para o período histórico analisado tem como suporte as análises dos cientistas políticos Juan J. Linz e Alfred Stepan em seus estudos de transição. Assim, a *democratização* supõe o conceito político de *liberalização* e implica na “competição aberta pelo direito de conquista o controle do governo” (STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J., p. 22) em pleitos eleitorais livres. De modo que a *liberalização* pode ocorrer sem que haja, concomitantemente, democratização. Entre 1945-47, no Brasil, houve os dois processos simultaneamente, mas a *liberalização* (a não censura aos organismos da classe trabalhadora como os sindicatos, partidos etc.) foi sendo solapada com a cassação do registro do PCB em maio de 1947 e os ataques à imprensa operária e as

brasileira em todos os âmbitos da sociedade e o desbaratamento dos resquícios fascistas.

No plano eleitoral, tanto para o poder executivo quanto para o legislativo, o PCB conforma-se como uma considerável força política. Nas eleições presidenciais de 1945, o candidato do partido, Yedo Fiúza, teve uma expressiva votação de aproximadamente 10% dos votos válidos. A isto se deve sua forte atuação nos sindicatos, na aliança política com o *varguismo*, mas também à reputação de Prestes que se torna o candidato mais votado, eleito senador com mais de 150 mil votos⁹.

No capítulo III, optou-se por fazer um balanço crítico da atuação do partido num momento de crise nacional e internacional. No plano externo, o mais impactante para a atuação dos partidos comunistas é o acirramento das tensões entre o campo imperialista capitaneado pelos Estados Unidos e a URSS. Marca indelével desses acontecimentos no plano nacional foi a perseguição sofrida pelos comunistas o que resulta na imediata cassação da sigla do PCB e do mandato de seus parlamentares e o rompimento das relações diplomáticas com a URSS. Isto levou o partido a formular uma nova teorização do processo revolucionário que se desencadeia nos famosos manifestos: o de janeiro (1948) e o de agosto (1950) que foi deveras influenciado pela Revolução Chinesa de Mao Zedong¹⁰.

O coroamento das concepções postas no Manifesto de agosto será explicitado nas teses do IV Congresso (1954) que previam a premência de uma revolução de caráter anti-imperialista e agrária tendo como vanguarda uma Frente Democrática de Libertação Nacional de liderança proletária. Contudo, a morte de Getúlio Vargas e o avanças das forças políticas conservadoras em partidos como a União Democrática Nacional (UDN) colocarão o grupo

intervenções em diversos sindicatos pelo governo Dutra. De modo que a democratização ficou apenas no plano formal. Ver: STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁹ NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

¹⁰ Ou também conhecido por Mao Tsé-Tung.

dirigente responsável pelas teses do IV Congresso em crise com a atuação da base partidária e a imprensa do partido.

Outro elemento de crise evidenciou-se pelas tratativas do XX Congresso do PCUS que trazia à tona um impactante “relatório secreto” em que Khutchev denunciava os “crimes” do período de Stálin (1928-1953). Esta crise, apesar da “carta-rolha” de Prestes em abril de 1957 querendo pôr fim às discussões, foi irreversível e levou o PCB a formular uma nova política conhecida como Declaração de março de 1958 que denotou um programa político renovado muito diferente dos manifestos de janeiro e agosto.

A Declaração informava que os atrasos no campo, consequência de relações semifeudais e em contradição com as forças produtivas em desenvolvimento somavam-se às contradições entre “nação” de um lado e “imperialismo” de outro e seus agentes internos. Estas constituíam as “contradições básicas” da sociedade brasileira.

A contradição entre proletariado e burguesia não exigiria, pelo menos, não de imediato, uma solução radical. Assim, o programa da Revolução Brasileira contida nesta nova formulação constaria de que ela seria: a) anti-imperialista; b) antifeudal; c) nacional e; d) democrática.

Ao final deste trabalho apresentamos um conjunto de considerações finais que - acreditamos - correspondem à hipótese aqui defendida.

CAPÍTULO 1 – A ATUALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: VICISSITUDES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL

1.1 A gênese do PCB: contexto sócio histórico

Não se busca nesta dissertação a ambição de uma história totalizante (ainda que não se isente o ponto de vista da *Totalidade* em sentido *dialético*) sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste primeiro *subitem* somente há a pretensão de resgatar as origens históricas do partido em linhas modestas. Observar-se-á que não se analisa aqui a questão da Revolução Brasileira, mas tão somente visa-se apontar os momentos históricos importantes e as formas pelas quais se deram a trama pela qual se enveredou o partido em seus primórdios.

O surgimento do PCB¹¹ está intimamente atrelado ao processo de constituição, formação e desenvolvimento das formas capitalistas desde o fim do século XIX, no Brasil. A expansão das formas capitalistas se traduz no aparecimento de classes sociais fundamentais e antagônicas e, também, num certo desenvolvimento de suas lutas de classes nos centros dinâmicos da economia¹².

¹¹ Analisa-se neste trabalho a trajetória da história política do atual Partido Comunista Brasileiro (PCB) que teve seu registro aceito no Supremo Tribunal Eleitoral (STE) em 09/05/1996 sob a Sigla partidária nº 21. Ademais, em 1922 o atual PCB era denominado *Partido Comunista do Brasil* sob a sigla PCB. No ano de 1961, por motivações políticas e táticas, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro.

¹² Não é interesse neste subitem fundamentar um estudo minucioso sobre a fundação e organização do movimento socialista no Brasil nem mesmo uma história completa da fundação do PCB, mas justamente sistematizar em linhas gerais e de maneira objetiva a dinâmica e as vicissitudes das origens deste movimento. Para uma visão geral e didática sobre o surgimento das ideias socialistas no Brasil ver: KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Um estudo histórico, pioneiro e amplo sobre o PCB, em específico, pode ser verificado em: SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte. Oficina de Livros: 1989.

Opta-se, metodologicamente, nesta investigação, pela concepção marxista de *classe social* da forma que se expressa em suas obras mais significativas. Por isso, a *classe social* é aquela que ocupa, na formação social, uma posição na produção e estabelece uma relação social jurídico-política na detenção dos meios de produção.

Na formação social capitalista, portanto, as classes fundamentais são o *proletariado* e a *burguesia*. Como expôs Friedrich Engels em nota à edição inglesa, de 1888, da obra *Manifesto Comunista*:

Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios da produção social e empregados assalariados. Proletário, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para viver. (MARX; ENGELS, 2010, p. 09.).

O final do século XIX marca o fim da Monarquia no Brasil e a passagem para a forma republicana de governo. Apesar das mudanças no plano jurídico-institucional, são ínfimas as transformações sociais imediatas e conserva-se a concentração fundiária. Neste sentido apontou o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, “A República era uma cômoda ficção, e o país se transformara, realmente, numa ‘modesta fazenda senhorial’, bem ordenada” (SODRÉ, 2004, p. 336).

Evidente, até 1889 o Brasil conserva, no plano econômico, o grande latifúndio agrícola tendo o café como motor da economia. O monopólio da terra e das plantações de café é dirigido pelas “elites agrárias” do Vale do Paraíba e posteriormente por uma nova elite que surge em São Paulo (Centro-oeste paulista), que se vê como a *classe modernizante* (FURTADO, 1968).

Mesmo com a estruturação de um Estado-nação (1822), do fim da escravidão no plano jurídico (1888), na época Republicana (1889) persiste o grande domínio agrícola prevalecendo as relações sociais de dependência com

os chefes locais (coronelismo – ou aquilo que Furtado denomina Oligarquia Feudal). Ou seja, predomina, na visão de Celso Furtado, o atraso.

Com o fim da escravidão, as classes dominantes tomadas por ideais evolucionistas e eugênicos, fruto da impregnação positivista no campo ideológico, vislumbram que há a necessidade de se *resolver* o problema da mão de obra. Opera-se, dessa forma, uma política de imigração europeia largamente financiada pelo Estado para atender às demandas econômicas das elites regionais, ou seja, do capital agrário-exportador (capital mercantil, *originário*).

A antropóloga Giralda Seyferth, num amplo estudo sobre a *Teoria do Branqueamento* (tese segundo a qual, pela *superioridade natural*, a “raça branca” se sobrepujaria à “raça negra” de modo que em pouco mais de um século essa raça deixaria de existir), mostra com bastante acuidade o fenômeno ideológico do surgimento da ciência antropológica em seus primeiros anos no Brasil e sua função como discurso etnocêntrico em relação aos escravos e ex-escravos negros.

A Antropologia surge no contexto histórico do século XIX, período de grande efervescência do pensamento, como justificadora do Imperialismo. Seus primeiros teóricos deram a ela um viés físico e biológico lastreado no *darwinismo social* de Herbert Spencer. Surgia, assim, a *Antropologia biológica*.

No Brasil, antropólogos pioneiros como João Batista de Lacerda seguiam à risca as teorias importadas do Ocidente moderno e reunia em torno de si à época, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, um séquito de pesquisadores sobre o conceito de *raça*. E é imprescindível notar que, principalmente no Brasil, havia por parte da elite intelectualizada e que acabava de sair do regime escravocrata, uma enorme preocupação em mostrar-se frente à Europa como uma *nação* branca, evoluída, civilizada e culta. Estava deste modo justificada a política de imigração europeia (SEYFERTH, 1985).

Nesse processo, a gênese da classe operária brasileira se dá concomitantemente, como assinalou Nelson Werneck Sodré, “sob o peso do regime escravista, cuja extinção recente e tardia, em nosso país, não impedia a

transmissão de sua herança de atraso social e cultural ao proletariado emergente” (SODRÉ, 1984, p. 28).

Em estudo recente de Lilia Moritz Schwarcz, 22% (11 milhões) do total de imigrantes transatlânticos aportaram na América Latina. Desse universo, 38% de italianos, 28% de espanhóis, 11% de portugueses e 3% de franceses. A Argentina foi a que mais absorveu este contingente chegando a receber mais de 10 milhões de europeus.

Para a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, o processo migratório deu-se em diferentes movimentos. Teve uma receptividade no Sul do Brasil onde se fixou um tipo de instalação baseados em pequenos lotes de terra com produção policultora. Mas a grande expansão foi nos cafezais de São Paulo que, até 1900, foi subvencionada em até 80% pela União. (SCHWARCZ, 2015).

O imigrante europeu, devido às flutuações e crises do café, migrava e inchava os grandes centros urbanos, gerando, ao mesmo tempo, falta de mão de obra, nem sempre “qualificada”, e ao mesmo tempo demanda interna. Consigo trazia as ideias socialistas da Europa, formas *particulares* de organização e luta dos trabalhadores. Mas o fato é que, nas duas primeiras décadas do século XX, a maioria desse contingente de trabalhadores da indústria encontrava-se no eixo Rio-São Paulo.

Todavia, é importante ressaltar que no início da industrialização brasileira, o número de trabalhadores na indústria era relativamente baixo se comparado com o total dos trabalhadores em outros setores. Porém, em meio século, o Brasil transita de uma economia de *plantações tropicais* para uma economia *semi-industrial* com acentuado êxodo rural formando duas classes essencialmente urbanas: o proletariado e as camadas médias (FURTADO, 1968).

Soma-se a isto o fato de que a urbanização, a industrialização e o conseqüente aumento demográfico que o Brasil experimentou da Primeira Guerra (1914) até 1930 é resultado, em grande medida, da política econômica do café e suas crises. Política econômica que se expressou na maquinização e

beneficiamento do café e na implantação da estrada de ferro. Estes elementos, beneficiamento e estrada de ferro, reforçaram imensamente a economia de tipo “mercantil-escravista”, mas, dialeticamente, se opuseram “criando condições para a emergência do trabalho assalariado” (MELLO, 1982, 82).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1914 a cidade de São Paulo possuía 449.159 hab. e em 1930 este número praticamente dobra indo para 887.810 hab. e o Distrito Federal (Rio de Janeiro), somava, nestas datas, 1.002.144 e 1.505.144, respectivamente¹³. Esta mesma industrialização acelerará o processo de urbanização dando origem a grupos urbanos bem definidos.

Assim, surgia uma incipiente burguesia proprietária de fábricas têxteis, de cerveja, chapéus, calçados, móveis etc; também os setores médios urbanos e uma classe proletarizada concentrada em grandes bairros operários como o Brás, a Barra Funda e a Mooca na cidade de São Paulo. Na observação de Nelson Werneck Sodré:

Mas, ainda assim, o quadro apresenta alterações importantes que, no fim do período, com a primeira Guerra Mundial, indicarão os seus efeitos e os aprofundarão. O aumento demográfico, a modificação nas relações de trabalho, ascensão na capacidade aquisitiva ligada às fases de euforia na exportação deste ou daquele produto, ou de mais um, vão impulsionar, vagarosamente, o parque manufatureiro cujo crescimento está associado às dificuldades para importar (...) É uma indústria de substituição, que alivia importações, mas passa a ter um papel indispensável no conjunto da economia brasileira (SODRÉ, 2004, p. 339-40).

Não se pretendeu até aqui uma detalhada análise do desenvolvimento capitalista no Brasil. E, de forma genérica, este foi o quadro que se assentou as

¹³ Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2016.

bases do surgimento mais acentuado das relações sociais capitalistas no país, mostrando que as duas primeiras décadas do século XX foram importantes momentos para o início da constituição da indústria e das relações sociais assalariadas.

Por conseguinte, a indústria capitalista traz como elemento necessário o trabalhador não só como indivíduo e ser social¹⁴ (*genérico*) que tem uma *atividade*¹⁵, mas também como sujeito histórico tornando-se *classe em si*. A maneira como se desenvolve o capitalismo e seus processos traz, em sua forma *universal*, contradições postas pelas relações sociais de produção.

Historicamente, a moderna classe trabalhadora (o proletariado) desenvolveu formas *particulares* de organização para negar a sua condição de classe explorada pela *classe burguesa* – detentora juridicamente dos meios de produção. No Brasil, o anarcossindicalismo foi a forma *particular* em que se processou a luta dos trabalhadores nos primeiros anos da Primeira República.

Muitos trabalhadores e intelectuais foram destacados agitadores e propagandistas como Alcibiade Bertolotti e Antônio Piccarollo, que fundou em 1900, o jornal socialista *Avanti!*¹⁶. Para o estudioso dos primeiros anos da ação dos sociais-democratas no Brasil, o professor Evaristo de Moraes Filho, na coletânea História do Marxismo no Brasil: [Piccarollo] “citava Marx e Engels, mas, em verdade, suas ideias permaneceram na esfera do socialismo reformista” (MORAES FILHO, 1991, p. 39).

Outros eminentes difusores das ideias socialistas no Brasil, segundo Leandro Konder, foram Silvério Fontes, o poeta e jornalista Ezequiel de Oliveira Luz que escrevia e enaltecia Marx no jornal *Aurora Social*, o professor rio-

¹⁴ “O indivíduo é o *ser social*” (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

¹⁵ Aqui, opera-se com as categorias de *atividade* e *sociedade* como se dá na concepção expressada por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*: “A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social* (...), isto é, a atividade e a fruição que *imediatamente*, em sociedade efetiva com outros homens, se externam e confirmam (...)”. (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

¹⁶ O *Avanti!* foi lançado em setembro de 1900 em São Paulo e era escrito em italiano; circulou até 1909. (KONDER, 2010).

grandense Vicente de Souza que fora fundador do Centro das Classes Operárias, e os trabalhadores Mariano Garcia e Estevam Estrella. Todos estes foram influenciados pelas ideias social-democratas da Segunda Internacional. Sobre este tema Del Roio coloca importante observação analítica da transversalidade do positivismo nos primórdios do desenvolvimento do ideário socialista no Brasil:

Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz de França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Picarollo), viu-se limitado à difusão das toscas ideias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda. O sempre almejado partido operário socialista nunca passou de uma miragem, que sempre se desvanecia a cada tentativa de organização. A verdade é que, nas condições de acumulação originária do capital então vigentes, não era possível articular senão um esboço de sociedade civil, condição outra, além da existência concreta de uma massa razoável de trabalhadores subsumidos no movimento do capital, para que se formassem um partido operário e um projeto de hegemonia. O socialismo brasileiro viu-se então limitado pelas condições objetivas tanto quanto pelo seu referencial cultural, mas não deixou de ser coetâneo ao reformismo vigente na II Internacional (DEL ROIO, 2007, p. 15).

Em realidade, o desenvolvimento do ideário socialista no Brasil foi fruto, como ficou demonstrada na análise de Del Roio, de um amálgama do já existente complexo ideológico positivista em processo no Brasil com as futuras formulações da Segunda Internacional reformista e positivista, confiante na *objetividade* da história e no desembocar linear e inexorável ao socialismo. E como assegura Del Roio:

Foi precisamente essa a leitura de Marx que, por meio de muitos filtros culturais, viria a transportar-se para o Brasil e, aqui, somar-se ao já existente caudal do positivismo (...). Com este substrato cultural, o movimento socialista brasileiro não

poderia ter significado mais que um desdobramento à esquerda do republicanismo positivista (DEL ROIO, 2007, p. 14-15).

Não obstante, neste primeiro momento de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, foi a corrente *anarcossindicalista*¹⁷ a força organizativa que mais travou o combate com o capital. O anarcossindicalismo, no Brasil, teve sua origem nos círculos operários de imigrantes espanhóis e italianos, sobretudo, devido às questões históricas das lutas nos seus países de origem (MORAES FILHO, 1991). Seus pressupostos táticos calcavam-se em lutas espontâneas e econômico-corporativas (ALVES, 2003).

O destaque da luta e da organização das correntes anarcossindicalista e socialdemocrata foram a convocação do I Congresso Operário Brasileiro (1906) no Rio de Janeiro em que se travou o debate entre as proposições reformistas e anarquistas. Claro, os primeiros partidos de cunho socialista/reformista tinham uma visão bastante difusa daquilo que viria a ser conhecido como *marxismo* pelo fato de que as obras de Marx e Engels não haviam sido publicadas no Brasil. Na pesquisa desenvolvida por Moraes Filho:

Até então nenhum livro de Marx ou Engels havia sido traduzido para o português, daí a impossibilidade do alcance de sua leitura pelos líderes das classes trabalhadoras. A eles se referiam, em geral, os mais letrados, que, pelo menos pudessem ler em francês. Com a proclamação da República, em meio à agitação, surgem os primeiros partidos operários e socialistas no Brasil, mais de cunho reformista do que propriamente revolucionário (MORAES FILHO, 1991, p. 34).

Os reformistas, identificados com a socialdemocracia europeia da Segunda Internacional, tinham no horizonte a luta por intermédio de “um forte partido político” (MORAES FILHO, 1991). Em oposição, os anarquistas

¹⁷ Importante estudo sobre os anarquistas no Brasil durante a Primeira República encontra-se também em (DULLES, 1977).

defendiam a *ação direta* dos trabalhadores e a *greve geral* como meio de luta contra as forças do capital e no estabelecimento da *autogestão social*. Neste I Congresso, a ala anarcossindicalista foi majoritária e lança as bases para a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908, sob a influência dos anarcossindicalistas.

Evidentemente, a COB surgiu da necessidade crescente de uma organização mais eficaz dos trabalhadores. Não era um partido político e congregava oito organizações de trabalhadores do Rio de Janeiro, 22 em São Paulo e uma em Porto Alegre. Segundo o brasilianista e cientista político da Universidade da Califórnia, Ronald H. Chilcote, “À fundação da COB seguiu-se a proliferação de pequenos grupos anarquistas” (CHILCOTE, 1982, p. 52).

Não menos importante de nota foi a tentativa de cooptação deste movimento por setores da burocracia estatal do governo em um suposto IV Congresso Operário Brasileiro naquele ano de 1912 e que visava “nacionalizar” o operário:

Sob os auspícios do poder estatal, reúne-se em novembro, na capital do país, um dito IV Congresso Operário Brasileiro, comparecendo 187 delegados. Encerra seus trabalhos com a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho como partido político e divulgação do programa que compreende a ‘nacionalização do operariado, a luta pela jornada de oito horas, a instrução primária obrigatória, a construção de casas para operários, o incentivo ao alistamento eleitoral dos mesmos, a unificação deles visando reivindicações. Tratava-se de singular congresso ‘operário’, reunido no Palácio Monroe, com todas as facilidades oficiais e oficiosas. No fundo tentativa governamental de constituir organização operária operaria do tipo socialdemocrata, que foi inútil”. (SODRÉ, 1984, p. 34).

Em 1913 teve vez o II Congresso Operário Brasileiro que se organiza como resposta da COB – e, portanto, dos anarquistas – às leis retrógradas tal qual a lei de expulsão aos estrangeiros de 1912, ao IV Congresso Operário

Brasileiro organizado pelo Estado e à carestia que, segundo dados de Edgard Carone, concentrou 10.000 pessoas às ruas no dia 16 de março de 1913 e diversas manifestações no dia 1º de maio em muitos estados – Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas¹⁸.

Ademais, o II Congresso Operário Brasileiro – sob a égide da COB - representou, politicamente, a consolidação e hegemonia do movimento anarquista na política operária.

As manifestações anarcossindicalistas e social-reformistas, enquanto ideias e práticas contrárias à ordem social burguesa no Brasil, foram desenvolvidas num contexto de surgimento da *indústria capitalista* e seu corolário que é a contradição *capital-trabalho*.

Conforme Karl Marx (1818-1883) expôs n’O *Capital*, ao tratar das contradições inerentes da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção no capítulo VIII¹⁹, o caráter *estranho* que o modo de produção capitalista impõe à forma e ao produto do trabalho (a mercadoria) na relação com o trabalhador, o coloca em oposição total com a maquinaria (MARX, 1989).

Dito isto, o quadro das contradições capitalistas no mundo do trabalho brasileiro teve, historicamente, seu paroxismo nas greves operárias de 1917 e 1920 em que os anarcossindicalistas tiveram um importante papel na luta reivindicativa das massas trabalhadoras. Recorda-se ainda, que, entre os anos 1917 e 1920, houve mais de 200 manifestações grevistas no eixo Rio-São Paulo (CARONE, 1982).

Entretanto, as greves de 1917 a 1920, ao mesmo tempo em que demonstraram grande combatividade por parte dos anarquistas, colocou em evidência seus reais limites e se balizaram pela *recusa da política* e extremo

¹⁸ Ver CARONE, Edgard. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

¹⁹ Marx trata neste capítulo o desenvolvimento do sistema fabril, da maquinaria e da grande indústria e examina as contradições entre capital-trabalho manifestada na “luta” entre máquina e trabalhador. Ver (MARX, 1989) subcapítulo 5 intitulado “*Luta entre o trabalhador e a máquina*”.

individualismo (DEL ROIO, 2007). Inserido nessas lutas, estava o militante, jornalista e intelectual orgânico²⁰ da classe operária, Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965).

Rebelde, Astrojildo Pereira²¹ muito cedo se ligou às causas sociais. Durante mais de dez anos (entre 1910 e 1920), Astrojildo manteve uma relação orgânica com as camadas operárias. Já em 1909, o jovem militante lia *A conquista do pão* de Piotr Kropótkin²² e fazia contatos com o jornal anarquista *A Guerra Social*²³. Em 1913, Astrojildo terá decisiva participação no então referido II Congresso Operário defendendo a *ação direta* como meio de luta e a reformulação da imprensa operária com a reestruturação do periódico *A Voz do Trabalhador*²⁴ (MAZZEO, 2014).

Em 1917, sob o impacto da Revolução de Outubro, o movimento operário mundial sentirá o cataclismo que ecoará nos quatro cantos da Terra. No Brasil, as greves de 1917 a 1920 foram, em certa medida, sinais do impacto dessa revolução. Na arguta análise do historiador Nelson Werneck Sodré:

²⁰ A categoria de análise *Intelectual orgânico* foi desenvolvida pelo filósofo e militante italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos seus *Cadernos do Cárcere*. Segundo Gramsci, todos os homens têm possibilidades de se desenvolver como *intelectuais*, conquanto nem todos exerçam essa função, de fato. Assim, os *intelectuais orgânicos* cumprem *uma função organizadora* na classe em que estão inseridos e, não necessariamente, advêm dessa classe. (SECCO, 2002).

²¹ Há substancial bibliografia sobre Astrojildo Pereira. A mais atual e significativa, contendo inúmeras referências, pode ser encontrada em MAZZEO, Antônio Carlos. Astrojildo Pereira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

²² Piotr Kropótkin (1842-1921) é tido pela corrente dos *comunistas anarquistas* como o sucessor do teórico Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876). Para Tom Bottomore: “foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da teoria do comunismo anarquista, de acordo com a qual “tudo pertence a todos” e a distribuição baseia-se exclusivamente nas necessidades. Em seu ensaio *L’État, son rôle historique*, publicado em francês em 1906, Kropotkin realizou uma análise penetrante da *bête-noire* dos anarquistas” (BOTTOMORE, 2012, p. 29).

²³ Sobre o jornal *A Guerra Social*, consultar o acervo *online* do Arquivo Edgard Leurenroth em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital>.

²⁴ Jornal fundado por anarquistas da COB (1908). Ver também: TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil da Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945): as esquerdas no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

O movimento operário que, no Brasil, vinha crescendo com ritmo cada vez mais forte, aos influxos dos efeitos da Guerra Mundial, no exterior, e do desenvolvimento das relações capitalistas, no interior, recebeu novo impulso, qualitativamente diferente, como o triunfo, na Rússia, da Revolução de Outubro. Para o proletariado de todo o mundo, começava uma nova fase histórica; para o do Brasil, abria-se também etapa nova [...] Desde logo, a corrente socialista começaria, aqui, a ganhar força; a corrente anarquista iniciaria o seu prolongado declínio (SODRÉ, 1984, p. 38-39).

É nítido que, já neste momento, Astrojildo Pereira fazendo a leitura da realidade e do forte impacto da Revolução Russa, perceberá os limites de ação do ideário anarquista na luta contra o Estado liberal-oligárquico e a nascente burguesia brasileira. Tanto que Astrojildo Pereira, juntamente com outros líderes do movimento anarquista, procurará articular um partido comunista de orientação anarquista que teve, aliás, curtíssima duração (DEL ROIO, 2007).

Em 1921 consolida-se, no Sul do país, e sob a influência de militantes argentinos e uruguaios, o *Grupo Comunista de Porto Alegre* que fora legatário, na verdade, da União Maximalista organizada anteriormente por um militante libanês, Abílio de Nequete.

Em seguida, outros grupos – como em Santos e Rio de Janeiro – vão formar diversos grupos comunistas no qual o jovem militante Astrojildo Pereira cerrou fileiras. Segundo Del Roio, o movimento de formação destes grupos comunistas deu origem à fundação nacional do Partido Comunista Brasileiro (DEL ROIO, 2007).

O PCB foi fundado em 25 de março, em Niterói, Rio de Janeiro, por nove militantes representando 73 membros de diversos organismos de atuação no movimento operário. A votação se encaminhou e escolheu a Comissão Central Executiva (CCE): Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Cruz Jr., Antônio Canelas e Luiz Peres (RODRIGUES, 1997).

A fundação do PCB ocorre em clima de intensa mudança na base e na superestrutura da sociedade brasileira. Há um incremento industrial e uma nascente classe operária, setores médios urbanos conformando, ainda que incompleta, uma amorfa sociedade civil com seus *aparelhos privados de hegemonia*.

O Brasil *velho* confronta-se com o Brasil *novo* na Semana de Arte Moderna no “*Theatro Municipal de São Paulo*”, e os setores médios urbanos expressam toda sua indignação com o Estado liberal das oligarquias, manifestando-se violentamente com a histórica Revolta do Forte de Copacabana expressada por intermédio do movimento *tenentista*. Isto se deu no bojo da emergência da modernidade no Brasil, como assevera Del Roio:

(...) o PCB aparece como elemento constitutivo fundamental da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao marxismo refundado na práxis estatuída pela revolução popular socialista no Oriente russo e na Europa Centro-Oriental (DEL ROIO, 2007, p. 25).

Como vimos a passagem da Monarquia à República significou um novo momento na história brasileira. Conserva-se o grande latifúndio e a concentração da terra. Com o fim do escravismo, o problema da mão de obra é equacionado tendo o Estado como agente promotor de uma política de imigração com substrato ideológico na *Teoria do branqueamento*. Tanto no campo como na cidade as relações sociais capitalistas se avultam em torno da política de valorização do café e o Brasil transita em menos de cinco décadas de uma economia de produtos tropicais para uma economia semi-industrial.

Neste processo forma-se o proletariado urbano concentrado no eixo do Sudeste. Suas primeiras manifestações reivindicatórias encontram eco no socialismo reformista e no movimento anarcossindicalista que hegemonizou as

lutas operárias desde a fundação da COB em 1908 até as grandes greves operárias do período 1917-1920.

1.2 O PCB na crise do Estado Novo: a *Revolução Brasileira* dos comunistas na *revolução passiva* das classes dominantes

Os partidos políticos surgem em momentos de crise histórica aguda como sugere Serge Berstein (BERSTEIN, 2003). Seguindo as intuições metodológicas de Berstein, é notório que o PCB nasce de uma profunda crise no seio do Estado liberal-oligárquico da Primeira República (1889-1930); mas também das contradições postas pela Revolução Russa, que significou um duro golpe ao imperialismo e gerou uma profunda cisão no movimento comunista internacional como vimos anteriormente.

Em 1922, o Brasil estava em ebulição política, econômica e social. A questão operária era “caso de polícia” e as camadas médias urbanas clamavam por mais participação pela via do tenentismo: “era o alvorecer da modernidade (...) transição cidade/campo, desenvolvimento das forças produtivas, surgimento das massas operárias, acirramento das contradições entre as duas classes fundamentais do capitalismo (burguesia e proletariado)” (OLIVEIRA, 2013, p. 01).

O movimento de 3 de outubro de 1930, que começa no Sul do país, iniciado por um amplo movimento militar e que culmina com a destituição do presidente Washington Luís em 24 de outubro, inviabilizando Júlio Prestes de ser empossado, dava início à Era Vargas (1930-1945).

Em realidade, o fato histórico em questão é um fenômeno aparente de um amplo processo sócio histórico que Antonio Gramsci (1891-1937) caracterizou como *revolução passiva* e que, na mesma avaliação, Nelson Werneck Sodré chamou de “mais uma etapa da revolução burguesa aqui” (SODRÉ, 1984, p. 109).

Para Nelson Werneck Sodré, o Estado Novo (1937-1945) define-se, no que tange à política operária, em conquistar os trabalhadores dando-lhes benesses materiais, oferecendo-lhes “direitos econômicos” ao passo que retirava direitos políticos. Um regime de apologia à “paz social” (*harmonia social durkheimiana* de caráter *positivista*) na “intenção de negar a luta de

classes, mas tudo sob o comando da burguesia, que teria a classe operária como tutelada” (SODRÉ, 1984, p. 110).

Se se pode caracterizar o período de Vargas, e do ponto de vista da *luta de classes* no Brasil, ele foi o momento em que, a burguesia, para modernizar-se e lançar-se à aventura política de constituição de um *bloco histórico*, buscou apoio na intervenção (no caso do Brasil, militar) para amparar um projeto de organização do mercado de trabalho pela estrutura corporativa dos sindicatos e na criação, pela lei, do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho. Ademais, fazendo concessões aos setores subalternizados – que no Brasil – limitou-se aos trabalhadores urbanos. Para Gramsci:

(...) ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. (GRAMSCI, 2006, p. 299).

Segundo Del Roio, o percurso da revolução burguesa no Brasil pode ser compreendido a partir da análise *gramsciana* de *revolução passiva*, isto é, o movimento histórico em que as forças sociais subalternas são exíguas para instituir um novo poder, conquanto alcancem capacidade de constrição e pressão sobre as classes no poder. Del Roio ainda define revolução burguesa como um momento e um processo histórico em que há a generalização das

relações sociais de exploração constituídas na acumulação do capital industrial²⁵.

A revolução passiva serve – como *categoria* – na medida em que tem notável capacidade explicativa para interpretar o processo e o desenvolvimento das formas que assumiu a Revolução Brasileira.

As classes sociais envolvidas no desenvolvimento histórico brasileiro, e que chegam até 1930, são representadas de um lado pela burguesia agrário-exportadora e pela nascente classe burguesa industrial, pelos setores médios urbanos e, de outro, pelos setores subalternos da sociedade civil – a classe operária (minoritária) e pela imensa massa de camponeses vivendo, em sua maioria, em condições de miséria e opressão pela classe senhorial. Em Gramsci:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRASMCI, 2002, p. 317).

Portanto, o entendimento do processo de Revolução Brasileira nesta investigação, se dá por caracterizar que 1) a revolução ocorre em *longa duração* histórica; 2) assim como na Itália de Gramsci, a burguesia brasileira não conseguiu colocar sua hegemonia sobre a burguesia agrária, mas acabou se ligando ao capital do complexo cafeeiro, limitando a *ação* de sua fração

²⁵ A tese que vem sendo razoavelmente defendida por Del Roio é a de que “A revolução burguesa no Brasil, segundo esse entendimento, cobre um período de meio século, que transcorre do final dos anos 20 até o final dos anos 70”. Ver: DEL ROIO, Marcos. *A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo*. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil**. V. IV. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

americanista; 3) A classe subalterna, não podendo impor seu projeto hegemônico, porque insuficientemente organizada, fez pressão na instituição de direitos outrora negados.

Este é o quadro analítico para analisar o processo de formulação tático-estratégico em que o PCB se propôs como partido da classe operária, formular uma teoria de Revolução Brasileira para a via socialista no quadro de uma revolução passiva em curso o que denotava em imensas dificuldades para a organização.

As vicissitudes do partido eram enormes, pois era necessário, dentro do processo real de *revolução passiva* em curso, propor outra *analítica* para, no movimento da *práxis revolucionária*, mudar o curso da história. Era preciso operar organicamente *teoria e prática* (a *práxis*), tática e estratégia numa formação social pouco conhecida pelos comunistas brasileiros.

A primeira tentativa do PCB de formulação de uma fundamentação histórica para o processo de desenvolvimento e do caráter propriamente dito da Revolução Brasileira se deu com a publicação de Octávio Brandão, em 1924, da obra *Agrarismo e Industrialismo* – “que foi a primeira interpretação da realidade brasileira feita em nome do marxismo-leninismo” (KONDER, 2010, p. 50).

A caracterização que o partido fazia da Revolução Brasileira era a de que o Brasil era um país de dimensões continentais estruturado no grande latifúndio mantido à base de relações de exploração semifeudal dos camponeses: “definia-se pela primeira vez o caráter da revolução como antifeudal e antiimperialista, formula que teria grande fortuna nas décadas seguintes” (DEL ROIO, 1990, p. 271). Ainda seguindo o raciocínio de Del Roio em outra obra:

Um grupo dirigente revolucionário se forma na medida em que se apropria de um cabedal teórico, que se acopla a um movimento de conformação do proletariado em classe social e partido político. Esse cabedal teórico é essencial para que se

proceda à leitura crítica da realidade que se quer transformar, a qual, no entanto, se delineia somente em meio à luta sociocultural, estabelecendo relações de aliança e de antagonismo. O primeiro esforço teórico de compreensão da formação social brasileira pelas lentes do marxismo foi a obra de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo (...)* (DEL ROIO, 2007, p. 30).

Em outras palavras, o PCB já dava sinais de ter alçado a capacidade de, por intermédio de seu grupo dirigente original, esboçar uma teoria da Revolução Brasileira que tergiversava um programa que pressupunha que, no seio da crise do Estado liberal-oligárquico, fazia-se necessário a aliança dos setores médios urbanos e a classe operária.

Dito isto, e no que se refere aos problemas de organização partidária, no III Congresso do PCB realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929 na cidade de Niterói, o partido repudia a formulação de Revolução Brasileira contidas nas elaborações do núcleo dirigente original colocando Astrojildo Pereira e Octávio Brandão no completo ostracismo político.

Em realidade, as causas dessas ações podem ser verificadas nas medidas intervencionistas da Terceira Internacional Comunista (IC). É o começo de uma cultura política que ficou identificada como *obreirismo*²⁶, consequência de uma intensa “proletarização do partido” (MAZZEO, 1999).

O obreirismo radical ultra esquerdista tem início a partir das orientações do secretariado latino-americano, a partir de 1930, e que teve como produto o afastamento de importantes quadros dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. O obreirismo durou de 1929 a 1934 e tinha no operário pobre sua caricatura exemplar de militante profissional.

O ponto alto foi em 1932 quando o PCB esteve sob a direção de Fernando Lacerda. Este grupo fazia a denúncia do *prestismo* – tachado de

²⁶ Para uma análise estritamente sociológica (composição social, estrutura etária, biografias de dirigentes, relações pessoais de poder / "status", etc.) sobre o PCB: ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In, História geral da civilização brasileira. t.3, v.3. O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930-1964). Sob a direção de Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

tenentista pequeno-burguês – e também da Liga de Ação Revolucionária (LAR), fundada por Prestes, Aristide Lobo e Silo Meireles em julho de 1930, em Buenos Aires.

Está claro que as mudanças na composição e estrutura partidária, ocasionou numa outra concepção de Revolução Brasileira no interior do partido e outras formas táticas e estratégicas de atuar na realidade. Mas, posteriormente, a IC colocava Luiz Carlos Prestes, de matriz ideológica *tenentista-positivista*, como secretário-geral do PCB, em 1934.

Segundo Del Roio, “forjou-se uma particular cultura política de esquerda” e que “a visão de revolução prospectada por esta tendência” formulou a projeção de um Estado nacional robusto “capaz de agir no combate à miséria e ao atraso cultural”, demandas defendidas tanto pelo positivismo e stalinismo (DEL ROIO, 2007, p. 88).

Prestes trouxe consigo a ideologia tenentista de conotação positivista que teve consequências nefastas para o funcionamento das atividades do partido, posteriormente, com o *putch* de 1935; um erro de análise da realidade concreta da situação concreta – como diria Lênin – pois não se levou em conta as *condições subjetivas* e o nível de organização e consciência das massas operárias que não tinham, até aquele momento, uma ligação orgânica com o partido, mesmo levando em conta os esforços da Aliança Nacional Libertadora (ANL)²⁷.

Balizando estas questões, Leandro Konder coloca:

Em 5 de julho de 1935, Prestes, que voltava de uma temporada de três anos na União Soviética, publicou uma Carta Aberta sobre a ANL e a situação nacional, dizendo: “Para a ANL precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam seus programas, sob a única condição de que queiram realmente lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o

²⁷ A ANL precede a política de União Nacional ainda que esteja no mesmo processo.

imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos”. (KONDER, 1980, p. 45).

A ANL conformou-se no Brasil a exemplo das Frentes Populares na Europa da década de 1930 na luta contra os elementos fascistas e nazistas. A relação política entre o PCB e a ANL são complexas e polêmicas. Buscando compreender este fenômeno a historiadora Marly Vianna sustenta que o partido só aderiu – com muitas desconfianças²⁸ – à ANL pelo prestígio que Prestes tinha dentro da organização e pela adesão em massa dos militares de esquerda já dentro do partido e que seguiram Prestes.

A partir de abril, maio e junho de 1935, Prestes passa a defender um governo de libertação nacional por intermédio de uma revolução agrária e anti-imperialista e no combate aos elementos da AIB (Ação Integralista Brasileira). Claro que o PCB não abandona da ideia de estruturação de sovietes. Taticamente a ANL poderia servir como instrumento político para a etapa de uma verdadeira revolução burguesa e:

Apesar da questão do poder e dos meios para atingi-lo não estar colocada, as duas principais forças da ANL – os tenentes de esquerda e o PCB – viam na luta armada o caminho para a efetivação de sua política. Os tenentes não abandonaram a ideia de serem as forças armadas a vanguarda revolucionária do país, e os comunistas, por sua vez, trabalhavam com uma visão idealizada e fantasiosa a respeito da ‘luta armada das grandes massas’ para a tomada do poder. Desde a fundação da ANL, a união dos tenentes com o PCB indicava o caminho conspirativo que a aliança manteve sempre e que se fortaleceu com o seu fechamento. A chegada de Prestes ao Brasil, aclamado como presidente de honra da ANL selou, implicitamente, a aliança entre tenentes e comunistas, cuja unidade Prestes expressava (VIANA, 2003, p. 38).

²⁸ “Mesmo depois que passou a trabalhar dentro da ANL, o partido não escondia suas restrições à organização, chegando a alertar que ‘as inclinações direitistas’ dentro dela tendiam a influir negativamente no partido” (VIANNA, 2003, p. 47).

Em julho de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, diante do ascenso do nazi-fascismo, os partidos comunistas de todo o mundo foram orientados à aproximação com os sociais-democratas. Destaque para o dirigente búlgaro da IC, Georgi Dimitrov que enfatizou a necessidade de uma Frente Antifascista em todos os países que tinham partido comunista. A luta deveria caracterizar-se pelo embate no âmbito do parlamento e pelo respeito ao constitucionalismo burguês (HOBSBAWM, 2010).

Em 1936, o PCB iria sofrer outros dois abalos dramáticos: a prisão de Prestes e a deportação para a Alemanha nazista de Olga Benário. Prestes e sua companheira Olga foram presos em março e o Estado coloca em prática a Lei de Segurança Nacional de 1936. Olga é deportada no ano seguinte e morre nos campos de concentração nazista²⁹.

Em suma, começa uma política de “caça às bruxas” que tem seu coroamento no Plano Cohen, uma falsa confabulação dirigida por políticos anticomunistas para incriminar e desestabilizar o já fraco PCB. Vargas teria caminho aberto, agora, para traçar um plano mais ambicioso: criar o Estado Novo (1937-1945).

Segundo Boris Fausto, o Plano Cohen de setembro de 1937, do ponto de vista da historiografia, possui ainda muitos pontos obscuros de quem realmente teria sido o redator. O certo é que participaram da trama o capitão

²⁹ Em entrevista que deu base ao livro *Prestes: Lutas e Autocríticas* de Dênis de Moraes e Francisco Viana, Prestes conta emocionado: “– Olga saiu do Brasil em setembro de 36. Na véspera dela partir, recebi na cadeia uma ordem escrita para assinar uma autorização liberando alguns dólares que a polícia apreendera em nossa casa. Na Casa de Detenção, as companheiras fizeram tudo para evitar que Olga saísse. Tanto que a polícia só conseguiu tirar ela de lá numa ambulância, acompanhada por alguns companheiros. Explicaram que ela seria removida para outro local porque estava grávida e precisava de melhores acomodações. Ninguém acreditou. Desconfiavam que ela seria mandada para a Alemanha – estavam certos. No meio do caminho, os companheiros que viajavam com Olga na ambulância foram obrigados, à força, a voltar. E ela seguiu sozinha. Foi parar na prisão de Barnimstrasse, onde nasceu minha filha Anita. Mais tarde foi transferida para o campo de concentração de Revensbruck, em Ferstenberg. De lá, ela saiu para ser assassinada num outro campo de concentração, juntamente com mais 200 mulheres, todas assassinadas na câmara de gás”. Ver (MORAES, Dênis; VIANA, Francisco, 1982, p.84-85).

integralista Olímpio Mourão Filho, os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, e o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. (FAUSTO, 2015).

Claro está que entre 1938 e 1942, o PCB, praticamente, não existe mais enquanto partido organizado e estruturado. Embora o “setor civil” do partido de 1938 até 1940 não ter sofrido prisões significativas, os membros militares – tenentistas – foram presos em sua maioria como apontou Gregório Bezerra em suas memórias³⁰.

Nem mesmo, anteriormente, nos piores anos de clandestinidade, os comunistas haviam sofrido tamanho acinte como agora no período do Estado Novo. E como atestou o militante Moisés Vinhas, em 1939 o PCB havia fenecido diante da política ditatorial de Vargas; todo seu núcleo dirigente havia sucumbido em São Paulo (VINHAS, 1982).

Também significativo foi que no ano de 1938 se organiza no Brasil o *Partido Operário Leninista* que, juntamente com o *Partido Socialista Revolucionário* PSR, fração trotskista saída do PCB em 1937 e que queria apoiar a candidatura de José Américo de Almeida, vão se filiar a recente fundada *Quarta Internacional*.

Enquanto Vargas prosseguia sua política *estadonovista*³¹, a Europa começava a viver o pesadelo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em

³⁰ Ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. História geral da civilização brasileira, v. 3, p. 1930-1964, 1981, pp. 401.

³¹ O período compreendido entre 1937 e 1945, ficou conhecido como Estado Novo na historiografia. A política do Estado Novo pode ser caracterizada, em linhas gerais como: **a)** no aspecto sócio-político: um estado ditatorial pautado no cerceamento das liberdades individuais, das liberdades de imprensa e no controle – ainda que no caso brasileiro não tenha sido tão forte – *ideológico* das instituições da sociedade civil, como mostra o artigo 15º da Constituição de 1937, “As empresas de publicidade ficam obrigadas a registrar nas Chefaturas de Polícia do Distrito Federal, dos Estados ou do Território do Acre, conforme a sua sede, dentro de 30 dias, a contar do início da publicação, os nomes, nacionalidades e residências de todos os diretores, redatores, empregados e operários, bem como comunicar à mesma autoridade, dentro de oito dias, qualquer alteração do pessoal”. (*Lex*, Legislação federal, 1938 *apud* CARONE, 1976, p. 45) e; **b)** no âmbito econômico: uma política industrialista baseada na ideologia desenvolvimentista tendo o Estado como promotor e agenciador e; uma política trabalhista consubstanciada na unidade sindical (*corporativismo*). Isto pode ser visto, também, numa recomendação do Congresso Brasileiro da Indústria de 1944

1939, as armas nazistas, numa clara demonstração de força e apostando na *blitzkrieg*, invadem a Polônia: era o início de uma longa batalha que se disseminou por todos os oceanos e teve o holofote central nos palcos europeus.

Ao estudar o período da guerra e o do Estado Novo, Roberto Gambini, defende a tese de que Getúlio Vargas soube aproveitar o conflito mundial na ânsia de promover o desenvolvimento industrial no Brasil e favorecer o *Departamento I* da economia (bens de produção), no sentido de criar uma burguesia e um capitalismo autônomo.

Vargas, segundo Gambini em seu livro *O duplo jogo de Getúlio Vargas*, explorou a *política de investimentos* dos Estados Unidos (EUA), dado que a Europa (na verdade, os bancos ingleses), em guerra, não podia prover os empréstimos para sua política desenvolvimentista. Dessa forma, os Estados Unidos garantiram importantes recursos para marcar sua influência geoestratégica em detrimento da Alemanha nazista. Para Gambini:

A instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda também foi financiada pelo Banco de Exportação e Importação através da concessão de um crédito especial (cobrindo 50% de seu custo total inicial) pelo qual os materiais, os equipamentos e a tecnologia seriam supridos pelos Estados Unidos. A requisição brasileira de crédito recebeu alta prioridade porque, na mesma ocasião, a Alemanha demonstrou-se decidida a financiar o projeto inteiro. Para os Estados Unidos, portanto, financiar Volta Redonda impunha-se como um passo necessário na política de anular a influência alemã no Brasil (GAMBINI, 1977, p. 125).

O ataque japonês à base militar americana em Pearl Harbor³² em dezembro de 1941, forneceu elementos para mudanças cruciais no curso da

“Que se intensifique, mediante uma definida política industrial, a industrialização do País, já iniciada sob tão favoráveis auspícios” (*apud* CARONE, 1976, p. 329).

³² Os EUA controlavam as Filipinas e diversas ilhas do Oceano Pacífico o que levou à guerra imperialista entre Japão, que vinha construindo uma agressiva política

guerra imperialista e da política externa varguista. Getúlio foi obrigado a se decidir. Mas antes, em carta ao subsecretário de Estado Sumner Welles (EUA) em 18 de janeiro de 1942, o chefe do Estado Novo asseverou que o Brasil não podia ser considerado pelos EUA como uma nação fraca como os países da América Central.

Ademais, segundo essa carta, o Brasil necessitaria de empréstimos do *Banco de Exportação e Importação*. Getúlio conseguiu o crédito, entrou na guerra ao lado dos EUA e permitiu a presença americana nas “regiões do Nordeste, cuja defesa é vital tanto para o Estados Unidos como para o Brasil” (*apud*, GAMBINI, 1977, p. 139).

Na mesma carta, Getúlio fazia chantagens à Welles, dando a entender uma reaproximação com a Alemanha: “Como todos os exércitos, o Alto Comando Brasileiro não está muito entusiasmado com a ideia de entrar na guerra, desprovido dos elementos básicos de defesa. Se os militares brasileiros não receberem prontamente as garantias necessárias e se não puderem ver com seus próprios olhos alguma evidência concreta de que o auxílio virá, ter-se-á criado exatamente o tipo de situação mais favorável aos nazistas” (*apud* GAMBINI, 1977, p. 139).

O período de 1930 a 1940 trouxe intensas modificações no Brasil e no mundo. Aqui se desenvolvia uma revolução do tipo *passiva*, em que os setores dominantes definiram novas estratégias de dominação de classe tendo como suporte o *corporativismo* de Getúlio Vargas e o aumento da presença norte-americana na economia. Foi o tempo do Estado nacional forte consubstanciado na estrutura do Estado Novo. O partido, nessa empreitada, na ânsia de colocar um projeto de Revolução Brasileira, malogrou em 1935. Este malogro na interpretação de Del Roio é colocado como uma insuficiência e de ação prática nas classes subalternas:

imperialista no Pacífico, e EUA. Entre os anos 1940 e 1941, a diplomacia americana não obteve êxitos e o Japão lançou-se a ofensiva à Pearl Harbor, destruindo drasticamente a frota dos EUA no Havaí. Em menos de 24 horas o Congresso Americano aprovou a guerra contra o Japão. Itália e Alemanha, aliados japoneses, declararam guerra aos EUA. (KARNAL, 2015).

A derrota da ANL serviu apenas para constatar – como diria Gramsci – a insuficiência das forças antagônicas, que não conseguiram dotar as classes subalternas de uma intelectualidade orgânica e materializar uma hegemonia, embora seja perceptível a atração exercida pela organização de frente popular entre os intelectuais antifascistas, emersos de um ambiente cultural permeado pelo positivismo (DEL ROIO, 2007, p. 69).

Na esteira destes acontecimentos, o fascismo europeu gestava a guerra imperialista. A URSS já uma potência e núcleo do movimento comunista internacional, influenciava sobremaneira os partidos comunistas em todo o mundo sob a política do *stalinismo*. A partir de 1934 a IC começa a mudar sua política tática e coordena-se com as Frentes populares. No Brasil, o resultado foi a ANL. Prestes, agora o líder do partido, ainda que vacilante sobre a situação objetiva da realidade nacional apoia decisivamente o movimento de 1935³³.

Oportunamente, Getúlio Vargas – representante máximo do capital industrial, mas também agrário, e sua bem montada burocracia política e policial, irá desferir os golpes finais num partido já frágil pela ilegalidade, perseguição e repressão dos *aparelhos repressivos de Estado*. A antessala é a Lei de Segurança Nacional; o coroamento é o golpe de Estado em 10 de novembro de 1937. Como dispositivo da revolução passiva em curso, instala-se o *Estado corporativo* e a *unidade sindical* com o controle do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

³³ O Levante de 1935 foi muito debatido na historiografia brasileira. Em geral costuma-se creditar às influências de Moscou a decisão pela via armada. Interessante relato em oposição a essa leitura é dada por Prestes em entrevista: “Aliás, em torno de 35 há uma mentira que precisa ser esclarecida. A história oficial diz que Moscou determinou o levante. Não é verdade. É uma mentira. Nosso partido concluiu que havia condições para chegar ao poder, particularmente porque a ANL gozava de grande prestígio e foi colocada arbitrariamente na ilegalidade por Getúlio” (MORAES; VIANA, 1982, p. 70). Ver: VIANNA, M. de A. G. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

A repressão policial atinge sindicatos, agremiações e partidos. O PCB e sua direção são perseguidos e dispersados; sem comunicação entre si, os militantes vão amargar até a mudança nos rumos da guerra com a entrada dos EUA, URSS e, conseqüente declaração de guerra ao Eixo por parte de Vargas ao lado dos aliados.

A situação internacional mudara completamente. No início de 1942, os EUA começam a empreender uma das mais notáveis demonstrações de força³⁴ contra a máquina de guerra do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Este fato terá conseqüências na política pecebista e na reestruturação do partido em bases nacionais com a política de União Nacional. O partido crescerá exponencialmente e se tornará um partido de massas tendo um papel importante na redemocratização do país.

³⁴ Segundo o especialista em História dos Estados Unidos, Leandro Karnal, no período que vai de 1941 a 1945, os EUA expendeu US\$ 321 bilhões, duas vezes mais do que gastou nos últimos 150 anos e mais de dez vezes o valor desembolsado com a Primeira Guerra (KARNAL, 2015).

CAPÍTULO 2 – A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-BURGUESA À REVOLUÇÃO ANTI-IMPERIALISTA

2.1. Reorganização: a Revolução Brasileira como política de “União Nacional”

A política de União Nacional foi um desdobramento das mudanças de orientação resultado do VII Congresso da Internacional Comunista (IC). A leitura da IC evidencia que naquela conjuntura entre os anos de 1935-38 o fascismo e o militarismo japonês constituíam-se em inimigos principais. Ou seja, o campo capitalista não podia ser colocado numa mesma esfera e era preciso identificar que os Estados Imperialistas dividiam-se em “pacíficos” (EUA, Inglaterra e França) e os Estados imperialistas “adeptos da guerra”.

Segundo essa nova orientação da IC seria preciso reestruturar a política de alianças. Aqueles outrora considerados inimigos – os sociais-democratas, reformistas, burguesias nacionais, etc – são agora potenciais aliadas diante da escalada que o fascismo adquiria em nível mundial. O exemplo exordial colocase na Espanha na luta contra os elementos fascistas no período de Guerra Civil (1936-39) em que comunistas, anarquistas e socialistas maximalistas travam uma das mais impressionantes lutas na defesa de uma revolução “libertário-comunista” (SPRIANO, 1987).

Momento crucial de revisão teórica em meio a estes graves eventos no continente europeu, a IC revê a ideia de “tempo” da revolução democrática e “tempo” da revolução socialista e prevê a aliança tática com grupos antifascistas. Segundo Paolo Spriano:

Embora persistam cautelas e desconfianças recíprocas, a unidade de ação entre socialistas e comunistas avança até o

ponto de se perceber o objetivo de uma possível reunificação, que ponha remédio à cisão do primeiro pós-guerra. Mas o dado determinante vai além desta convergência dos partidos. É oferecido por um fenômeno geral que permeia a frente popular como movimento, pelo enraizamento de um espírito antifascista (SPRIANO, 1987, p. 156).

E prossegue:

Em outros termos, vai se construindo um patrimônio de convicções, de sentimentos, de luta de massa, de convergência intelectual, que propõe antíteses e escolhas não só políticas, mas também morais e culturais. Sem que se deva falar de 'ideologia das frentes populares', uma vez que o espírito antifascista de massa que as anima transcende essa fórmula, o período marcado por esta experiência exprime contraposição de valores, socialistas e democráticos por um lado, e, por outro, autoritários, militaristas, clericais, fascistas (SPRIANO, 1987, p. 137).

Nesta conjuntura de ascensão do fascismo, em fins de 1941, alguns quadros políticos dispersos do PCB por vários estados delineiam articulações no âmbito local e, paulatinamente regional e nacional. De modo que o partido, como veremos adiante, “de cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte” (SEGATO, 1989, p. 56). Embora observação de José Antônio Segatto deva ser de antemão corrigida: melhor seria falar em membros e não militantes.

Obviamente a dinâmica da guerra teria seu curso alterado com as sucessivas agressões geopolíticas de aliados do Führer – italianos, finlandeses e húngaros – no período compreendido entre junho de 1941 e agosto de 1942. Hitler concentrara mais da metade das suas forças (65%) e seus mais avançados equipamentos de guerra sobre o *front* oriental. Penetrando sobre

território soviético, os Panzer VI, blindados, chegaram até às margens do rio Volga em Stalingrado³⁵. (NÉRÉ, 1981).

O fato é que com as mudanças nos rumos do grande conflito internacional que se expressaram na entrada dos EUA na guerra e na reação das resistências *partisan* na Europa, mas também com a contraofensiva de Josef Vissarionovitch Stalin, o movimento comunista internacional sofrerá mudanças drásticas em sua orientação política.

A “caça às bruxas”, ainda que em curso no Brasil *estadonovista* e que outrora tivera força política e consensual, começava a ser desmoralizada; mesmo porque, em 31 de agosto de 1942, Getúlio Vargas, numa política de alinhamento estratégico com os EUA, declarava guerra ao Eixo. Na avaliação de Leandro Konder:

A vitória da ampla coligação de nações (União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, França, etc) que se havia formado contra o nazi-nipo-fascismo criou condições adversas para os regimes de direita em todo o mundo. Também no Brasil, as exigências de democratização se fortaleceram; a estrutura do Estado Novo sofreu abalos irreparáveis (KONDER, 1980, p. 49).

Neste ano, muitos comunistas encontravam-se encarcerados no presídio da Ilha Grande e Prestes permanecia incomunicável, na Guanabara, na Casa de Correção. Segundo a historiadora Anita Leocadia Prestes, havia aproximadamente 150 comunistas presos no presídio de Ilha Grande, no Rio

³⁵ Hoje Volgogrado, Rússia. Segundo Jacques Néré, historiador da *L'Université Bretagne Occidentale*, “Essa cidade imensa (...) foi alcançada no fim de agosto pelos alemães, que aí desenharam uma saliência muito vulnerável. Durante os meses de setembro, outubro e a metade de novembro, travaram-se lutas na própria cidade, de casa em casa, de fábrica em fábrica, sem que a resistência russa fosse jamais completamente quebrada. Um encarniçamento dessa natureza evoca, naturalmente, a batalha de Verdun (...). A batalha de Estalingrado, porém, representa coisa muito diferente: o início da mudança na frente russa, quando a iniciativa passou, da Alemanha para a URSS” (NÉRÉ, 1981, p. 480).

de Janeiro. Havia, no entanto, seguindo as memórias do militante Dinarco Reis, um grupo de comunistas na região do Rio da Prata, como os militantes João Falcão e Arruda Câmara, o que confirma os estudos da historiadora Anita Leocadia Prestes (PRESTES, 2001).

O ano de 1942 foi especialmente importante para os comunistas. Em seus estudos históricos com fontes primárias, Leocadia Prestes sustenta que João Falcão e Diógenes Alves Arruda Câmara, ambos da Bahia, seguiram até Buenos Aires e ali entraram em contato com militantes exilados e com o *Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista* – Victório Codovilla e Rodolfo Ghiodi – em busca de uma diretriz política. Passados alguns dias de intensos debates, o *Bureau* aprovou a continuidade da linha política de *União Nacional para a Defesa da Pátria* e em apoio ao governo de Getúlio. Segundo Anita Leocadia Prestes:

Tratava-se, pois, para os comunistas brasileiros, de unir todas as forças patrióticas contra o inimigo comum – o agressor nazifascista, cujos ataques à navegação de cabotagem brasileira continuaram com intensidade crescente durante o ano de 1942. Em agosto, vários navios de bandeira nacional foram afundados pelo submarino alemão U-507, provocando uma onda violenta de indignação e revolta em diversas cidades do país, que seriam palco de grandes manifestações populares (PRESTES, 2001, p. 73).

Os estudos de Anita Leocadia Prestes vêm, por isso, demonstrar que a *União Nacional* no Brasil não foi fruto de uma intervenção direta da Internacional Comunista no PCB como fora anos antes, mesmo porque o partido dava os primeiros passos na reorganização depois de ter sido desbaratado pelo Estado Novo. Em realidade, a política de União Nacional foi o resultado da luta contra o nazi-fascismo.

Arruda Câmara e João Falcão foram fundamentais neste processo de leitura da conjuntura nacional, ao que o *Bureau Sul-Americano da Internacional*

Comunista apenas ratificou. Mais, havia uma intensa mobilização internacional de diversos setores a exemplo da Confederación de los Trabajadores de America Latina (CTAL), sob a liderança do sindicalista Lombardo Tolendando, no México, e do apoio das Nações Unidas à Carta do Atlântico. Tratava-se, sim, como salientou o historiador Eric Hobsbawm de um forte sentimento *nacionalista antifascista*.

Diante do fato de que a sociedade brasileira foi sendo empolgada na luta contra o nazi-fascismo, os militantes que se encontravam exilados na região do Prata como o major Carlos Costa Leite, o jornalista Pedro Motta Lima e Fernando Lacerda, médico, decidem regressar ao Brasil. Todos foram presos e enviados ao presídio, juntamente com os outros, na Ilha Grande.

Entretanto, apesar das dificuldades, os comunistas empenham-se na tarefa de reorganizar o partido. Pode-se elencar que, na reorganização do PCB, quatro grupos foram fundamentais para os debates sobre a nova linha política a ser adotada: a) o comitê regional da Bahia (o *grupo baiano*); b) o *grupo carioca*; c) o grupo de Fernando Lacerda – *liquidacionista* e; d) *grupo de São Paulo (Comitê de Ação)*.

Edgard Carone propõe a seguinte “taxonomia”, separando em três: o grupo carioca, o grupo baiano e o grupo paulista³⁶. Na contramão, Prestes, em entrevista a Dênis de Moraes, faz a seguinte ponderação:

Essa informação de que havia três grupos não é correta – diz Prestes. Havia apenas um grupo organizado, a Comissão Nacional de Organização Provisória, da qual participavam Grabois, Amazonas e outros. Era o que havia de mais forte. Na Bahia trabalhava o companheiro Dias; em São Paulo o partido não tinha praticamente nada (MORAES, Dênis; VIANA, Francisco, 1982, p.95)³⁷.

³⁶ Ver Carone, Edgard. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

³⁷ Contudo, propomos, da mesma forma que Frederico José Falcão, baseando-se em pesquisa documental, que havia quatro grupos: o **Liquidacionista** guiado por Fernando de Lacerda e influenciado pelo “Browderismo” e pela dissolução da Internacional Comunista, o **Paulista (Comitê de Ação)** tendo a frente o historiador marxista Caio Prado Júnior, o **Carioca** (que mais se aproximou de Prestes) e o **Baiano** que fez contatos com o *Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista*.

O comitê regional da Bahia, a despeito do quase aniquilamento partidário, foi o que mais resistiu ao Estado Novo e tinha uma bem montada imprensa comunista em que se destaca a publicação da revista *Seiva* na cidade de Salvador ainda no ano de 1939. Jacob Gorender fazia parte deste grupo e, em 1942, encontrava-se como ativo militante e propagandista, sendo o secretário da revista.

Em entrevista, o militante baiano dá o tom daqueles anos: “Eu me tornei secretário dessa revista em 1942. Foi sua última fase e a mais intensa, porque se tornou possível editá-la com razoável regularidade³⁸”. Em recente estudo sobre este grupo de comunistas na Bahia, Frederico José Falcão comenta os esforços de entidades e grupos políticos no esforço de guerra e na mobilização numa já política de união nacional, ainda que não calcada numa ação em bases nacionais:

A mobilização estimulada pelo CR da Bahia levou ao aparecimento de diversos organismos de apoio à política de guerra do Brasil. Além dos já citados, surgiram a Legião dos médicos para a Vitória e a Legião dos Comerciários, parte desse esforço organizativo. Na verdade, foi da Bahia que despontaram os exemplos nacionais de articulação dos pecebistas com o movimento de massas, atraindo para seus efetivos diversos setores de camadas médias e da intelectualidade (por exemplo, Jorge Amado) (FALCÃO, 2012).

A linha política do grupo baiano pautava-se no anteparo da frente antifascista, na medida em que apoiava e organizava manifestações de massa em prol da promoção da entrada do Brasil na Segunda Guerra contra as forças do Eixo. Reunia uma gama de intelectuais baianos e era o único, no Brasil, a

³⁸ Jacob Gorender. Entrevista à Revista TEORIA E DEBATE, n.11 (agosto de 1990). Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/jacob-gorender&page=0,1>. Acesso em: 30 dez. 2016.

manter contatos com a Internacional Comunista. Outra questão relevante é apontar que, desde 1941, o grupo baiano dava sinais de apoio concreto a uma política de *União Nacional*.

Eliezer Pacheco em sua obra *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, coloca que a Internacional Comunista mantinha contato apenas com o grupo baiano pela preocupação de infiltração de agentes da repressão. No entanto, após a intensa perseguição política aos militantes da Bahia, momento em que houve muitas prisões.

De todas as organizações comunistas estruturadas no país a mais organizada era o CR da Bahia que, desde 1938, já publicava a revista *Seiva*, de posição antifascista e que aglutinava em torno de si a mais expressiva intelectualidade baiana [...] No começo de 1940 é desencadeada uma nova repressão sobre os comunistas, sendo presos mais de uma dezena na Bahia, entre os quais Arruda Câmara, que, depois de solto, se desloca para São Paulo, onde desempenharia importante papel na reorganização nacional do partido [...] muitos baianos tinham se deslocado para a capital paulista, onde viriam facilitar os contatos da Bahia com os grupo situados no sul” (PACHECO, 1984, p. 180).

Tanto Eliezer Pacheco como Frederico José Falcão, estudiosos do PCB, entendem que a reorganização partidária se deu num momento extremamente difícil para o partido. Havia um clima de insegurança e medo. O fato é que, mesmo assim, alguns militantes como Diógenes Arruda Câmara e Leôncio Basbaum³⁹ foram os responsáveis, pelo menos de imediato, pela rearticulação e retomada das discussões no sentido de reorganizar o PCB. Basbaum teria sido solicitado por Arruda Câmara para estabelecer contatos com comunistas

³⁹ Sobre Leôncio Basbaum há um atualíssimo balanço de sua obra historiográfica, seu pensamento político, de sua atuação e posições enquanto membro do PCB, conduzido pela cientista política Angélica Lovatto. Ver: LOVATTO, Angélica. *Leôncio Basbaum*. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

do grupo carioca e que tiveram como consequência a II Conferência Nacional do PCB, no Rio de Janeiro, em agosto de 1943 (FALCÃO, 2012).

Edgard Carone⁴⁰, um dos mais proeminentes bibliófilos da literatura documental sobre o socialismo no Brasil, evidencia que a fusão do grupo baiano com militantes do Rio de Janeiro (o *grupo carioca*) conformará a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Os principais nomes da CNOP compunham-se de Amarílio Vasconcelos, Péricles de Azevedo, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ivan Pinheiro, João Amazonas, Júlio César Machado e Francisco Leivas Otero.

Mesmo antes da conformação da CNOP teve relevância no debate a atuação de um militante de prestígio nas fileiras do PCB desde o início da década de 1930 e que liderará a corrente *liquidacionista*: Fernando Lacerda. Ao voltar de sua estada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Lacerda estabelece em Buenos Aires morada e contatos com militantes de esquerda.

Em 1942, após Getúlio declarar guerra ao Eixo a 31 de agosto, Fernando Lacerda, que fora secretário-geral do partido no início dos anos 1930 e possuía grande lastro político para influir posições táticas e estratégicas no partido, resolve voltar ao Brasil. Em famosa entrevista à Revista *Diretrizes* do jornalista Samuel Wainer, Lacerda afirma:

Desde que voltei ao meu país, sempre sustentei a mesma opinião. Na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor quaisquer espécies de organismo ilegais (...). A nossa atitude deve ser a de “cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajuda-los a reforçar a política, de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas *eixistas*⁴¹ e sua miserável

⁴⁰ “Carone também foi historiador do movimento operário e do comunismo. Seus três volumes sobre o PCB e seu livro *O marxismo no Brasil* são pioneiros. A produção oscilou entre dois temas: a revolução brasileira e a economia (...)” (DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln, 2014, p. 224).

⁴¹ Referente a Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

*quinta-coluna*⁴²” Devemos ajudar o governo a organizar a defesa nacional, a organizar a liquidação das quintas-colunas, a organizar a União Nacional” A criação ou reorganização de partidos ou quaisquer organismo ilegais, contra as leis em vigor – enquanto essas leis não forem consideradas pelo próprio governo como inadequadas a seu reforço e à União Nacional anti-hitlerista – ajudaria a obra do Eixo e de sua quinta-coluna (...) Sustento e sigo essa opinião, porque estou seguro de que, é a única capaz de trazer a nosso país, na hora grave de hoje, a concórdia entre todos os patriotas e antifascistas que ser achem no governo, quer fora dele, a participação completa da família nacional – mediante a anulação praticamente executada dos resultados de divergências e lutas passadas – como a medida que selará, definitivamente a nossa União Nacional anti-hitlerista e o prestígio moral de nosso governo, no caminho honroso e digno que tomou, ao lado das Nações Unidas.⁴³

Assim, Fernando Lacerda passou a combater a ideia de uma reorganização, na clandestinidade, do PCB. Na concepção política de Lacerda – e em consonância com a dissolução da Terceira Internacional por Stalin no contexto da Segunda Guerra – aquela não era a hora e o momento, pois isso poderia trazer desastrosas consequências para o partido como a infiltração (*quinta-colunismo*) de agentes policiais e uma onda repressora sem precedentes⁴⁴.

A questão é que, embora Fernando de Lacerda temia o fascismo no governo Vargas, estes elementos estavam – ainda que desmoralizados – dentro da burocracia estatal a exemplo do General Eurico Gaspar Dutra.

Desta forma, para Lacerda a solução seria construir uma poderosa frente ampla antifascista e democrática que, posteriormente, seria capaz de dar

⁴² A quinta coluna é uma referência a grupos espões das forças de Francisco Franco Bahamonde durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Ver: VILAR, Pierre. **Historia de España**. Barcelona: Austral, 2013.

⁴³ *Diretrizes*, 27 mai. 1943, (*apud* CARONE, 1976, p. 507); grifos meus

⁴⁴ Há que se lembrar também que, em maio de 1943, era dissolvida a III Internacional Comunista (Comintern), deixando de existir um centro dirigente e guia do movimento comunista mundial (SEGATTO, 1981, p.47).

as bases para a reconstrução do partido. Efetivamente, Lacerda preconizava a linha política do membro do comitê central do Partido Comunista dos EUA⁴⁵, Earl Browder. A política que ficou conhecida como “browderismo”, postulava a necessidade de que todo partido comunista devesse, como esforço de guerra, se autoliquidar.

Também em São Paulo havia um grupo de militantes e intelectuais em que se destacavam Caio Prado Júnior⁴⁶ e Heitor Ferreira Lima⁴⁷. Estes são favoráveis, assim como o grupo baiano, a CNOP e Fernando Lacerda, à construção da política de União Nacional. No entanto, não estão de acordo com o apoio a Vargas. Segundo essa visão, a União Nacional deve ser empreendida na luta contra o fascismo europeu, mas também em oposição a Vargas e seu Estado Novo:

Um outro grupo de comunistas se articulou no final de 1943 em contraposição às decisões da Conferência da Mantiqueira. Sob a denominação de Comitê de Ação, criticou a União Nacional com Vargas vinculando a luta contra o nazifascismo à conquista da democracia interna. Dentre seus componentes, encontramos Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima, Astrojildo Pereira e Mário Schemberg em São Paulo, e Victor Konder e Newton Rodrigues no Rio de Janeiro. Nesta cidade o Comitê deteve no período 1944-45 o comando da União Nacional dos Estudantes (UNE), organismo que liderou a campanha pela anistia aos presos políticos. O destino imediato do Comitê de Ação nos anos 1944 para 1945 seria o de ligação com os setores, liberais ou de esquerda, contrários à

⁴⁵ *Communist Party USA (CPUSA)*.

⁴⁶ Sobre o historiador e militante Caio Prado Júnior há extensa bibliografia. Destaca-se, recentemente, a obra *Caio Prado Júnior: uma biografia política* de Luiz Bernardo Pericás.

⁴⁷ Pouco se escreveu sobre Heitor Ferreira Lima e sua obra nas Ciências Sociais. Destaca-se aqui um estudo recente e pioneiro de Marcos Del Roio. Ver: DEL ROIO, Marcos Tadeu. Heitor Ferreira Lima. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

E também: JULIANI, Alexandre. **Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil**. 2016. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/137952>. Acesso em: 03 dez. 2016.

permanência de Vargas no poder, visando a imediata redemocratização do país (FALCÃO, 2012, p. 38-39).

O fato é que no momento da realização e consolidação da tese da União Nacional empreendida pela CNOP, os comunistas de São Paulo, denominados *Comitê de Ação*, desconfiavam da tese de União Nacional, na medida em que aderiria incondicionalmente ao governo Vargas e no esforço de guerra contra o nazi-fascismo. Para o Comitê de Ação, seria necessário primeiro combater o “fascismo” de Vargas do que combater o fascismo europeu.

Ainda preso, Prestes publicará um famoso documento intitulado *Os problemas Atuais da Democracia* refutando veementemente a postura do grupo paulista e o liquidacionismo de Lacerda. Prestes qualifica as preposições deste grupo de militantes de sectária e esquerdista; trata-se, segundo Prestes, de um comportamento extremamente prejudicial à “unidade nacional” e aos “interesses do nosso povo”.

Na análise de Prestes a guerra em curso era uma questão de vida ou morte sendo, de modo que seria “necessário e urgente, por isso, fazer um exame cuidadoso da situação que atravessamos e um rigoroso trabalho de crítica e autocrítica que nos leve à linha política justa”⁴⁸

A “linha política justa” para Prestes é colocada em pontos objetivos e que consagram, decisivamente, a política dos comunistas no período subsequente: esforçar-se todas as forças “patrióticas” independente de suas opiniões políticas, religião ou orientação ideológica e/ou filosófica, “franca e decididamente” contra o nazi-fascismo; vigiar contra espiões infiltrados; reivindicar as liberdades populares e a anistia; estudar e debater a realidade nacional; sensibilizar as massas, por meio de agitação e propaganda, na luta contra o fascismo. Numa palavra:

⁴⁸ Luiz Carlos Prestes, *Os Problemas atuais da Democracia*, pp. 45-49, (apud CARONE, 1976, p. 507).

Vejamos rapidamente o que se passa: Estamos em guerra contra o nazismo. Esta guerra é para nós questão de vida ou morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. O essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isto, precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos, e que, apesar de todos os seus erros e defeitos, já deu incontestavelmente grandes passos ao lado das Nações Unidas: cortou relações com o eixo, cedeu bases militares aos aliados, de acordo com a vontade nacional reconheceu o estado de beligerância, tem acompanhado a política internacional dos Estados Unidos e Inglaterra, assinou a Carta do Atlântico, permite a publicação de livros que nos dizem a verdade sobre a URSS, etc⁴⁹.

Certamente este documento de Prestes expressa a coroação da política de União Nacional (no Brasil) que será, doravante, seguida pelos membros do PCB na CNOP. Portanto, é a posição da CNOP que hegemonizará a linha política do partido: “que por obter certas ligações com Prestes (...) passou a ter atuação mais prestigiada, uma vez que certos aspectos (seus) já representavam o pensamento do próprio Prestes” (CARONE, 1982, p. 03).

E como observou Edgard Carone, as dissensões entre os diversos grupos comunistas (baiano, paulista, carioca, etc.), foram sendo paulatinamente superadas e Prestes conseguiu, por seu prestígio político, aglutinar, ainda que com ressalvas, as querelas táticas e estratégicas no que tange ao problema da organização do partido:

Com o conhecimento de uma carta de Prestes, na qual ele definia que não se podia separar na política de ‘União Nacional’ o apoio, por um lado para a defesa da Pátria, e por outro lado a pressão e a crítica no sentido de aberturas democráticas na luta contra o regime atual. Tudo dependia de saber combinar as duas coisas: apoio e luta era como ele resumia dialeticamente o processo político daquele momento (CARONE, 1976, p. 234).

⁴⁹ Luiz Carlos Prestes, *Os Problemas atuais da Democracia*, pp. 45-49, (apud CARONE, 1976, p. 507).

Em suma, todos os quatro grupos falavam em União Nacional, mas havia diferenças substanciais entre eles. Os *liquidacionistas* queriam a União Nacional sem a existência do PCB, ou seja, argumentavam que aquele não era o momento de sustentar a existência de uma organização na ilegalidade, mas também não ousavam lutar pela legalização.

Os paulistas queriam a União Nacional sem Vargas, pois entendiam que seu governo era de tipo fascista, e também “não confiavam em Prestes e propunham reconstruir o PCB nos moldes antigos” (MAZZEO, 1999, p.72). Mas prevaleceu a posição da CNOP: apoio incondicional a Getúlio e a luta pela legalização do partido. Na avaliação de Edgard Carone:

A divergência entre eles se dará na análise do comportamento diante do Estado Novo, na maneira de encarar a questão da luta contra a ditadura interna brasileira: como seria possível falar em democracia, em luta contra o totalitarismo externo, se no seu próprio país impera regime fascista? Como combater o inimigo externo se, por sua vez, existe um inimigo interno? É diante desta situação concreta de tática que o PCB se divide em três posições (CARONE, 1982, p. 02).

Houve, decerto, intensos debates sobre os rumos que o partido deveria tomar diante da guerra e do governo de Getúlio Vargas. Um ponto alto dessas discussões foi a famosa reunião, no Vale do Paraíba, da II Conferência Nacional do PCB e que, por sua posição geográfica, ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira.

A Conferência da Mantiqueira foi realizada entre os dias 28, 29 e 30 de agosto de 1943, na extrema clandestinidade – situação não tão confortável do ponto de vista da materialidade e –, segundo Dulce Pandolfi, contou com a presença de 46 delegados. Sobre o número de participantes da Conferência da Mantiqueira, há ainda certa discordância na literatura sobre o PCB.

Recorrendo às memórias de um dos participantes, Dinarco Reis, pode ser lido: “À Conferência compareceram 25 camaradas (salvo pequeno engano)...” (REIS, 1981, p. 62). E Dulce Pandolfi coloca, “Conhecida como Conferência da Mantiqueira, a reunião contou com a presença de 46 delegados, vindos dos mais diversos estados do país” (PANDOLFI, 1995, p. 138).

O cientista social Leôncio Martins Rodrigues (RODRIGUES, 1997), defende que havia 15 militantes, entre os principais: Álvaro Ventura, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Diógenes Arruda Câmara, José Medina, Francisco Leivas Otero, Mário Alves, Agostinho Dias, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Amarílio de Vasconcelos e João Amazonas⁵⁰.

Todavia, num relato memorial de Dinarco Reis, o militante lembra a ocasião do encontro na Serra da Mantiqueira e das condições materiais difíceis a que se aventaram os comunistas naquela ocasião:

A reunião da Conferência foi realizada numa pequena cafua de telha-vã e chão de terra, com sala, quarto e cozinha, local bastante exíguo para tantas pessoas. A alimentação, nos quatro dias que durou a reunião, consistiu, sobretudo, em carne de novilho abatido para esse fim pelo dono do local, arroz, feijão e frutas. Café e leite à vontade. Dormíamos no chão de terra, forrado por sacos e jornais. À noite, o frio castigava duramente, pois era inverno nessa região bastante fria (REIS, 1981, p. 63).

A importância dessa Conferência resume-se não só pela abnegação e coragem dos homens que ali se reuniram em condições adversas, mas também por ela ter significado para o partido um momento de reerguimento do

⁵⁰ Pedro Pomar, Carlos Marighella, Maurício Grabois, João Amazonas e Diógenes Arruda Câmara, que se tornaram o núcleo dirigente do partido juntamente com Prestes e que hegemonizariam a Executiva do partido até o IV Congresso de 1954 (PANDOLFI, 1995). Como se nota, Dulce Pandolfi cita o nome de Marighella.

PCB outrora esfacelado pela ditadura e repressão *estadonovista* que levou boa parte dos membros aos cárceres do regime ditatorial de Getúlio. Ademais, marcou o início de uma nova direção que marcaria a vida partidária pelos próximos dez anos.

Em novembro de 1943, o partido, através da Revista Continental, pautava mais sistematicamente sua concepção de União Nacional. Esta não deveria ser apenas um “congraçamento” de “estados de espírito”, mas a efetiva luta objetiva no sentido de canalizar esforços para a luta contra a Wermacht “invencível” de Hitler. Seria necessário, portanto, a “permanente movimentação da opinião pública e das forças de todo povo em torno dos problemas nacionais ligados hoje à guerra, da compreensão e solução desses problemas”⁵¹.

O documento, no entanto, trazia aquilo que, provavelmente, mais dividia os comunistas:

Evidentemente, essa união há de realizar-se em torno do governo do Presidente Vargas, que dirige o país em guerra, postas de parte antigas pendências e dissensões, que, neste momento, não se podem alegar nem fazer prevalecer diante do quadro supremo da Pátria em luta, na mais difícil e penosa de todas as guerras⁵².

Claro está que o grupo que hegemonizou a Conferência da Mantiqueira foram as posições da CNOP. Dali saiu vitoriosa a tese da União Nacional de apoio inexorável à Vargas, de frente ampla com outras forças e grupos sociais na luta pela volta à legalidade democrática e consequente legalização do partido. E recorda-se que, como demonstrou a historiadora Anita Leocádia, esta posição da CNOP não foi desencadeada por uma política de Moscou:

⁵¹ Ver Continental, Ano II, n. IV, novembro de 1943, pp. 2-40, *apud* (CARONE, 1982, p. 15).

⁵² *Ibid.*, p. 14.

A política de “União Nacional” não foi uma criação do PCB ou da IC; resultou da situação histórica concreta existente no país e no mundo nos anos de 1938-45. A “União Nacional”, no Brasil, refletiu a combinação específica de uma série de fatores nacionais e internacionais presentes naquele período, fatores que terminariam por levar as potências do Eixo à derrota (PRESTES, 2001, p. 94).

Sobre este ponto localizamos uma discordância nas teses de Antônio Carlos Mazzeo, quando este autor afirma que o PCB inicia seu “terceiro período” (a partir de 1945) sob “absorção das diretrizes do VII Congresso da IC” (MAZZEO, 1999, p. 71).

Portanto, é necessário o devido cuidado crítico-metodológico ao afirmar que os comunistas brasileiros transplantaram para cá o “stalinismo codificado”. Como colocou Frederico José Falcão, ao analisar este período, “importante, porém, é não cair em tentações fáceis” (FALCÃO, 2012, p. 50).

Ademais, como já demonstrado, as conexões entre os militantes com a URSS foram ínfimos. Obviamente que o equacionamento dos problemas processou-se internamente. Notadamente afirmou Falcão: “não há nenhuma evidência de interferência soviética no encaminhamento concreto da política do PCB naquele momento” (FALCÃO, 2012, p. 50).

Rememora-se que grupos liberais e intelectuais progressistas se reuniram no I Congresso de Escritores de janeiro de 1945⁵³ e a juventude levantava a bandeira da União Nacional dos Estudantes (UNE) na luta pelas teses de União Nacional, só que na legalidade. E inúmeros setores, em conjunto com os comunistas, alardeavam por todos os meios da urgência e da necessidade de luta contra o nazi-fascismo.

⁵³ O 1º Congresso de Escritores reuniu-se em São Paulo a 22 de Janeiro de 1945 e tinha como plataforma política a Democracia representativa, o voto universal e a volta à constitucionalização democrática do país e, conseqüentemente, as liberdades políticas, civis e de expressão.

A UNE foi fundada em 1938 no Estado Novo. Aglutinou diversos grupos de esquerda e teve intensa participação nas bandeiras da União Nacional e na campanha antifascista a partir de meados de 1942. Segundo Edgard Carone:

O esforço pela entrada do Brasil na guerra é incentivado pelos liberais e pelos comunistas. Do ponto de vista organizatório, cabem a Sociedade Amigos da América e União Nacional dos Estudantes a liderança legal do movimento e, dentro das suas fileiras, muitos são aqueles que apoiam as teses comunistas de 'luta pela democracia' e 'União Nacional' (CARONE, 1976, p. 486).

Indubitavelmente a reorganização do PCB da forma como foi levada pela CNOP e ratificada pela Conferência da Mantiqueira, significou um momento ímpar na história do partido. A partir dela, foi possível levar adiante um projeto de Revolução Brasileira, na medida em que, depois de anos, o partido conseguiu se estruturar como órgão coeso. Entretanto, como fruto de uma política de massas e métodos nada bolcheviques de filiação, o PCB sentiu grande dificuldade para promover o centralismo democrático em suas bases.

Após a Conferência da Mantiqueira os militantes do PCB entravam em contato com Prestes, ainda que de forma precária. Após sua saída da prisão, os pecebistas reuniram-se em uma chácara em Santa Tereza, Rio de Janeiro, e decidiram que ele seria o secretário geral do partido.

Mas a confirmação de Prestes como secretário geral deu-se por oficializada “poucos dias depois, na casa inicialmente utilizada como sede provisória do partido, na Rua Conde Lage, na Guanabara” (REIS, 1981, p. 71).

Todavia, Dulce Pandolfi, num importante trabalho de resgate da *memória* e *história* dos militantes, assevera que a Conferência da Mantiqueira não foi um momento de harmonia e unidade como atestam as memórias de Agildo Barata e Gregório Bezerra. Segundo Barata: “O fascínio que Prestes

exercia sobre mim era, então, muito maior que o ódio que eu voltava à sinistra figura do ditador. Acertei meu relógio pelo relógio de Prestes e passei a apoiar o Governo que declarara guerra ao Eixo”⁵⁴.

Da mesma forma Bezerra “relata que em 1945 era favorável a que Getúlio fosse deposto pelas armas, mas submeteu-se disciplinarmente aos princípios do centralismo democrático” (PANDOLFI, 1995, p. 138). Neste seu estudo, Dulce Pandolfi chega à conclusão de que Prestes, entre os anos de 1944 e 1945, tornou-se uma figura mística antes mesmo da imprensa comunista reconstruir sua biografia.

Se foi sagrado o “Cavaleiro da Esperança” no tempo da “Coluna Prestes”, depois de 1945 foi transformado no “chefe supremo”, no “único homem capaz de conduzir o povo brasileiro para a sua verdadeira emancipação” (PANDOLFI, 1995, p. 129). Mas Prestes, “O Cavaleiro da Esperança”, sabia da necessidade histórica de se reorganizar “o partido da classe trabalhadora” num momento de guerra mundial e não iria medir esforços para a atualização de uma nova linha política avalizada com os novos tempos.

Atesta isto, uma carta de Prestes, ainda preso, a Severo Founier, em que diz apoiar até mesmo Getúlio se houver a “necessidade de tal programa” e quem escrevia isto era o “homem que pessoalmente, tem por Getúlio o mais justificado ódio”⁵⁵. Em outro documento, Prestes ratifica as ideias contidas na Carta a Founier sobre a necessidade de, naquele momento histórico, os comunistas saberem ler corretamente as novas situações postas pela conjuntura.

É razoável, portanto, entender este período da história do partido levando em consideração o difícil momento de avanço das forças do nazi-fascismo no continente europeu. Apesar de o VII Congresso (1935) da IC operar uma mudança em sua orientação política, não há elementos para justificar que, deliberadamente, o PCB seguiu suas ordens. Desde 1938, a

⁵⁴ (s/d, p. 324, *apud* PANDOLFI, p.138).

⁵⁵ (PRESTES, L. C., 1938, pp 25-26, *apud* PANDOLFI, p. 139).

política de União Nacional concatenou-se em diversos países com partidos comunistas. A luta era contra o fascismo.

Rememora-se que em 1938 o partido havia praticamente sucumbido e seus membros estavam presos quase todos em Ilha Grande. Desse modo, como a IC manteria contatos diretos para orientar o partido? Ademais, em 1940 toda a direção do CR de São Paulo também havia caído. De modo que entre 1940 e fins de 1942, o PCB não existia mais enquanto partido organizado o que inviabilizava à IC fazer a mediação. Mais, a URSS travava uma guerra de vida ou morte com a Alemanha nazista; pouco ou nada de tempo sobrou para formular uma política específica para o PCB.

E não foi a IC que reorganizou o PCB a partir de 1943, embora mantivesse exíguo contato com o grupo da Bahia. Há relatos suficientes mostrando que a reorganização do partido foi o esforço e congruência de diversos grupos de antigos, mas também de novos militantes, que reivindicavam ser o partido da classe operária.

E foi relevante a atuação de jovens militantes baianos que se encarregaram de fazer contatos importantes com outros militantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Houve decerto, sim, um apoio tácito – e posterior – do *Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista* localizado em Buenos Aires, mas este não foi determinante e guia da política de União Nacional, pois esta era como salientou Eric Hobsbawm uma vaga, um sentimento de luta mundial contra as forças do Eixo. Óbvio, isto levou o PCB a formular a União Nacional eximindo-se de uma política classista e secundarizar a via direta ao socialismo.

2.2. “Abertura”, golpe e sistema partidário

A opinião pública mundial ia rompendo preconceitos e, no Brasil, a grande mídia escapava da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas assinou uma emenda à Constituição de 1937, o Ato Institucional, que definia que a data das eleições livres fosse decidida em até três meses (para presidente e parlamento). Mas dias antes a oposição anunciaria o militar da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, à candidatura ao cargo de presidente.

Com o fim do Estado Novo, as classes dominantes viram suas chances, ao menos virtualmente, de tomarem para si o poder do aparelho de Estado e transformar o Estado Novo numa república em bases constitucionais. Mas elas se depararam com um país diferente daquele do início do século. Havia um Brasil urbano e um eleitorado em massa. O Ato Institucional de 1945 também abria possibilidade de formação de partidos políticos – essenciais no jogo político da democracia em sua forma capitalista. Segundo o cientista político Rogério Schmitt em *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*:

Ainda nos últimos meses de vigência do Estado Novo, o governo decreta um código eleitoral provisório, que regulamentaria as eleições presidenciais e para a Assembleia Nacional Constituinte (função de que se revestiria temporariamente o Congresso Nacional), marcadas para 2.12.1945. Este código (Decreto Lei nº 7.586, de 28.5.1945) ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao seu elaborador, e então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Foi precisamente a Lei Agamenon que introduziu na legislação brasileira a exigência de organização em bases nacionais para o registro de partidos políticos pelo Tribunal Superior Eleitoral. (SCHMITT, 2000, p. 12).

Em 1945, Edward Stettinius, Secretário de Estado norte-americano, fez uma visita ao Brasil na intenção de mostrar a Vargas que o país latino americano era um aliado estratégico na política internacional daquele momento. Logo em seguida, em fevereiro daquele ano, Getúlio “concorda” em assinar o Ato Adicional (também conhecido como Ato Institucional), um pacote de “medidas liberalizantes como a anistia e a permissão à reorganização partidária” (FALCÃO, 2012, p. 50).

O clima na sociedade brasileira era de euforia. Em março de 1945, o Centro Acadêmico Onze de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, resolveu fazer um comício a favor de Eduardo Gomes nas escadarias da Praça da Sé no coração da cidade de São Paulo. Ao perceberem, transeuntes trabalhadores se irritaram. Uma multidão enfurecida com paus e tudo o que pudesse ferir avançaram sobre os estudantes.

Lilian Moritz Schwarcz aponta que este fenômeno de defesa da figura de Getúlio Vargas ocorreu em diversas partes do Brasil aos gritos de “Viva Getúlio”, “Viva os trabalhadores” e que “os trabalhadores mais pobres da população urbana apoiavam Vargas e se mostravam a favor de sua permanência no poder” (SCHWARCZ, 2015, p. 390).

O Brasil do Estado Novo, no que tange às questões de direitos políticos e civis, ficava no passado, embora a ideologia do *trabalhismo varguista* se configurasse em novas formas e arranjos de poder dentro de uma débil e complicada “abertura democrática” consubstanciada, na verdade, como um verdadeiro golpe de Estado, demonstrando já uma fissura no quadro das Forças Armadas num claro momento de início de Guerra Fria. Na crítica avaliação de Nelson Werneck Sodré:

Começando por perturbar o processo de restabelecimento das instituições democráticas, acabariam por lançar as Forças Armadas no golpe de cúpula de 29 de outubro de 1945. Do ponto de vista militar, a participação do Exército naquele momento refletia o prolongado trabalho [...] que caracterizava agora uma singular dualidade: a existência de uma oficialidade

de tendência democrática inequívoca, profundamente interessada na solução nacionalista dos problemas nacionais, de uma parte, e a existência de um grupo de mando, rigorosamente selecionado, de outro, que, de posse das posições-chave, simulava falar em nome da instituição e, mais do que isso, agir em nome dela (SODRÉ, 1958, p. 223).

A chegada dos partidos políticos na cena política nacional derivou da articulação de setores, grupos e frações de classe contra e a favor de Getúlio. Surgiram quatro siglas que iriam marcar todo o período subsequente até o Ato Institucional nº 2 (1965) que proibirá o funcionamento do sistema pluripartidário no Brasil: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e PCB⁵⁶.

A UDN surgiu do concerto entre forças de esquerda, socialistas e liberais que outrora foram fustigadas pelo Estado Novo e seu programa, em grande medida, foi influenciado pelas diretrizes do 1º Congresso de Escritores Brasileiros. A ela se juntaram personalidades importantes como – e isto já demonstra sua inclinação ideo-política – como Francisco Campos, Júlio Prestes, Assis Chateaubriand, Osvaldo Aranha. Após a saída de Prestes da prisão, os comunistas abandonaram a sigla e os socialistas dissidentes formariam a Esquerda Democrática – a “ala moça” da UDN (CHILCOTE, 1982).

Em pouco tempo, a UDN foi se transformando no *establishment* dos setores médios das cidades, impregnados da ideologia liberalizante e “entreguista” – como se dizia à época. Já no ano de 1945, os setores proletarizados das grandes cidades, percebiam a UDN como um partido elitista e liberal, sem apelo nas massas como atesta o episódio referido anteriormente na Praça da Sé contra o então candidato Eduardo Gomes.

⁵⁶ No ano de 1945 havia em torno de 14 partidos políticos representados no poder legislativo (Câmara e Senado). São eles: PSD, UDN, PTB, PSP, PR, PDC, PTN, PL, PST, PSB, PRP, PRT, MTR E PCB. No entanto, desses partidos, os únicos que conseguiram êxito eleitoral foram o PSD, a UDN, o PTB e o PCB. Na Câmara, conseguiram eleger, respectivamente, 151, 83, 22 e 14 deputados federais. No Senado, 26, 12, 2 e 1 senadores. Este último do PCB era Luiz Carlos Prestes.

Os outros dois foram “invenções” de Getúlio Vargas: o PSD e o PTB. O primeiro conformou-se como exigência da reorganização das forças políticas aliadas a Getúlio nas regiões oligárquicas e que detinham o monopólio da terra nos Estados e representadas na figura dos interventores do Estado Novo. No espectro do sistema partidário, o PSD situava-se “à esquerda da direita e à direita da esquerda” como colocou Ernani do Amaral Peixoto (FAUSTO, 2015). Ronald Chilcote assim avalia a formação destes dois partidos:

No que foi, possivelmente, um golpe de gênio, Vargas propôs a formação de dois partidos políticos nacionais, um para representar a organização burocrática desenvolvida pelo Estado Novo nos estados e outro para representar os trabalhadores e, aparentemente, minar a influência comunista na classe trabalhadora (CHILCOTE, 1982, p. 94).

O PSD dominava amplas elites regionais, tinha voto. Jamais contestava o processo das urnas e destacou-se pela “estabilidade” da República. Seus mais proeminentes líderes – Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, José Maria Alkimin e Amaral Peixoto: “eram mestres na capacidade de confabular e conchavar (...), era também o partido da velha política do favor miúdo e da astúcia provinciana” (SCHWARCZ, 2015, p. 393).

De todo modo, em março de 1945, Vargas apoia o general Eurico Gaspar Dutra – seu ex-ministro da guerra e expoente do pensamento de direita durante o Estado Novo. E, segundo análise de Lilian Moritz Schwarcz, mesmo a contragosto, Vargas apoiou Dutra para “rachar” as forças armadas e reduzir os votos do brigadeiro Eduardo Gomes.

Com o decidido apoio de Vargas, Dutra venceu as eleições de 2 de dezembro de 1945. O ex-ditador, agora fora do poder, saiu do silêncio e anunciou, cinco dias antes da eleição, seu apoio em face do que ele sabia significar Eduardo Gomes da UDN no poder. Ou seja, proporcionou a vitória da

aliança PSD-PTB. Foi bastante expressivo o número de eleitores que elegeram Dutra: 55,39% dos votos contra 34,74% do candidato da UDN.

Eduardo Gomes, aliás, não fora hábil em sua campanha. Num comício no Theatro⁵⁷ Municipal do Rio de Janeiro, Eduardo Gomes anunciou que não lhe interessava os votos dos “getulistas”. Os *queremistas* logo entenderam que essa postura era claramente contra os trabalhadores pobres do subúrbio, que trabalhava o dia todo, longe de suas residências. O fato entre os populares pobres e “marmiteiros” gerou grande polêmica, algo que foi bastante explorado pelos petebistas na ânsia de angariar votos:

Para não deixar dúvida sobre quais votos estavam sendo menosprezados pelo Brigadeiro, os *queremistas* desdobravam-se em explicações: o voto do trabalhador pobre, que levanta da cama de madrugada, mora no subúrbio, trabalha o dia todo longe de casa, ganha uma miséria e carrega o almoço na marmitta – arroz, feijão, ovo frito. Milhares de pessoas se reconheceram na condição de trabalhadores, assumiram orgulhosamente a identidade de marmiteiros, e trataram de dar o troco a um candidato que não queria saber de pobre nem na hora da eleição: compareceram em massa aos últimos comícios organizados pelo PTB batendo furiosamente em marmittas e panelas, e se anunciaram adversários dos ‘grã-finos’, isto é, da elite que votava no Brigadeiro. Para azar da UDN, era muita gente carregando marmitta na mão – todos, eleitores (SCHWARCZ, 2015, p. 395).

Também o PTB e o PSD exploraram este movimento (o dos marmiteiros) e em menos de uma semana organizaram comícios e panfletos com o *slogan* “Ele disse: vote em Dutra”. Todos sabiam que o pronome “Ele”, com a letra maiúscula, se referia a Getúlio Vargas. O PTB não lança candidato às eleições de 1945. Sua atuação política volta-se à “Constituinte com Getúlio”,

⁵⁷ Como atualmente é grafado em sua própria Web Site. Ver: www.theatromunicipal.rj.gov.br/ Acesso em: 12 out. 2017.

movimento que deu origem ao *queremismo* e que teve importante apoio do PCB.

Mas deve-se esclarecer que o apoio do PCB a Getúlio Vargas neste momento delicado da história política não fora total e de submissão. Mostra isso uma entrevista que Prestes deu anos mais tarde e que se tornou livro pelas mãos dos Jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana:

Constituinte com Getúlio não era uma palavra de ordem nossa, mas sim do PTB. Nós falávamos de constituinte e, claro, apoiávamos Getúlio, mas tínhamos muito cuidado. Havia um erro na Conferência da Mantiqueira que eu tratei de corrigir desde a primeira reunião de que participei no Comitê Central, em agosto de 1945, já como secretário-geral. Era o seguinte: na conferência, tirou-se a resolução de apoiar Getúlio, naquele momento e posteriormente. Eu coloquei que a questão era apoiá-lo naquele momento. No futuro, dependeria do processo. Acabou surgindo a confusão histórica de que a palavra constituinte com Getúlio era nossa (MORAES; VIANA. 1982, p.107).

Na análise do histórico militante Dinarco Reis, Getúlio, ao organizar o PTB, prestou grande serviço à burguesia, pois tal partido detinha o controle de grandes setores da classe trabalhadora urbana: “Em essência, o PTB não passava de um partido político reformista a serviço da burguesia. Uma espécie de sua ‘mão esquerda’” (REIS, 1981).

O PCB procurará, ao longo do ano de 1945, articular em ações concretas táticas de como lidar com a política e o sistema partidário. Desde que Vargas começara a dar sinais de fraqueza que teve a consequente “abertura democrática”, os militantes do partido seguiram a linha da política de União Nacional perpetrada pela CNOP.

O partido agora se dirige às grandes massas numa tarefa hercúlea de mobilizar e levar a cabo uma política de defesa da democracia e do progresso.

Os comícios *monstros* dão a tônica das mobilizações propagandistas em que Prestes surgia como referência máxima na esquerda e nas massas:

Um mês depois de sair da prisão, subiu ao palanque para falar no comício organizado pelos comunistas do Rio de Janeiro, debaixo de uma ovação inesquecível. Cerca de 10 mil pessoas enfrentaram a chuva fina e se espremeram desde cedo no estádio de São Januário, no subúrbio carioca. Qualquer esforço valia para ver e ouvir Prestes, e se espantar com seu gigantesco retrato plantado no gramado, iluminado por gás neon e encimado por grandes letras que formavam a palavra 'Brasil' – sem contar, é claro, o impacto provocado pela visão das bandeiras do Brasil e da União Soviética, hasteadas uma ao lado da outra, no centro do estádio. Para surpresa geral, Prestes anunciou uma reviravolta política completa na posição dos comunistas: declarou apoio incondicional ao governo de Getúlio, reivindicou a convocação de uma Assembleia Constituinte e defendeu o adiamento das eleições presidenciais (SCHWARCZ, 2015, p. 388-89).

Em maio, quando a guerra já estava a termo, Prestes faz um balanço da situação internacional e de como, agora, deviam agir os comunistas. Ao término da Guerra, os comunistas acreditavam num longo período de paz nas relações internacionais promovidas pelos três mais poderosos países (EUA, Inglaterra e URSS). A vitória sobre o nazi-fascismo, fora, segundo Prestes: (...) a obra gigantesca dos três maiores estadistas de nossa época⁵⁸.

Claro, Prestes referia-se ao Presidente Roosevelt (EUA), Churchill, Primeiro-ministro do Reino Unido e ao “Marechal Stálin” da URSS, como ele mesmo se referia à Stálin. Na visão dos comunistas, vivia-se uma nova condição histórica e era preciso restabelecer a “união de todas as classes”, porque a “democracia burguesa volta-se para esquerda” e a classe operária

⁵⁸ Cf. Luiz Carlos Prestes, *União Nacional para a Democracia e o Progresso*, apud (CARONE, 1982, p. 28).

“tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional⁵⁹”

Na verdade, Prestes não analisava a conjuntura nacional de forma aleatória. Neste documento escrito por ele em 23 de maio de 1945, intitulado *União nacional para a democracia e o progresso*, em que o secretário-geral avalia os novos tempos, ele cita uma frase de Stálin: “Com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico⁶⁰”.

Sintomaticamente, apesar de a IC – como já referimos – não ter definido diretamente a linha política do partido entre 1942 e 1945, Moscou era, ainda, o centro nevrálgico de um pensamento político-partidário das esquerdas.

Prestes condena o passado reacionário que colocaram os comunistas na prisão depois de 1935. Entretanto, devido à guerra, o Brasil havia se tornado “o povo mais comunista da América⁶¹”. O PCB logrará uma postura de defesa da democracia e do constitucionalismo burguês. Agora era necessário mostrar às massas o programa do Partido Comunista:

(...) a negação da miséria e da fome, a negação do atraso e do analfabetismo, a negação da tuberculose e do impaludismo, a negação do barracão e do trabalho de enxada de sol a sol nas fazendas do senhor, a negação da censura à imprensa e das limitações de toda ordem às liberdades civis, a negação enfim da exploração do homem pelo homem. E o povo tem razão, porque *é realmente este em seus traços gerais o nosso programa, o programa do Partido Comunista do Brasil*, que justamente por isso é nos dias de hoje o partido não só do proletariado como de todo o povo⁶².

⁵⁹ *Ibid.*, p. 29.

⁶⁰ *Ibid.*, p.30.

⁶¹ *Ibid.*, p.30.

⁶² *Ibid.*, p.30. (grifos meus).

Como se nota o PCB, ao longo do período que vai da sua legalização (março de 1945) à cassação de sua sigla partidária (maio de 1947), terá como programática a luta pelo fortalecimento da recém-fundada democracia. Só assim, analisavam os pecebistas, se atingiria a “verdadeira união nacional” contra os elementos fascistas remanescentes na estrutura do Estado pós-45. Por isso, dizia Prestes, era fundamental fortalecer o campo democrático no interior do Parlamento. Seria no “Parlamento democrático” a luta contra o “capital estrangeiro mais reacionário” que almejam agafanhar as riquezas nacionais⁶³.

Ao “Parlamento democrático” cabe, exorta Prestes, “assegurar a liberdade sindical”. Igualmente, deve-se lutar contra a fome, a inflação, carestia e contra os graves problemas econômicos. Mas este trabalho, tão caro ao esforço de União Nacional também deve, argumenta Prestes, ser refletido entre “patrões” e “operários” na medida em que estes últimos “querem e precisam de melhores salários” e que, no entanto, se atendidos, “saberão ajudar os patrões”.

Ademais, eram necessárias diretrizes, pois a questão da Constituinte era algo a ser resolvido pela “classe política⁶⁴”. E como salientou Ronald Chilcote, o PCB estava interessado em fazer coalizões e alianças com o intuito de aumentar sua base e de galgar um lugar de destaque no sistema eleitoral (CHILCOTE, 1982) e não necessariamente – e é isto que sustentamos – aliança tática com a burguesia nacional; era uma questão de tática e estratégia para defenestrar os elementos fascistas remanescentes do Estado Novo.

Assim, o PCB ia se estruturando como o “esteio máximo da ordem” e defensor das liberdades individuais na luta pela democratização da vida social e política do país. Havia a necessidade de se lutar pela democracia e pela paz, visto que: “a derrota militar da Alemanha nazista foi uma grande vitória da democracia⁶⁵”. Nesta nova empreitada pela democracia o PCB – como tarefa

⁶³ *Ibid.*, p.34

⁶⁴ *Ibid.*, p.34.

⁶⁵ Cf. Luiz Carlos Prestes. *Os comunistas na luta pela democracia*, apud (CARONE, 1982, p. 46).

de organização tática – desenvolveu um amplo trabalho sobre as massas criando os *Comitês Democráticos Populares*.

Apesar dos êxitos ressalva-se que a política de massas do partido e suas formas políticas de filiação partidária não seguiram estritamente os métodos bolcheviques. Claro está que, apesar de contabilizar entre 180 e 200 mil membros, não se podem encarar estes números como sendo *militantes profissionais*⁶⁶; foi claramente uma política de massas, que ensejou dificuldades, para o PCB, no sentido de ajustar o centralismo democrático às bases partidárias.

Com efeito, a política de massas do partido resultou numa concepção difusa de vanguarda. Se antes o “*vir-a-ser*” *vanguarda* era dirigir a classe operária na revolução proletária, doravante o papel de vanguarda do partido objetivou-se em “dirigir o processo de redemocratização do país” (PANDOLFI, 1995, p. 150).

Organismos criados pelo PCB e que se espalharam rapidamente para diversas regiões – os *Comitês Populares* – cresceram e se tornaram um eficiente instrumento partidário da política de União Nacional o que obviamente desagradara o *establishment* à época. Fato, Eurico Gaspar Dutra não via com bons olhos estes *Comitês*. Destruí-los era vital para asfixiar o partido em suas bases.

No campo do sindicalismo vale lembrar a atuação do PCB na criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), elemento essencial para a configuração do futuro surgimento de uma futura Confederação Geral dos Trabalhadores: o MUT configurava-se como esboço de intersindical organizada pelos comunistas servindo como instrumento de pressão na campanha por uma anistia irrestrita e ampla que veio em abril de 1945. Segundo Pandolfi:

⁶⁶ A historiografia, tanto “pecebista” quanto a de lastro weberiano, entendem, erroneamente, que estes 180/200 mil *membros* eram *militantes*. Diz José Antônio Segatto: “De cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte” (SEGATTO, 1989, p. 56). Da mesma forma, encara o historiador Bóris Fausto em sua História do Brasil: “Calcula-se que o partido [O PCB] contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil *militantes*” (FAUSTO, 2009, p. 402, grifo nosso).

O seu surgimento representava o passo inicial para a criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores [...] Desde o início da década de 20 os comunistas combatiam a fragmentação do movimento operário, defendendo a unicidade sindical e propunham que os diversos sindicatos se aglutinassem em torno de entidades estaduais, que por sua vez deveriam se subordinar a uma única central nacional (PANDOLFI, 1995, p. 160).

Ao longo do ano de 1945, o MUT propôs uma política de reforma do sindicalismo corporativista. A estes imperativos, Getúlio mostra sua face ao mesmo tempo autocrática e conciliadora: não dá soberania às assembleias, mantendo nas reuniões do sindicato um funcionário do Ministério do Trabalho, e “concede apenas os pontos relativos à democratização do acesso à vida sindical, deixando em vigor aqueles que mais diretamente afetariam o controle dos sindicatos pelo Estado” (SANTANA, 2001, p. 42).

Em realidade a atuação do MUT transcorreu no sentido de assegurar a política de União Nacional dos comunistas. E mesmo após a queda de Vargas que foi deposto por um golpe em 29 de outubro de 1945, o “próprio MUT não se manifestou de forma enfática sobre a deposição de Vargas e, quando o fez, foi para solicitar calma aos operários” (SANTANA, 2001, p. 44).

O militante Moisés Vinhas faz um interessante relato dessa posição dos comunistas, em que o pese ser o PCB, naquele momento o partido da “ordem” e da “tranquilidade”:

Partido do proletariado, partido ligado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários: – é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessa ao fascismo (VINHAS, 1982, p.116, *apud*, SANTANA, p. 44).

Também Prestes em documento histórico apontava para o papel dos comunistas e operários nos sindicatos no sentido de ajudar e apoiar o atual governo e o patronato contra o “provocador fascista” das “grandes empresas reacionárias”.

Era por intermédio do MUT que o partido pensava aglutinar todas as *forças patrióticas* contra potenciais elementos fascistas que atuavam tanto no governo quanto nas ditas *empresas reacionárias*. Aqui fica clara a concepção da classe dominante brasileira para o partido: o patronato (a burguesia nacional) e as empresas reacionárias (o capital monopolista do imperialismo)⁶⁷.

Durante a interinidade de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o partido, resolutamente, através de reuniões, debates e discussões, empreende-se na tarefa de transformar o MUT numa forte organização operária traduzida na fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Boris Faustos lembrou que Linhares foi um arguto perseguidor da política sindical dos comunistas neste período. Segundo Fausto: "Linhares [...] começou também a reprimir os comunistas, mandando invadir algumas sedes do PCB" (FAUSTO, 2009, p. 397). Na análise de Marco Aurélio Santana, com esta medida – a da fundação de uma central sindical –, o partido paulatinamente conseguirá importantes êxitos sobre a massa operária. Na verdade, o PCB coloca-se como o defensor das greves, mas naquele momento de transição para a Democracia seria necessário “apertar os cintos”.

⁶⁷ “Procurar o seu sindicato para transformá-lo em instrumento de luta pela união nacional e garantia máxima da ordem interna é o grande dever operário na hora que atravessamos. É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões a encontrarem soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia” Cf. Luiz Carlos Prestes. *União Nacional para a Democracia e o Progresso*, apud, CARONE, 1982, p. 37-38.

Ao longo do governo provisório de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), os comunistas tentam prosseguir com a orientação política que até então empreendiam. O MUT, visando pavimentar o caminho para a organização de uma verdadeira central operária, desenvolve uma série de reuniões e encontros que desembocariam na fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. Nesse quadro, os comunistas, agora inseridos na perspectiva da campanha eleitoral, abandonam parcialmente a luta pela Constituinte e buscam canalizar o movimento operário para seus desígnios. Ao longo de todo o período, desde a obtenção da legalidade, o PCB vai aumentando seu controle sobre a massa operária. A orientação política de 'ordem e tranquilidade' tinha como rebatimento no meio sindical a orientação de 'apertar os cintos', evitando greves (SANTANA, 2001, p.44).

Segundo Dinarco Reis, o PCB e Prestes, quando da deposição de Vargas por um golpe militar por Dutra, Góis Monteiro e Filinto Müller, sugeriram que o então chefe do Estado Novo, como comandante máximo da Nação, resistisse. Porém, Vargas preferiu a renúncia e capitulou. Ainda: no dia do golpe não só o Catete fora sitiado pelas forças militares, mas também a sede do PCB – “foram cercados por tanques e ocupados militarmente” – recorda Dinarco Reis (REIS, 1981).

Após a queda de Getúlio, os comunistas não hesitaram em forjar sua própria candidatura para a presidência da república. A política de União Nacional do PCB – concepção de Revolução Brasileira – flexibilizou-se, taticamente, em “garantir a realização das eleições e convocação da Assembleia Constituinte” (RODRIGUES, 1997, p. 409).

O PCB tentou lançar a candidatura de Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo e de forte ligação com o PTB de Getúlio. Após um pequeno período de conversações, Prestes Maia desistiu. A menos de 15 dias das eleições, Luiz Carlos Prestes veio a público com o nome de Yedo Fiuza que era um desconhecido na cena política, inclusive dos próprios militantes do PCB. Fiuza havia sido diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro e ocupou provisoriamente a prefeitura de Petrópolis (PACHECO, 1984).

A ideia de optar por Fiuza era porque ele também tinha laços políticos com o PTB e, o plano político-eleitoral imediato do PCB era disputar os votos com este partido. Escolhido o candidato, o PCB se empenha na campanha e, contra todas as expectativas, consegue arrecadar cerca de 10 milhões de cruzeiros, um valor considerável para a época. Nos dizeres de Prestes, logo após a divulgação do nome de Fiuza, essa decisão de optar pelo político de Petrópolis seria a primeira medida prática da “*revolução nacional burguesa*” (CHILCOTE, 1982 p. 96). E como salientou Dulce Pandolfi:

Atraídos pelo apelo popular do PTB, os comunistas perceberam nessa aproximação uma possibilidade de ampliação de sua base social [...] A justificativa para uma aproximação com o PTB era a mesma que havia sido utilizada para uma aliança com Vargas. Conquistar a massa getulista e petebista era o grande objetivo dos comunistas” (PANDOLFI, 1995, p. 152).

Fiúza foi o terceiro candidato mais votado com quase 10% dos votos válidos – algo bastante alentador para um partido recém-saído da clandestinidade do Estado Novo⁶⁸. Certamente, apoiar Fiuza expressava uma tática do partido de preservar o nome de Prestes e, conseqüentemente evitava o comprometimento futuro do PCB com Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra.

O resultado dos esforços da campanha eleitoral – “com um grande esquema de agitação e propaganda” (SEGATTO, 1989, p. 63) – mostraria que, realmente, o PCB havia se transformado num grande partido de massas e teria todas as condições políticas de rivalizar, ao menos em logo prazo, o poder do

⁶⁸ Ver SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

Estado burguês. Após as eleições de dezembro para a presidência, o partido se prepara para as eleições do legislativo.

A Assembleia Constituinte se instalou no começo de 1946 e entregou ao Brasil uma Constituição em 18 de setembro. A nova Carta constitucional mantinha as conquistas sociais de década de 1930, previa a garantia e a exigência da democracia e dos direitos civis e políticos; constituía eleições diretas para o executivo e legislativo no âmbito municipal, estadual e federal. Também assegurava, virtualmente, a liberdade de imprensa e de expressão e colocava como imperativo a necessidade de partidos políticos para o *bom andamento das instituições republicanas* (SCHWARCZ, 2015).

Apesar disso, os limites democráticos ficaram evidenciados pois excluía os analfabetos ao direito de voto, restringia o direito de greve e não assegurava aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas. Segundo Boris Fausto, “(...) O direito de greve foi reconhecido em princípio, mas a legislação ordinária tornou-o inoperante (...)”. Foram definidas o que eram “atividades essenciais” em que não eram permitidas greves e “(...) se o decreto fosse obedecido, só seriam legais as greves nas perfumarias” (FAUSTO, 2015, p. 221).

A participação dos comunistas nas eleições para a Constituinte demonstraria que o PCB, de fato, simbolizava uma força eleitoral nada desprezível: elegeu Prestes como senador e mais 14 deputados. Isto representou, à época, quase 12% dos votos do eleitorado; no Rio de Janeiro este percentual chegava a mais de 20% dos votos contabilizados. E, segundo Evaristo Giovanetti Netto: “A bancada comunista difere das demais não apenas em função da ideologia e das propostas e emendas que apresenta, mas principalmente pela origem social de seus integrantes (NETTO, 1986, p. 71).

A bancada do PCB na Constituinte pode ser vista neste quadro:

PARLAMENTAR	ESTADO	VOTOS (nº)
Luiz Carlos Prestes (senador)	DF	157.397
João Amazonas	DF	18.379
Maurício Grabois	DF	15.243
Joaquim Batista Neto	DF	14.177
José Maria Crispim	SP	36.657
Oswaldo Pacheco da Silva	SP	18.520
Jorge Amado	SP	15.315
Milton Cayres de Brito	SP	10.595
Gregório Bezerra	PE	14.341
Agostinho Dias de Oliveira	PE	5.160
Alcedo Coutinho	PE	2.917
Claudino José da Silva	RJ	11.291
Alcides Sabeça	RJ	6.403
Carlos Marighela	BA	5.188
Abílio Fernandes	RS	5.947

Fonte: NETTO, Evaristo Giovanetti. O PCB na Assembleia Constituinte de 1946. São Paulo: Novos Rumos, 1986. p. 70-71

A composição social da Constituinte fora marcada por uma maioria de representantes das elites. Francisco Weffort chega a admitir: “os grupos oligárquicos a partir de 1945 passam a ter representação privilegiada no Congresso” (WEFFORT, 1980, p. 63). Assim, estes grupos passaram a influir suas propostas e delinear o conteúdo da Carta Constitucional na medida em que a ideologia predominante era a do liberalismo econômico o que representou, claramente, um retrocesso político mesmo na análise de um liberal americano como Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1975). E, segundo o estudioso da atuação do PCB na Constituinte, Evaristo Giovanetti:

Em decorrência da forte pressão dos grupos oligárquicos, do aparato burocrático do Estado e dos grupos externos só poderia resultar, como de fato resultou, um documento em profundo desacordo com a realidade brasileira e com as necessidades e aspirações da sociedade, cujos setores mais progressistas estavam sub-representados na Constituinte de 1946. A subalternidade da Assembleia ficaria ainda fortemente caracterizada pela sujeição a grupos de pressão externos, que influíram na redação de alguns artigos basilares, impondo sensíveis retrocessos ao salvaguardar monopólios estrangeiros em detrimento das riquezas hidráulicas e minerais do país, ao mesmo tempo em que obstava qualquer medida de proteção ao homem do campo e inviabilizava a reforma agrária, para não falar das ressalvas com que cercaram o debate sobre o direito de greve e na extrema má vontade com que foram mantidas na Constituição as concessões outorgadas por Vargas (NETTO, 1986, p. 79-80).

Em realidade, foram intensos os debates na Constituinte. O PCB buscou marcar sua atuação de maneira a fazer frente aos anseios mais conservadores das classes dirigentes e situar-se como partido da democracia e do Estado laico. Contra leis e decretos que mantinham privilégios sobre a terra, leis de não proteção ao trabalhador rural e que dificultavam as greves nas cidades, os parlamentares pecebistas foram tenazes em sua ação parlamentar.

Apesar de o PCB não ter obtido êxitos com a maioria nos trabalhos da Constituinte, obtiveram dois feitos que foram vitoriosos: tiveram êxito ao aprovar a Lei de Greve e assegurar os direitos civis. No que tange ao direito de greve foi defendida pela bancada comunista pela emenda n.º 3197 ao Art. 164, parágrafo 26, que perfilhava no seguinte texto: “É reconhecido o direito de greve” (NETTO, 1986, p. 156). Não só. O deputado Jorge Amado reagiu ao intento de um projeto estipulando o ensino religioso no país e sobre o preâmbulo da Constituição. Pondera Jorge Amado: “religião é coisa de foro íntimo de cada um e só mesmo o desejo de agradar a determinados setores de

nossa vida política pode levar constitucionalistas a fazerem do ensino religioso matéria constitucional⁶⁹. Sobre o preâmbulo, os comunistas propuseram:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Constituinte para organizar um regime livre e democrático, que assegure a unidade, o progresso e a soberania da Pátria e o bem-estar do povo, decretamos e promulgamos a seguinte constituição (*Anais da Assembleia Constituinte, apud NETTO, 1986, p. 173*).

Prevaleceu, no entanto, no documento final promulgado em 18 de setembro um texto que feria os princípios de uma democracia e de um Estado verdadeiramente laicos:

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a Proteção de Deus, em Assembleia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil (*Anais da Assembleia Constituinte, apud NETTO, 1986, p. 173*).

É evidente, e não menos importante colocar estas questões, pois mostram que o PCB pautava-se como um elemento verdadeiramente democrático e laico na nova configuração do Estado burguês brasileiro.

Num manifesto conjunto, a bancada comunista protestou e argumentou que discordava inteiramente do conteúdo do preâmbulo que invocava divindades, pois procedendo assim “fere o princípio da completa separação entre Igreja”⁷⁰ e, sendo o povo o único soberano, advertia os parlamentares

⁶⁹ *Anais da Assembleia Constituinte, apud NETTO, 1986, p. 172.*

⁷⁰ *Ibid.*, p. 174.

comunistas “não vemos porque adotar-se o preâmbulo na forma em que foi apresentado”⁷¹.

Na análise de Daniel Aarão Reis, e, no que tange aos anseios dos comunistas entre 1945-1947:

Os comunistas batiam na tecla que assegurara o sucesso durante a guerra: manter e aprofundar a união nacional, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado. Por outro lado, na ânsia de obter credibilidade, numa sociedade trabalhada à exaustão por campanhas que os apresentavam como sanguinários, assassinos e impatriotas, os comunistas tentaram se apresentar como paladinos da ordem política e da paz social. Queriam mudanças, mas não a desestabilização do país (REIS FILHO, 2002, p. 72).

Contraditoriamente, o PCB, o partido que mais havia se empenhado pelo equilíbrio democrático – de apego às regras constitucionais – foi duramente golpeado com a cassação de seu registro pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas o golpe da ilegalidade sobre o partido se deve não só a possíveis erros de leitura da realidade, imergindo em “ilusões constitucionalistas”, diria Lênin⁷² – mas a fatores tanto internos como externos. O próprio crescimento do partido assustara os setores burgueses em seus respectivos partidos (UDN, PSD, PTB) e, além disso, o conservadorismo liberal do presidente Eurico Gaspar Dutra não via como razoável o crescimento do PCB.

Outro fator importante, talvez principal, foi a mudança nas relações externas: EUA e URSS, polos de poder internacional, rompem relações diplomáticas resultando num conflito que duraria anos, a Guerra Fria. Houve

⁷¹ *Ibid.*, p. 174.

⁷² Ver LENIN, Vladimir Ilyich. **Ilusões Constitucionalistas**. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

decerto uma mudança drástica nas relações de força na geopolítica mundial ao fim da Segunda Guerra Mundial com a emergência de dois polos contraditórios de poder: o bloco capitalista capitaneado pelo imperialismo exercido pelos EUA e o bloco socialista liderado pela URSS. Segundo Antônio Carlos Wolkmer:

Esse choque de interesses, a necessidade de ocupação de espaços e o alargamento das zonas de influência geraram, no âmbito da chamada 'guerra fria', a insegurança, o perigo e a ameaça constante de outros conflitos aniquiladores (WOLKMER, 1989, p. 11).

É possível e aceitável argumentar que a Guerra Fria marca profundamente, mas não em todos os aspectos, o desenvolvimento ulterior da política pecebista em todo o período de 1947 a 1964. Muitos historiadores e analistas políticos divergem quanto ao "início" da Guerra Fria, se foi imediatamente ao bombardeio de Hiroshima e Nagasaki no Japão em agosto de 1945 ou; após as Conferências de Yalta e Potsdam em fevereiro e julho de 1945, respectivamente, ou mesmo em seguida ao discurso de Winston Churchill na cidade americana Fulton, em março de 1946, quando este provoca com a expressão inglesa *iron curtain* – cortina de ferro – em alusão ao reagrupamento de diversos territórios da Europa oriental pela União Soviética.

O fato, no entanto, é que o início da Guerra Fria não se pode demarcar ou mesmo datar com precisão. No Brasil ela começou em maio de 1947 com a extinção da legenda do partido. Inicialmente, a cassação da legenda causou espanto e indignação dado que em fevereiro o PCB convocava seus membros ao IV Congresso para o mês de maio. Dias antes da cassação, os membros da Executiva estavam bastante tranquilos em relação ao julgamento que, acreditavam, lhes seria favorável. Como bem resumido por Daniel Aarão Reis o episódio do fechamento:

Foi um estupor. Correrias para salvar arquivos. Sedes fechadas pela polícia. Jornais empastelados. Imprecações, protestos, denúncias. Meses mais tarde, em janeiro do ano seguinte, outra violência: a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pelo PCB [...] De volta aos subterrâneos da sociedade. Os comunistas reagiram com a radicalização revolucionária (REIS, 2007, p.80).

Não se pudera crer que a recém-fundada democracia brasileira, com uma constituição liberal e defensora da pluralidade partidária e política, pudesse ferir um partido tão importante para sua própria sobrevivência e: para muito da intelectualidade do período, a democracia podia ser “medida” em relação direta com a legalização ou não de um partido comunista (FALCÃO, 2012).

O sucesso da política de União Nacional foi possível nos primeiros anos da república democrática pela confraternização e “convivência pacífica” entre EUA e URSS do imediato pós-guerra. No Brasil, setores das Forças Armadas, classes proprietárias e a Igreja “continuaram bastante hostis ao comunismo” (RODRIGUES, 1981, p. 412), embora o PCB houvesse se esforçado para o equilíbrio democrático e institucional burguês no sentido de aprofundar a *democratização e a liberalização* em seu sentido *stricto* liberal.

O endurecimento para com o partido fora demonstrado em abril de 1947, quando Dutra considerou a União da Juventude Comunista (UJC) ilegal. Em seguida Barreto Pinto – deputado do PTB – solicitou a cassação do partido junto ao Supremo Tribunal Eleitoral (STF). O PCB, é verdade, fazia duras críticas e oposição ao governo Dutra no parlamento.

Por isso, e também pelo notável crescimento do partido, Dutra fora extremamente duro com muitos comunistas ligados ao funcionalismo público e interveio em pelo menos 143 sindicatos da Confederação dos trabalhadores do Brasil (CTB). A repressão aos órgãos do partido não era rotina, mas mostraram-se pontuais em alguns momentos. No dia 30 de agosto e 27 de

novembro de 1946 o *Tribuna Popular* fora fechado pelas forças governamentais da reação.

Ademais, setores da grande imprensa foram tenazes em explorar uma entrevista que Prestes dera na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro ao ser questionado da iminência de uma guerra em que Brasil e URSS viessem, mesmo que indiretamente, a se enfrentarem.

A cruzada em combate à legalidade do PCB desenvolvia-se no clima da Guerra Fria. Juraci Magalhães, um dos próceres da UDN, pedia que Prestes esclarecesse o fato de uma possível guerra entre Brasil e URSS, quais seriam as providências dos comunistas brasileiros, ao que “Prestes Respondeu: – Os comunistas seriam contra a guerra” (MORAES; VIANA; 1982, p.116).

Na avaliação do historiador Eliezer Pacheco, a grande mídia teve um papel importante para a cassação do PCB e explorou contundentemente a questão semântica levantada pela Suprema Corte que altercava a locução adjetiva da sigla partidária “*do Brasil*” e, por que não, em seu lugar, o adjetivo “*Brasileiro*”⁷³.

A imprensa burguesa logo começou a divulgar com grande estardalhaço que Prestes ficaria contra o Brasil em caso de guerra com a URSS, explorando isto até a exaustão e, inclusive, conseguindo impressionar setores da opinião pública. Necessitava-se, entretanto, de algo concreto para justificar o cancelamento do registro do PCB. Para isso, o STF, numa sutil interpretação semântica sobre o nome do Partido, o classificou como um partido estrangeiro, pois, no entendimento dos ministros da Suprema Corte, ao chamar-se Partido Comunista *do Brasil* e não *Brasileiro*, deixava clara sua condição de segmento de uma organização internacional (PACHECO, 1984, p.196. grifos do autor).

⁷³ Nas Forças Armadas Brasileiras, a Marinha denomina-se com locução adjetiva “Marinha do Brasil” e não “Marinha Brasileira” e nem por isso é uma instituição estrangeira. Ver: <https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval-0>.

Em 7 de maio, em que pesou falsa imputação por dois parlamentares, o STF arbitrou pela cassação do registro do PCB. A infâmia começara quando rumores apontaram uma suposta fraude na contabilidade das finanças do partido⁷⁴. Pouco antes da cassação, os pecebistas não viam como preocupante a possibilidade de cassação: “O processo que transitava no Judiciário exigindo o seu fechamento era considerado uma mera guerra de nervos (...), pois, segundo as avaliações, a exclusão do PCB não interessava à burguesia” (PANDOLFI, 1995, p. 168).

Prestes confiava fortemente que a democracia brasileira avançava com força e não poderia ser simplesmente detida pelos elementos fascistas do governo Dutra.

O PCB fora acusado de ter ajuda financeira da URSS. Assim, instaurou-se uma Comissão Parlamentar para averiguar tal acusação. Ao investigar os registros internos do Comitê Central, chefes de polícia verificaram que o Estatuto do partido era bastante diferente do que havia sido homologado no Tribunal Eleitoral. Segundo Eliezer Pacheco:

Baseado nesta informação o deputado Barreto Pinto solicita o fechamento do PCB, sendo a questão levada ao STF que, por 3 votos contra 2, aceita o parecer do vice-procurador da república, Alceu Barbedo, segundo o qual tratava-se efetivamente de uma organização estrangeira, pois seu nome ‘Partido Comunista do Brasil’ e não ‘Brasileiro’ o provava (PACHECO, 1984, p. 196).

⁷⁴ Leônicio Basbaum, militante do PCB à época da cassação, fez uma declaração em sua autobiografia – *Uma Vida em Seis Tempos* – que evidencia a fraqueza do PCB, apesar de seus esforços, no trabalho entre as massas: “Nenhuma só voz, quer de operários quer da burguesia, se levantou contra o que era visível e flagrante violência contra os termos expressos na Constituição. Somente alguns deputados ousaram fazer protestos simbólicos contra um fato consumado. (...) O fechamento pacífico do Partido demonstrou igualmente que este, apesar de seu grande número de membros, não havia penetrado profundamente na consciência das massas” (BASBAUM, 1976, *apud*, PANDOLFI, 1995, p. 168).

Neste dia, o da cassação do registro do partido, seguiram-se intervenções do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em catorze sindicatos e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), foi fechada por ser considerada uma agremiação voltada para dar suporte ao então partido ilegal.

O resultado: as sedes do partido foram fechadas e Dutra interveio em 143 sindicatos. Melancolicamente, a sede do PCB foi lacrada “por um solitário funcionário da justiça (...); de um partido com cerca de 180 mil membros, um senador, expressiva bancada federal, centenas de deputados estaduais, vereadores e profundas raízes junto à classe operária” (PACHECO, 1984, p. 197). Na análise de Pandolfi:

Às vésperas da cassação, os comunistas acreditavam na sobrevivência legal do partido. O processo que transitava no Judiciário exigindo o seu fechamento era considerado uma mera guerra de nervos, uma maquinação do grupo fascista ainda enquistado no governo, pois, segundo as avaliações, a exclusão do PCB não interessava à burguesia (PANDOLFI, 1995, p. 168).

Outro ponto a ser destacado é o fato de que a cassação do partido ocorre em meio à organização do IV Congresso, que deveria ocorrer em 25 de maio. Por isso, muitos militantes estavam a percorrer os Estados “onde haviam colhido bons resultados” (VINHAS, 1982, p. 94). Pegos de surpresa, base militante e Comitê Central decidem pelo adiamento do Congresso, que só ocorreria em 1954.

De imediato, os comunistas não foram presos nem sua imprensa debelada⁷⁵. À exceção de Gregório Bezerra, que fora indiciado por suspeitas

⁷⁵ “Deve-se notar que o PCB pode manter legalmente seus jornais e publicações de massa, apesar de sujeitos a periódicas investidas da polícia e a fechamentos temporários” (RODRIGUES, 1997, p. 413).

de incendiar o 15º Regimento de Infantaria; teve de enfrentar 18 meses em cárcere até conseguir sua absolvição.

2.3. O Manifesto de Janeiro (1948): a Revolução Brasileira radicalizada

No período compreendido entre 1945 e 1947, a estratégia do PCB era endossar e sustentar a tese de União Nacional, ou seja, lutar pela liquidação dos resquícios de fascismo na sociedade brasileira e no Estado. Também estava na ordem do dia apagar aquela imagem de impatriotas, sanguinários e assassinos: “os comunistas tentaram se apresentar como paladinos da ordem política e da paz social. Queriam mudanças, mas não a desestabilização” (REIS FILHO, 2002, p. 72).

A Revolução Brasileira teria como objetivo, do ponto de vista político, democratizar as instituições do Estado através do trabalho político e de base no âmbito parlamentar e também da sociedade civil – dos sindicatos (MUT), Comitês Populares, associações e clubes, grêmios, UNE, etc. E, do ponto de vista econômico, aprofundar a estratégia de desenvolvimento pelo *nacional-estatismo* em contraposição a uma visão *internacionalista liberal*.

O desenvolvimento capitalista era, diziam os comunistas, possível e necessário para o encaminhamento da Revolução burguesa, posto que os trabalhadores pobres do Brasil sofressem mais pela falta de desenvolvimento das forças produtivas do capital. No entanto, ideologicamente, era preciso escamotear progressivamente os restos fascistas do governo e da sociedade.

A cassação do PCB foi uma surpresa para os militantes. Colocados na ilegalidade, os comunistas irão, agora, amargar na clandestinidade e atuarão no sentido de construir uma alternativa às ilusões reformistas do período anterior. E, no dizer de Leôncio Basbaum: “o fechamento pacífico do Partido demonstrou igualmente que este, apesar de seu grande número de membros, não havia penetrado profundamente na consciência das massas”⁷⁶.

Conquanto o PCB levasse a cabo uma posição de *convivência pacífica*, deixando claro que era o “partido da ordem”, a classe dominante e parcela das

⁷⁶ Cf. Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, apud, (PANDOLFI, 1995, p. 168).

lideranças trabalhistas “mostrava-se assustada ante as possibilidades de eclosões revolucionárias de cunho político” (MAZZEO, 1999, p.74).

Mas uma ressalva se faz necessária. Ainda que uma onda democrática se levantasse no Brasil daquele ano de 1945 e o PCB se mostrasse como um centro aglutinador das aspirações democráticas, é preciso situar que os setores conservadores da política e economia nacional agiam dentro dos novos partidos.

A UDN mostrava-se afeita a um golpe contra Getúlio Vargas com a palavra de ordem “*Todo poder ao Judiciário*” na voz do antigo tenente e colega de turma de Prestes, Eduardo Gomes da Aeronáutica (MORAES; VIANNA, 1982).

Por isso, compreende-se desde já que o PCB foi o elemento mais democratizante na vida política nacional neste período. Apesar de seus erros táticos de “apertar os cintos”, indo contra manifestações grevistas, o partido foi um ávido defensor das liberdades democráticas e do *Estado democrático de direito* e de uma Constituição com teor laico e redistributivo da renda. Uma avaliação autocrítica sobre isto se constatar no Manifesto de Janeiro de 1948:

Sem dúvida, a atuação dos representantes comunistas nas diversas assembleias parlamentares desde a Assembleia Constituinte não foi negativa nem nula, foi, pelo contrário, positiva, se bem que pudesse ter sido mais proveitosa, e serviu afinal para desmascarar definitivamente o caráter de classe dessas assembleias que não vacilaram em violar abertamente a própria Constituição para afastar de seu seio os representantes comunistas⁷⁷

⁷⁷ Luiz Carlos Prestes, Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista, *Problemas*, abril de 1948, nº 08, p. 18-42, *apud* CARONE (1982: 84).

Mostrando-se um partido da “ordem” e da “tranquilidade” o PCB não logrou êxitos, mesmo em sua empreitada de defesa da ordem e de luta política no âmbito da *legalidade burguesa*⁷⁸. A Guerra Fria se aproximava e as classes dominantes – quase sempre anticomunistas – não hesitaram em estancar qualquer elemento que pudesse vir a rivalizar mesmo no âmbito jurídico-político/parlamentar.

Ao ser colocado na ilegalidade o partido aos poucos se afasta da cena política parlamentar. O resultado foi um período de revisão e autocrítica que, de imediato, objetivou-se na redação do Manifesto de Janeiro em 1948 e, posteriormente, ao Manifesto de Agosto.

A historiografia existente sobre o PCB pouca atenção deu a estes dois documentos e, quando a deu, colocou o Manifesto de Agosto como o mais importante. Mesmo um autor *brazilianista* do calibre do norte-americano Ronald H. Chilcote que trabalha com fontes abundantes, sequer citou o Manifesto de Janeiro em sua obra *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*, que faz parte de nossa bibliografia sobre o partido.

De fato, o Manifesto de Agosto teve maior repercussão à época, pois refletia não só a conjuntura político-social imediata no plano nacional, como foi em grande medida redigido num momento crítico da Guerra Fria com os acontecimentos na Europa como o Plano Marshall (1948) e o alinhamento internacional entre Estados Unidos e Europa Ocidental na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); mas também sob forte influência da Revolução Chinesa (1949) e o estouro da Guerra da Coreia (1950-1953).

O Manifesto de Janeiro representou o início de um breve, mas importante período na história do PCB, abandono de sua formulação teórica sobre a Revolução Brasileira com sentido democrático-burguesa. Escrito no início de 1948, significou, segundo Mazzeo, um giro à esquerda e o

⁷⁸ O desenvolvimento da ideia de *legalidade burguesa* pode ser encontrado em MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 38.

consequente abandono de sua “linha colaboracionista e conciliadora de União Nacional” (MAZZEO, 1999).

O partido concebe o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) como “um governo de traição nacional”⁷⁹, pois aliado e a “serviço do imperialismo norte-americano”⁸⁰. O Manifesto de Janeiro é enfático na ideia de que os comunistas deixaram-se levar por “ilusões reformistas”. O fato é que o governo Dutra alinha sua política externa ao liberalismo dos EUA e dá um tom antissoviético internamente com a cassação ao PCB.

Intitulado *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista*, e assinado por Prestes, o Manifesto de Janeiro foi marcado por forte influência de uma importante reunião em Varsóvia – a Conferência dos Nove Partidos Comunistas em setembro de 1947 – que resultou na formação de um centro de informações sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI), o Kominform, e que tinha como objetivo estratégico assessorar os partidos comunistas no alinhamento com as diretivas do PCUS. Nesta conferência o dirigente russo Andrei Zhdanov já denotava as mudanças que as relações entre EUA e URSS rumavam. Em sua análise, a política internacional se polarizava em dois campos de força:

De um lado estavam as forças do imperialismo antidemocrático lideradas pelos Estados Unidos que submetiam os países capitalistas europeus à sua hegemonia e voltavam ao cerco e a uma política de guerra contra a URSS e seus aliados, que comporiam o campo oposto, anti-imperialista e democrático. Nesta demarcação, seria objeto cada vez mais prioritário a luta pela paz, capitaneada por uma União Soviética enfraquecida materialmente pela guerra mundial, que se defrontava com um adversário agressivo e detentor exclusivo, até então, de um arsenal atômico. (FALCÃO, 2012, p. 113-114).

⁷⁹ Luiz Carlos Prestes, *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista*, *Problemas*, abril de 1948, nº 08, p. 18-42, *apud* CARONE (1982: 73).

⁸⁰ *Ibid.*, p. 73.

Andrei Zhdanov ainda não deixou de lembrar as intenções claras de dominação do imperialismo norte-americano exercido sobre os países da Europa Ocidental na diligência de um plano econômico para a reconstrução das forças do *Capital* no território geoestratégico europeu: o Plano Marshall e “sua política guerreira e expansionista que se utilizava da luta ideológica (democracia X totalitarismo) para enfraquecer os soviéticos” (FALCÃO, 2012, p. 114).

Aos desdobramentos de uma cisão política e ideológica no plano externo, momento em que se dá o prenúncio da Guerra Fria, o Brasil de Dutra é facilmente capitaneado política e ideologicamente aos anseios de dominação imperialista de Washington nos EUA.

Como sustentou o historiador Nelson Werneck Sodré, a Guerra Fria foi a base ideológica que se serviu para justificar uma ampla política de subordinação aos anseios norte-americanos. O lema propagado era de que “existe uma ameaça externa que interessa a todos e a cada um dos países americanos” (SODRÉ, 1990, p. 153).

Escrito em seguida à cassação da sigla do partido, o Manifesto de Janeiro procurará fazer uma autocrítica àquela concepção de Revolução Brasileira em sua fase democrático-burguesa. Se se pode caracterizar o Manifesto em suas linhas gerais, encontramos não só uma autocrítica, mas também uma análise da realidade brasileira e da situação internacional o que levará, conseqüentemente, o partido a uma determinada concepção de ação revolucionária.

Ao proceder na análise do sistema partidário, o PCB entende, neste documento, que os demais partidos políticos servem como instrumento de grupos capitalistas reacionários e latifundiários “agentes do imperialismo” e aponta o profundo caráter antidemocrático desses partidos das classes dominantes. Ou seja, o Manifesto de Janeiro perfazendo a análise autocrítica não deixa de, embora de forma mecânica, fazer funda crítica ao sistema político-partidário:

Agrupações heterogêneas, sem dúvida, em que há de tudo, e portanto se equivalem, por mais diferentes e demagógicos que sejam seus títulos, por mais diversos que sejam os processos que empregam para enganar as massas, todos eles defendem os interesses dos elementos mais reacionários das classes dominantes, são partidos políticos dos grandes proprietários de terra, dos grandes industriais e banqueiros, dos agentes do imperialismo. São partidos políticos que defendem no fundamental os interesses 'de uma elite saída das classes beneficiadas pela situação atual..., todos nós ou pelo menos nossos parentes saíram das classes agrárias', para empregar a expressão do sr. Aliomar Baleeiro ao caracterizar a composição social da Assembleia Constituinte. É essa cara verdadeira, de partidos da classe dominante, que aparece agora, com clareza cada vez maior, à medida que se agrava a situação econômica do país e crescem e se aprofundam as contradições, obrigando a todos a tomar posição de um lado ou de outro, num ou noutro dos dois campos em que se divide o mundo, o das forças da democracia e do progresso e o da reação imperialista⁸¹.

Assim, o *sistema partidário brasileiro*, e aqui o PCB se dirige aos três mais importantes, a saber: PSD, PTB e UDN, constituem-se de partidos defensores dos negócios dos grupos "mais reacionários"; constituem-se como "partidos políticos dos grandes proprietários terra, dos grandes industriais e banqueiros, dos agentes do imperialismo"⁸².

A tese levantada pelo PCB é de que, precisamente por isso, pelas alianças com partidos "reacionários", configurou-se o sistema eleitoral como um acordo político de forças retrógradas e fascistas.

Ademais, o documento, já de início, entende que o fascismo, até então mascarado no pós-guerra, se reafirma em torno do exército, da igreja, dos grupos parlamentares, no judiciário e na imprensa e conta com o aval do

⁸¹ *Ibid.*, p. 77.

⁸² *Ibid.*, p. 77.

governo Dutra: “essa tática de infiltração fascista é, alias, empregada por toda parte, ajudada e estimulada pelo governo Dutra”⁸³.

De maneira autocrítica o partido condenou a excessiva preocupação com a ordem e tranquilidade de outrora num país “atrasado, semifeudal e semicolonial”⁸⁴ que levou o partido a privar a classe trabalhadora de suas importantes armas de luta como a greve e “só utilizar os métodos de lutas quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas etc”⁸⁵ em que pese o governo Dutra – referente das forças mais reacionárias – utilizar de todas as medidas de repressão contra os sindicatos, órgãos do partido e greves legítimas dos trabalhadores.

De fato, o partido insistiu em formas de luta “rigorosamente dentro da lei, da mesma lei que as classes dominantes há muito haviam deixado de respeitar e reconhecer”⁸⁶.

A análise de conjuntura dos comunistas naquele início de 1948 era a de que o imperialismo – sobretudo o norte-americano – se aproveitava para agredir “povos fracos e desorganizados”⁸⁷ como era o caso dos países da América Latina e seus elementos internos de colaboração, os latifundiários, responsáveis pela situação de penúria das classes trabalhadoras. Ademais, era um momento em que o imperialismo havia sofrido duras derrotas na Europa Oriental e na China. Retrata Del Roio:

Essa concepção estratégica foi resgatada pela política comunista no início dos anos 1950. Agora o cenário internacional mostrava que a estratégia da guerra popular

⁸³ *Ibid.*, p. 79.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 82.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 82.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 82.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 85.

centrada no campo podia ser vencedora. A vitória da revolução chinesa em 1949, a guerra da Coreia e os riscos de um novo conflito militar de dimensões mundiais derivados da contraofensiva imperialista levaram os comunistas a se concentrar nos grandes objetivos e a perder as mediações (DEL ROIO, 2003, p. 285).

Dada essa realidade, a perspectiva política e social, e as tarefas políticas imediatas do partido necessitariam ser repensadas. A indagação central do partido resume-se em: a) diante das forças da reação a mando do imperialismo, como evitar a enorme miséria a que se encontra milhões de brasileiros?; b) Qual estratégia para fortalecer a “indústria” e a crise econômica que se encontra a “Nação”? O vocabulário do partido expressa bem, apesar da autocrítica, que os fundamentos da Revolução Brasileira eram ainda “nacionais”, pois era preciso livrar a “Nação” dos interesses imperialistas: a Revolução Brasileira consistia, em suma, na revolução agrária, anti-imperialista e de libertação nacional.

O objetivo tático fundamental que o partido delineia consistia em explicar às grandes massas que o atraso da economia e, por conseguinte, da pobreza a que se encontravam, poderiam ser encontrado nos resquícios da relação social de tipo feudal que são um entrave ao desenvolvimento nacional:

Mas, se o avanço da reação resulta fundamentalmente do fato de não ter sido nem de leve tocada sua base econômica, da persistência no país de uma estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial, que constitui obstáculo principal ao progresso nacional, é contra isto que precisamos lutar levantando em coragem e audácia a solução dos problemas fundamentais da revolução agrária e anti-imperialista em nossa Pátria. Este o nosso objetivo estratégico. Precisamos explicar pacientemente às massas que a causa fundamental da miséria, do atraso, da ignorância em se debatem está no atraso de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais que ainda impedem a penetração do capitalismo na

agricultura, na exploração de nosso povo pelos trustes e monopólios estrangeiros”⁸⁸.

Neste documento, ao traçar objetivos estratégicos, o PCB, numa das raras vezes em sua história, especifica a questão da terra como fundamental para a o sucesso e êxito da Revolução Brasileira.

No entendimento dos comunistas era preciso mobilizar amplas massas camponesas e atacar as forças retrógradas em sua base econômica – o monopólio da terra – “para que trabalhem e possam livremente dispor da produção”⁸⁹ o que se deu nas experiências de luta pela terra em que o PCB teve importante atuação: Formoso e Trombas, no estado de Goiás e, Porecatu no norte do estado do Paraná.

A análise conjuntural das condições histórico-objetivas que os comunistas faziam, levava a crer que havia as condições para a unidade das massas populares na luta pela democracia dado que cresciam “as contradições no seio das classes dominantes” e o governo Dutra e “seu Ministério de negociatas” se enfraquece e “tudo isso significa que se desenvolvem as condições favoráveis à grande batalha política capaz de nos levar à instauração no país de um governo” de participação das massas populares e das forças democráticas e patrióticas. Para tanto, concorreria o trabalho de agitação e propaganda – ainda que na ilegalidade – para desmascarar o “antidemocrático e anti-social”⁹⁰ governo Dutra:

É indispensável colocar de maneira constante diante do país os motivos de nossa oposição, mas fazer isto de maneira

⁸⁸ *Ibid.*, p. 86.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 86.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 87.

concreta, de forma que sejam aceitos pela maioria da população; e baseados em tais motivos devemos orientar e desencadear a agitação, e realizar lutas efetivas que impressionem e abalem a todo o país, e coloquem em joguem a maioria da população contra o governo.⁹¹

Após o Manifesto de Janeiro e, endossando, completando este manifesto, o partido lança um importante *Informe Político*⁹² em maio de 1949, na clandestinidade, fruto de uma reunião do Comitê Nacional para traçar a linha política de caráter anti-imperialista, de luta pela democracia, independência nacional e o progresso. Em realidade, a historiografia, como salientou Frederico José Falcão (FALCÃO, 2012), ignorou inteiramente este Informe veiculado pelo número 19 da Revista Problemas e que tem Prestes como signatário.

O Informe caracteriza-se por forte apelo programático dado que aprofundou as embrionárias posições políticas contidas no Manifesto de Janeiro. Fica, portanto, neste Informe evidenciada as concepções estratégico-táticas que delineavam a proposta de Revolução Brasileira:

A luta de nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e a democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-os aos seus interesses para colonizar o país a submeter nosso

⁹¹ *Ibid.*, p. 87.

⁹² Escrito em maio de 1949 na revista *Problemas* foi publicado sob o título: "Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo". Ver: CARONE, Edgard. O PCB: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982. pp. 89-108.

povo a uma exploração crescente e a uma opressão política cada dia mais vexatória e insuportável.⁹³

Segundo João Quatim de Moraes, este *Informe Político* pode ser compreendido como uma manifestação de perceptível avanço teórico-político ao indicar elementos futuros de uma concepção de Revolução brasileira nacional e democrática efetuada pelas classes populares e erigida sob efeito das instituições de caráter democrático-burguesas (a constituição, o voto, a democracia representativa, etc.), porém conduzidas pela classe operária como a responsável pela sua realização.

Ou seja, apesar de escrito na ilegalidade e caracterizado o governo de Dutra como ilegal e suas medidas inconstitucionais, o partido não se oporá às “instituições democrático-burguesas no plano dos princípios” (MORAES, 2007, p. 225), mas colocará o conjunto das classes trabalhadoras como a força efetiva de democratização e progresso.

Caracteriza-se, portanto, a revolução em etapa democrático-burguesa, contra o imperialismo e os agentes internos que o sustentam – o grande latifúndio. No entanto, muito expressivo, é o tom de libertação nacional que o *Informe* expressa, influenciado que estava pelo relatório de Zhdanov.

A leitura que os comunistas faziam era de que se acentuava no Brasil “cada vez mais o processo de colonização” o que determinava incisivamente a posição de país dependente de “situação de dependência econômica”⁹⁴.

Segundo João Falcão, o PCB “não percebia o quanto de capitalismo” (FALCÃO, 2012, p. 128) dependente a economia brasileira se encontrava. Conquanto apresente importantes apontamentos para a história do partido, não se deu a devida atenção aos documentos e fontes históricas. Os membros do

⁹³ Cf. Luiz Carlos Prestes, *Informe Político ao Comitê Nacional do PCB*, apud CARONE, 1982, p. 97.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 94.

partido, apesar das dificuldades teóricas, não negavam que “a luta do nosso povo” se dava contra a pauperização “o atraso e a ignorância”.

A democracia e o progresso seriam, antes de tudo, armas na luta pela “independência nacional” contra os “monopólios” e o governo de “traição nacional” de Dutra – “de cínicos fantoches que trocam o uniforme nacional pela libré de lacaios de Truman e de Wall Street”⁹⁵.

Sabiam os comunistas que só poderia haver “democracia de verdade” quando fossem removidas as profundas causas que geram a dependência: “todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária, de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norte americano [...] pela independência nacional”⁹⁶. É importante frisar que o caráter anti-latifundiário e anti-imperialista da revolução democrática de que fala o partido “só pode ser realizada sob a direção do *proletariado*”.

Observar-se-á que na *construção do socialismo*, o partido dá ênfase na especificidade do proletariado e não na burguesia nacional. Del Roio assevera que as relações de forças no campo nacional e popular (a *questão nacional*), referiam-se, claramente, para o PCB, contra ou a favor do imperialismo e deve ser entendida não de forma monolítica no *campo econômico*, mas levando em consideração aspectos político e cultural:

Assim, a definição da burguesia como nacional não se dá apenas pela mera inserção no processo produtivo do capital, mas depende das opções políticas que ela encara como classe, ao se defrontar, por um lado, com a pressão imperialista, e, por outro, com o proletariado. A opção da burguesia, nessa situação, era de caráter político e cultural, opção com fundamentos e resultado econômicos, mas que se resumia na decisão de fazer parte ou não do povo-nação em construção (DEL ROIO, 2007, p. 99).

⁹⁵ *Ibid.*, p. 94-98.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 99.

Obviamente que os partidos mais importantes e que atuavam no Brasil neste período eram compostos pelos elementos mais retrógrados do ponto de vista político e econômico. Representavam os interesses das classes dominantes: das oligarquias agrárias e das classes burguesas e frações dessa classe como outrora colocou o cientista político Francisco Weffort.

Um crítico e intérprete importante do Brasil, o historiador Nelson Werneck Sodré, apontou do ponto de vista econômico, como se operava no Brasil a atuação desses elementos.

O que ocasiona o atraso do campo é o monopólio da propriedade fundiária. Nelson Werneck Sodré enfatiza a premência do desenvolvimento somente com a aniquilação deste monopólio em suas variadas formas espoliativa como o *grilo* e o *caxixe*⁹⁷. De forma geral, as forças no campo difundem-se antagonicamente em latifundiários-capitalistas e os *pobres* que arrendam a terra⁹⁸. Conquanto as forças capitalistas penetrem no meio rural, Sodré assevera a permanência/conservação daquilo que denominou *restos feudais*, ou seja, de relações pré-capitalistas na propriedade fundiária-monopolista⁹⁹.

Del Roio, importante intérprete da obra *sodreniana*, escreve:

⁹⁷ Tanto o *grilo* quanto o *caxixe* são expressões antigas para a prática de “posse ilegal” da propriedade fundiária. O uso de insetos (grilos) para manipular documentos de posse da terra, como a alusão ao macaco que come o cacau por dentro (macaco caxixe) expressão denotações dessas práticas “ilegais”. Ver: LINS, 2013. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 22-26 jul. 2013. *A ocupação da terra e as relações de trabalho na lavoura cacauzeira*.

⁹⁸ Os pobres, a *grande massa* que vão daquilo que Sodré chama de *semiproletariado* “(...) ao lado de camponeses médios e da burguesia rural, em luta pela posse da terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural” (SODRÉ, 1968, p. 355).

⁹⁹ Talvez seja de suma importância precisar melhor a polêmica em torno da difusão, na obra de Sodré, da construção teórica do que se entende por *restos feudais*. Na concepção analítica do historiador pode-se argumentar que os restos feudais são os resquícios de relações pré-capitalistas na relação entre o produtor rural o dono do grande latifúndio. Como lembrou José Paulo Netto, Sodré foi infeliz na expressão “feudal” ao querer caracterizar a vigência de relações sociais não-capitalistas no contexto da grande propriedade fundiária. Ver NETTO, José Paulo. Nelson Werneck Sodré: o general da História e da Cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

[...] para Sodré, as vastas zonas de fronteira da conquista colonial, incluindo as missões jesuíticas e de criação de gado não podem mais que serem chamadas de 'feudais'. O feudalismo prevaleceria, assim, além de nas áreas de regressão, também naquelas áreas mais extensas do interior do continente, de menos densidade demográfica e menor peso político. Significa então que o Brasil colonial se caracteriza pela contemporaneidade do não-coetâneo. Isso quer dizer que, embora a lógica histórica diga que são modos de produção que se sucedem, no Brasil escravismo e feudalismo convivem numa formação social compósita e segmentada, na qual a primeira forma aparece como mais avançada e a segunda como regressiva (DEL ROIO, 2007, p. 9).

No Brasil, os grandes proprietários eram irrisoriamente taxados em impostos e o crédito agrícola quase inexistia aos pequenos e médios produtores. A isto compete a *estrutura dual* do quadro agrícola brasileiro: de um lado os grandes latifundiários monocultores (a *grande lavoura*) que sofre de uma crise estrutural de superprodução e os pequenos proprietários (a *pequena lavoura*) que enfrentam as dificuldades das crises de subprodução.

Decorre que enquanto a grande lavoura tem um caráter permanente e cobre uma parte maior da terra agricultável, a pequena lavoura tem um caráter temporário. Ademais, a grande lavoura possui um nível técnico mais avançado na utilização de máquinas e implementos agrícolas, etc.

A pequena lavoura conta com processos produtivos menos avançados como a tração animal e arados, em sua maioria. Sodré aponta que esta situação é mantida por conta do *poder público* (o Estado) que tem sua atenção voltada à agricultura de exportação.

A resultante histórico-estrutural desse esquema se dá na defecção da pequena propriedade e conseqüente êxodo rural. Aumenta, assim, a concentração de terras e o ciclo de interesses sobre o "aparelho financeiro" (o Estado) cresce e "absorve os recursos do país (...) os interesses do latifúndio dividem as coisas como dividem os homens" (SODRÉ, 1968, p. 358).

Conclui Sodré que não apenas a grande massa do campo sofre as consequências deste processo dual, mas toda a população do país “que paga mais caro aquilo de que necessita para subsistir” (...) estreitando o mercado interno: à subprodução corresponde o subconsumo, com todo o seu cortejo de problemas” (SODRÉ, 1968, p. 358).

A economia nacional, desta forma, padece com a dupla contradição: de um lado as forças externas do imperialismo que corrói a economia nacional com a sedenta política de remessas de lucros e as forças internas que se caracterizam pela estrutura dual da economia: a grande lavoura capitalista, mas que sobrevive, também, à custa de relações pré-capitalistas e a pequena lavoura de baixo nível técnico e produtividade.

Sobre a questão agrária, o Manifesto de Janeiro reconhece que não há qualquer organização efetiva das grandes massas de trabalhadores rurais. Claro que, se até os setores urbanos mais avançados como o MUT e os Comitês Populares se desmobilizaram, as forças do campo, neste momento histórico, careciam de uma organização mais eficiente na luta pelo acesso à terra. Ainda: a questão da desmobilização das massas rurais, o partido, em autocrítica, diz ter dado “pouca atenção” as “lutas dos trabalhadores rurais” contra os setores latifundiários “o que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Luiz Carlos Prestes, Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista, *Problemas*, abril de 1948, nº 08, p. 81, *apud* CARONE (1982: 73).

CAPÍTULO 3 – METAMORFOSES POLÍTICAS: RUMO À NOVA POLÍTICA (1950-1958).

3.1 O ambiente sociocultural dos anos 50.

Indubitavelmente, a década de 1950 constitui-se em um importante marco na história brasileira. Diversos estudiosos afirmam ser mesmo um divisor de águas da nossa acidentada trajetória temporal. Neste subitem vamos analisar por que a década de 1950 foi tão rica, controversa e mudou os rumos e o destino da Nação. Ademais, o caldo cultural que foi característico da década de 50 não pode ser colocado num plano de análise de uma linha do tempo que começa em 1950 e termina em 1960, seria demasiado ingênuo da nossa parte.

Quando pensamos o sentido da “década de 50” estamos querendo dizer determinadas características próprias de um tempo que ultrapassa a mera data – como se fosse algo estanque e estático. Por isso, em nosso entendimento a referida temporalidade histórica tem seu início um pouco antes – já com o golpe¹⁰¹ em 1945 – e termina em 1964.

Em seguida aos tempos da Semana de Arte Moderna de 1922, o Brasil da década de 1950 conheceu grande florescimento no campo da arte e da cultura. *Mutatis mutandis* esse período está num momento em que a indústria cultural tem maior inserção nas classes sociais menos abastadas. Foi o momento do rádio.

A televisão ainda dava os seus primeiros passos, e o rádio foi a alma da comunicação no Brasil. O “sonho americano” parecia “atualizar” a Nação com

¹⁰¹ Alguns historiadores de matriz epistemológica liberal a exemplo do brasilianista Thomas Skidmore entendem que a queda de Getúlio Vargas não foi um golpe orquestrado pelas forças armadas, mas sim uma “abertura política” para a legalidade democrática. Cf. (SKIDMORE, 1975). O que, obviamente, discordamos.

vistas a uma tentativa de parear o Brasil à modernidade dos centros mais industrializados (MENDONÇA, 1996).

Os conteúdos radiofônicos eram ao vivo. Nestes, amplia-se rapidamente a presença da música popular em programas de auditório com destaque para o repertório carnavalesco que produziam suas “rainhas” e seus “ídolos”: é a sociedade de classes adquirindo *status* de identidade cultural. Ficaram famosos os programas de humor *Balança, mas não cai* – em que as personagens o “primo rico” e o “primo pobre” faziam o país vibrar de alegria (MENDONÇA, 1996).

No ambiente musical o tom de “desafinação” com as “melosas” “divas” do rádio com seus vibratos fortes se dá pelo surgimento de uma *nova batida*¹⁰²: é a Bossa Nova. Segundo o jornalista Ruy Castro em obra renomada sobre as histórias da Bossa Nova, foi em 1958 que surge o disco “Canção do Amor Demais” inaugurador do movimento de renovação da música popular brasileira. Contou com a participação de Elizete Cardoso no vocal e músicos como João Gilberto (violão) e Irazy Pinto (violino), entre outros.

Antônio Carlos Jobim foi o arranjador/compositor e Vinícius de Moraes entrou como letrista. Apesar de não ter tido êxito inicial - apenas 2000 cópias, o álbum ficou famoso com a difusão da Bossa Nova pelo mundo afora (CASTRO, 2008). O estilo revelava o desejo não apenas de renovação estética nas harmonias e ritmos, mas de os próprios setores da classe média urbana¹⁰³ revelarem-se como atores de uma sociedade que havia mudado de forma substancial. Ou seja, a classe média tentando se identificar e acompanhar o surgimento do *novo*. É o Brasil Novo, é o Cinema Novo, é a nova capital em processo de construção e idealizada pelos talentos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa

¹⁰² O que indica a literatura sobre musicologia, a *nova batida* foi uma invenção do próprio João Gilberto e consistia em modificar os tempos do samba tanto em suas células rítmicas e no seu andamento, mexendo em seus contratempos e sincopas.

¹⁰³ A cantora Nara Leão, não mais afeita com o movimento, chamou-o de “música de apartamento” e rompeu com a Bossa, pois esta não estava preocupada em fazer a crítica social, segundo ela. Obviamente que essa crítica da cantora não é o suficiente para abalizarmos peremptoriamente a Bossa Nova como tal. Seria necessário um estudo sociológico mais acurado e com uma mudança de “foco”.

A dramaturgia do cinema também conheceu uma explosão. O gênero de grande apelo social foi a *chanchada* – caricato e urbano – satiriza políticos, a classe média artistas, e até mesmo as grandes produções de Hollywood. Destaque especial é o aparecimento do *Cinema Novo*.

Em consonância com o nacionalismo da época é que surgem os Congressos de Cinema em 1952-53. Nestes congressos está a gênese de uma nova maneira de fazer cinema no Brasil. Segundo o sociólogo José Mário Ortiz Ramos, o cinema brasileiro refletia as duas tendências no que tange ao desenvolvimento econômico do país: “*uma mais ‘nacionalista’ se articulando de forma tática com o desenvolvimentista, e outra mais pragmaticamente ‘industrialista’, ligada mais ao ideário de JK [...]*” (RAMOS, 1983, p. 23). Assim, o Cinema Novo procurou se alinhar mais com a tendência tida como nacionalista.

A base estética do Cinema Novo está na esfera dos conceitos. É o auge do “cinema cabeça ou autoral”. Na prática isso se dava pelo lema “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Interessante notar que a temática problemas sociais sociais é o que dá o tom das produções cinematográficas. É o caso do filme *Vidas Secas* produzido por Nelson Pereira dos Santos – na verdade uma releitura da obra homônima escrita por Graciliano Ramos – e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, do diretor Glauber Rocha.

Vidas Secas foi lançado em 1963 e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* em 1964 – momentos em que o PCB estava a par das lutas pela terra na União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e que em 1963 resultou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sem falar na atuação das Ligas Camponesas e nas medidas de reforma agrária das Reformas de Base do governo João Goulart. Nota-se que ambas as produções acima citadas retratam a questão da terra e a situação de penúria em que viviam os trabalhadores rurais como ficou demonstrado nos episódios de Formos, Trombas e Porecatú.

Percebemos que muitos artistas estavam sensíveis a uma elemento importante: a Revolução brasileira como antifeudal, a necessidade de reflexão

sobre o problema no campo e da distribuição das terras. Transversalmente ao tema da Revolução Brasileira não se deve deixar de lembrar o fenômeno político-ideológico que configurou a sociedade brasileira da década de 50: o nacionalismo.

A importância de entendimento desta categoria é imprescindível para a análise de qualquer investigação na área das ciências sociais que se pretende estudar o Brasil dos anos 1950. Ainda, esse conceito analítico é extremamente importante para entender a categoria central desta pesquisa: a Revolução brasileira.

Em 1954 Dante Moreira Leite trazia a público seu famoso ensaio "*O Caráter Nacional Brasileiro*". A publicação dessa obra é um reflexo dos debates em torno do nacionalismo. O autor discute com grandes nomes como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

A defesa central da obra é que as diversas noções de "nacionalismo" não representaram "*a autêntica tomada de consciência de uma nação, mas obstáculos para que um povo se torne livre de preconceitos*" (LEITE, 2002). Interessante notarmos que este ensaio é escrito no "coração" da década de 50, no ponto de inflexão político-institucional de crise política que se deu após o suicídio de Getúlio Vargas e o avanço da ideologia do nacionalismo pelos vários setores, inclusive, pelo PCB, em 1955, quando há a o apoio ao "o golpe preventivo" – ou o "golpe dentro do golpe" como preferem outros de setores "legalistas" do exército.

Outro elemento crucial nos debates sobre "nacionalismos"¹⁰⁴ é o surgimento do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) em 1956, órgão

¹⁰⁴ Desde o início do texto ela aparece, mas em contextos históricos diferentes. Segundo o Dicionário de Política organizado pelo filósofo político Norberto Bobbio, há diferentes significados para este termo. Identificamos neste dicionário que a ideia de nacionalismo teria surgido após a Revolução Francesa (1789) e que designa uma ideologia nacional que abrange num território tradição, língua, cultura etc., que estaria acima dos anseios de um grupo particular (um partido, por exemplo). Mas o termo nacionalismo também pode tomar forma como algo particularizado, um movimento político "[...] único e fiel intérprete do princípio nacional [...]" (BOBBIO, MATTEUCI, PASQUINO, 1986, p. 799). A primeira definição foi a que deu suporte ideológico para

do Ministério da Educação e Cultura. O ISEB congregava importantes intelectuais de matiz carioca e, pode-se afirmar, configurava-se como uma "*intelligentsia*" brasileira. Nelson Werneck Sodré, importante historiador marxista, foi um dos seus mais importantes professores.

O ISEB desempenhou um papel importante na disseminação e promoção de ideais nacionalistas. Desse período é a obra de Álvaro Vieira Pinto *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, (publicado em 1960; em realidade foi a aula inaugural do Curso Regular do ISEB, em maio de 1956). Toda essa "apologia" do ISEB ao *nacionalismo* foi combatida por setores liberais e conservadores (UDN, ESG, IPES, IBAD), bem como a grande imprensa (o Jornal *O Globo*, por exemplo), que defendia interesses de classe contra as Reformas de Base no governo João Goulart.

É evidente o nacionalismo do PCB à época, por exemplo, do governo JK. Apesar das severas críticas do partido ao governo, o PCB acreditava nas forças patrióticas¹⁰⁵. Podemos entender que a defesa, pelo partido, das forças nacionalistas, patrióticas em torno de uma suposta burguesia nacional¹⁰⁶, está no cerne da luta pela Revolução Brasileira e seu aspecto *nacional*.

a formação dos modernos Estados nacionais no século XIX (Itália e Alemanha, por exemplo). A segunda definição em citação direta identifica os "fascismos" surgidos na Itália (Na figura de Mussolini) e o nazismo alemão (Adolf Hitler). No entanto, o nacionalismo do ISEB não se identifica com nenhuma dessas definições. No ISEB o nacionalismo estava atrelado à ideia de defesa do "nacional", daquilo que é próprio do país (riquezas naturais, a indústria nacional, a "cultura" nacional etc). Também sobre o ISEB ver obra: "ISEB: fábrica de ideologias" de Caio Navarro Toledo.

¹⁰⁵ Para o PCB, seguindo a orientação da Declaração de Março de 1958, as forças patrióticas ou nacionalistas eram aquilo que chamavam de povo (as massas rurais, o operariado urbano, setores médios urbanos) e a burguesia nacional (fração de classe burguesa que teria, em momentos específicos da luta contra o imperialismo, uma propensão – devido a seus interesses de classe – a se constituir como nacional).

¹⁰⁶ Segundo o cientista político Antônio Carlos Mazzeo (MAZZEO, 1995), até o início da década de 1940, a burguesia dividia-se em dois setores: 1) o ligado ao imperialismo e; 2) o setor burguês identificado com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e a urbanização – a burguesia nacional (Para Lênin, a Revolução Burguesa pressupõe o desenvolvimento da "*urbe*". Cf. LÊNIN, I.V. *Dos Táticas de la socialdemocracia en la revolucion democratica*. In: Lênin, Obras Completas Tomo 11. Moscú, 1982). Vale ressaltar que para Mazzeo, a partir do governo JK, os ditos setores de uma suposta burguesia nacional já estavam "associados" ao capital internacional e este teria sido o grande erro do partido: o de não ter feito a análise

Este foi o ambiente sociocultural da temporalidade histórica que está sendo analisada. Procuramos apenas indicar, pincelar, alguns pontos altos de expressão da cultura¹⁰⁷ na década de 50. Não foi nossa pretensão fazer uma análise mais rigorosa, mas tão somente indicar como as questões referentes ao nosso objeto e temática estavam interligadas – ainda que indiretamente – ao ambiente sociocultural do período.

correta da conjuntura. Mas, para o PCB a burguesia nacional (fração de classe da burguesia) tinha o interesse no desenvolvimento de um capitalismo autônomo, desenvolvido, maduro que poderia levar a cabo um projeto de Revolução Burguesa. (Lembrando aqui que para Lênin, e o partido seguia os princípios do “marxismo-leninismo”, a Revolução Burguesa não necessariamente é feita pela burguesia, mas pelos setores do “povo”; sendo que a burguesia nacional era um setor propenso a “vacilar” nos decisivos momentos.

¹⁰⁷ Tomamos aqui o termo *cultura* em sua acepção antropológica (LARAIA, 2013).

3.2 A Revolução Brasileira na clandestinidade: do Manifesto de Agosto (1950) ao IV Congresso do PCB: o significado da morte de Vargas e os comunistas.

Getúlio Dornelles Vargas foi, talvez, a figura política mais emblemática da história do Brasil no século XX. Após quinze anos no poder (1930-1945), Getúlio Vargas volta à cena política nas eleições de 1950. Vence com relativa facilidade na coligação PTB/PSP (Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Progressista) com 48,7% dos votos¹⁰⁸. Sua política pautou-se pela linha nacionalista. O nacionalismo de Vargas procurou levar a cabo uma política econômica em bases nacionais ainda que fazendo algumas concessões às pretensões norte-americanas.

O governo Vargas propiciou a existência do BNDE¹⁰⁹ (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) em 1952 durante a vigência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Este banco teve importante papel na administração dos negócios públicos brasileiros: dava assistência técnica, entrosava capitais públicos e ou privado; realizou estudos e levantamento de dados econômicos.

Em relação à criação do BNDE, o periódico do partido, *Voz Operária*¹¹⁰, de agosto de 1952, em seis pontos denunciava o controle dos EUA, o Itamarati como sucursal do Departamento do Estado Americano, controle “ianque” do comércio exterior. Nota-se que o PCB fez acirrada oposição durante todo o período de vigência do governo Vargas (1951-1954). Era evidente que o PCB

¹⁰⁸ Os outros candidatos de expressão eleitoral foram Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional – UDN (29,7%) e Cristiano Machado – PSD (21,5%).

¹⁰⁹ O BNDE era ligado à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Juntos, criaram cursos de formação pessoal. O característico da CEPAL foi o de dar outra explicação ao processo inflacionário e defender a indústria com técnicas de política econômica. Além disso, muitos de seus intelectuais faziam a denúncia do capital externo.

¹¹⁰ Cf. *Voz Operária*, 16/08/1952, apud E. Carone, op. cit., p. 112-114.

não via com bons olhos um banco – mesmo que nacional – ligado ao capital externo.

Não se pode perder de vista que, neste momento (1954), o PCB estava na clandestinidade desde 1947, quando houve a cassação de seu registro pelo TSE¹¹¹ e de seus parlamentares. Assim, reagiu com relativo dogmatismo e sectarismo (VINHAS, 1982) à brutal repressão que vinha sendo imposta pelo reacionarismo do governo Dutra (1946-1950).

Em realidade, este quadro de clandestinidade mudava as concepções táticas do partido. O período que vai entre 1947-1954 mostrará um PCB voltado para a crítica radical em relação às suas concepções de Revolução Brasileira, conciliadora e defensora do Estado democrático. Segundo Reis Filho (2002), quando os comunistas voltaram à ilegalidade, reagiram com a radicalização revolucionária e foram importantes os textos políticos: Manifesto de Janeiro de 1948 e, principalmente, o Manifesto de Agosto de 1950¹¹².

O Manifesto de Agosto (1950) configura o governo Dutra como de “traição nacional” e resume a Revolução Brasileira em nove pontos. De forma significativa está a luta anti-imperialista contra Washington, a melhoria das condições de vida do proletariado urbano, a luta pela terra e a criação de um exército popular numa grande e poderosa FDLN – FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (VINHAS, 1982). Vale ressaltar que essa política está de acordo com o envolvimento do partido na campanha pela Petrobrás e sua atuação nas cidades de Formoso e Trombas¹¹³ (CUNHA, 2007) e a

¹¹¹ Tribunal Superior Eleitoral.

¹¹² Não entraremos em maiores detalhes sobre estes dois documentos do partido visto que não nos caberia espaço e prejudicaria o andamento da nossa linha de exposição (1954-64).

¹¹³ Foi uma revolta ocorrida no Norte do estado de Goiás entre 1950 e 1957 e que envolveu camponeses sem terra e grileiros. A luta travou-se no campo da política institucional e, principalmente da luta armada e teve ampla participação de militantes do PCB. Apesar de ter sido um dos únicos movimentos vitoriosos na luta pela terra, em 1964 seus líderes – com destaque para José Porfírio – foram cassados e torturados pela Ditadura Civil-militar de 1964 (CUNHA, 2007). José Porfírio encontra-se até hoje desaparecido. Sobre isso, há escasso material. Há, inclusive, um documentário do diretor Hélio Brito em parceria com a TV Cultura.

influência decisiva na greve geral dos 300 mil em São Paulo, em 1953. Diz o referido programa:

Para realizar esta tarefa histórica, saibamos organizar e unir nossas forças em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados¹¹⁴.

Mas o ingrediente maior do nacionalismo econômico varguista talvez esteja na criação da Petrobrás, votada pelo Congresso em 1953, aprovando, ainda, o monopólio estatal. “Curiosamente, o monopólio resultou de emenda constitucional proposta pela UDN, partido visto com defensor do capitalismo cosmopolita” (IGLESIAS, 2002, p. 265).

O tom nacionalista desagradava diversos setores da sociedade brasileira. Desde a classe empresarial, os militares ligados à ESG¹¹⁵ até os setores médios urbanos. O conjunto de contradições neste período inchava em elementos. Havia diversas contradições que emergiam no plano da política interna, na economia, na política, nos círculos militares, nos partidos. Getúlio Vargas e sua máquina governamental viam-se cada vez mais minados por forças da reação.

A UDN demonstrava acirrada oposição. Desde o começo do mandato, Getúlio Vargas, era acusado de continuísmo golpista. Denúncias de

¹¹⁴ Cf. Luiz Carlos Prestes. Manifesto de Agosto de 1950, 01/08/1950, apud, VINHAS, 1982, p. 152.

¹¹⁵ Escola Superior de Guerra. Criada em 1948, teve enorme influência norte-americana. Recebeu o título de “Sorbonne Militar” por suas “altas pretensões ideológicas”.

escândalos, favorecimento a jornais, acusação de corrupção e todo tipo de injúrias e calúnias – verdadeiras ou não – marcaram o governo de Vargas.

As polarizações se acirraram quando o ministro do Trabalho de Vargas anunciou, em 22 de fevereiro, o aumento de 100% no salário mínimo¹¹⁶. Diante disso, os militares¹¹⁷ advertiram Vargas que essa medida atravancaria as relações do governo com a oposição e seria necessária a destituição de seu ministro. João Goulart – o então ministro do trabalho – foi deposto, embora em 1º de maio – data significativa – Getúlio Vargas, em discurso ultrajante, comunicou que o aumento seria de 100% (SKIDMORE, 1975).

Isto levou os opositores ao desatino febril, principalmente os udenistas mais extremados. A grande mídia, como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, engrossou o tom contra o governo de Getúlio¹¹⁸.

De praxe, faltava um pretexto para o estopim das contradições. Na madrugada de 05 de agosto, o jornalista Carlos Lacerda caminhava com um major¹¹⁹ da aeronáutica na Rua Toneleiros, no bairro de Copacabana, quando foi vítima de um atentado à bala. Veio a óbito o oficial e Carlos Lacerda pouco se feriu. Bastou para a oposição estrebuchar. A “solução pacífica e honrosa” para a crise seria a “renúncia do Senhor Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República¹²⁰”.

A alta cúpula do exército também pleiteava a renúncia do presidente. Em 22 de agosto de 1954 os mais altos postos da oficialidade imputaram o

¹¹⁶ João Goulart era o ministro do trabalho e essa medida elevaria o salário de 1200 para 2400 cruzeiros mensais “aplicável, sobretudo, aos trabalhadores do comércio e indústria do setor urbano (SKIDMORE, 1975, p. 166)”.

¹¹⁷ Isto demonstra a influência que sempre teve o exército na vida política nacional. 82 coronéis assinaram aquilo que ficou conhecido como *Memorial dos Coronéis do Exército*, em fevereiro de 1954. Como veremos nas próximas páginas, o exército dará seu ultimato em 22 de agosto no conhecido *Manifesto dos Generais*.

¹¹⁸ Apenas o jornal *Última Hora* de Samuel Wainer defendeu o governo.

¹¹⁹ Era o major Rubens Florentino Vaz. Lacerda era precavido – por causa de seus desafetos político –sempre tinha ao seu redor oficiais.

¹²⁰ Edição do jornal carioca de 9/8/1954. Cf. *Correio da Manhã*, 09/08/1954, apud E. Carone, op. cit., p.55-57.

“Manifesto dos Generais à Nação”, no qual pediam “(...) a renúncia do atual presidente da República, processando-se a sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais¹²¹”.

Os militares queriam sua renúncia, a mídia fazia acusações inflamadas, a UDN queria o governo Vargas na “lama”. As esquerdas o acusava de “traição nacional”. Era uma clara tentativa de golpe por parte dos setores da oposição. Getúlio Vargas reuniu-se, a portas fechadas, com seu corpo ministerial na noite do dia 24 para fazer o “balanço da crise”. Em seguida à reunião, Vargas entrou para os seus aposentos e, na madrugada do dia 24, “apontou cuidadosamente a arma contra o coração e apertou o gatilho” (SKIDMORE, 1975, p.179).

Antes do suicídio, no entanto, deixou uma poderosa carta-testamento que balançou a Nação. Os veículos que transportavam jornais de *O Globo* foram queimados. A orla do bairro de Copacabana lotou milhares de populares e a multidão enfureceu diante da Embaixada dos Estados Unidos. Segundo o brasileiro Thomas Skidmore:

Autêntica ou não, a carta-testamento foi imediatamente aceita como tal pelo povo [...] Sua carta-suicídio era o apelo nacionalista mais vigoroso que jamais fizera [...]. Através de seu ato final de sacrifício, Getúlio neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado. Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político (SKIDMORE, 1975, p. 180).

O que isso tem a ver com o nosso objeto de pesquisa – o PCB? Quais são as permanências e rupturas em sua interpretação de Revolução Brasileira? É sabido que para o PCB as eleições de 1950, que levou Vargas de volta ao poder, não expressava a vontade da maioria de população brasileira, “*não*

¹²¹ Cf. (DORATIOTO; FILHO, 1991, p. 72, apud CPDOC/FGV, Impasses da democracia brasileira, p. 305).

haveria apelação para Vargas: o seu governo [...], é um governo de preparação para a guerra e de traição nacional, é um governo inimigo do povo” (FILHO, 2002, p. 81). Tanto que nestas eleições o partido propôs o voto em branco. Esta orientação do partido estava em consonância com a sua formulação de Revolução Brasileira do período que vai da ilegalidade do partido (1947) até o IV Congresso (1954).

Importante perceber que a morte de Getúlio Vargas provocou na esquerda pecebista um aturdimento levando a um *turnover* político. Essa reviravolta iria minar as teses esboçadas no IV Congresso, como veremos adiante.

No tocante às regras constitucionais assume o vice de Getúlio, Café Filho. O Comitê Central do partido reunido no dia 1º de setembro, publica no seu periódico *Voz Operária*¹²², um Manifesto caracterizando Café Filho como um ditador em oposição a “Governo Vargas”. Vê-se aí uma mudança no discurso. Outrora Vargas fora identificado como de “traição nacional”. Agora, os termos são outros: o texto coloca “governo” em oposição à “ditadura”. O que muda, então, é em relação à caracterização do governo Vargas outrora de “traição nacional”; e após a morte do líder trabalhista, a imperiosidade premente de coligação com os “irmãos trabalhistas”.

Neste manifesto é terminante a intenção do partido. Em face da “ameaça” que, supostamente, trazia Café Filho, o partido conclama o “povo” brasileiro na unidade da defesa das liberdades de imprensa, sindical, na defesa da Constituição. O Manifesto não permite dúvidas: o momento exigia que “trabalhistas e comunistas se deem fraternalmente as mãos” nas lutas “em defesa das leis sociais já conquistadas¹²³”.

Fazia-se indispensável, então, que o “povo” se unisse em “ampla frente democrática de libertação nacional”. Que para isso, o PC não abrisse mão da campanha eleitoral no sentido de educar as grandes massas populares e

¹²² Cf. *Voz Operária*, 11/09/1954, apud E. Carone, op. cit., p. 120-123. O Manifesto foi publicado no *Voz Operária* no dia 11/09/1954.

¹²³ *Ibid.*, p. 120-123.

“ganha-las para o Programa de salvação nacional apresentado pelo Partido Comunista do Brasil”.

Terminantemente, o PCB, convidava “todas as forças políticas¹²⁴” a unir-se contra “as forças da reação e do entreguismo¹²⁵” em torno de uma plataforma democrática no sentido de instruir as grandes massas populares e “ganha-las para o Programa de salvação nacional apresentado pelo Partido Comunista do Brasil¹²⁶”. O Manifesto terminava na forma de interjeição:

Concidadãos! Tudo fazemos para participar ativamente do próximo pleito eleitoral! Unamo-nos todos em defesa da Constituição! Viva a união de todas as forças democráticas para barrar o caminho à ditadura terrorista com que ameaçam a nação os generais golpistas e os politiquieiros reacionários serviçais dos imperialistas norte-americanos! Viva a unidade da classe operária! Operários e operárias, camaradas trabalhistas, vinde reforçar as fileiras do Partido Comunista, o Partido de Prestes! Viva a União de todos os patriotas em ampla frente democrática de libertação nacional! Abaixo os traidores e assassinos! Viva o Brasil livre, independente e progressista! (CARONE, 1982, p. 123).

Na publicação do dia 02 de outubro do periódico *Voz Operária*, Luíz Carlos Prestes divulgava a tentativa de golpe das forças políticas reacionárias que se depararam com os vigorosos movimentos populares que demonstrou o poder popular nas ruas. Prestes insistia – seguindo a mesma orientação do Manifesto – na união de todos os patriotas contra essas forças que são as culpadas pela complicação da situação econômica dos trabalhadores.

¹²⁴ *Ibid.*,

¹²⁵ *Ibid.*,

¹²⁶ *Ibid.*,

No texto do referido periódico¹²⁷, Prestes nomeia alguns dos generais fascistas e golpistas: Eduardo Gomes e Juarez Távora¹²⁸ que – aliados aos udenistas – “dirigem” a “ditadura” de Café Filho com a clara intenção de “vender” o Brasil aos trustes internacionais colocando o “povo” à mercê das vontades de Washington.

Mas o ponto exordial da ideia de Prestes neste artigo é fazer um convite explícito aos trabalhistas¹²⁹. Prestes compreendia que a conjuntura política do ano de 1954¹³⁰ os colocavam em situação de união: *“Trabalhistas e comunistas, lutamos contra o mesmo inimigo que é o imperialismo norte-americano, lutamos contra seus agentes em nosso país – os generais fascistas e os politiqueros reacionários da UDN¹³¹”*, dizia prestes.

A análise destes documentos da imprensa do partido corrobora o *turnover* nas concepções táticas/estratégica dos pecebistas. Doravante o PCB voltava-se para os trabalhistas numa clara tentativa de união política, mesmo na ilegalidade. Sobre isto, assegura Nelson Werneck Sodré:

Participando dessa luta, sob as ameaças do golpismo direitista, os comunistas colocavam-se na vanguarda da questão democrática [...] como quando lutavam pelo monopólio estatal do petróleo e defesa de nossas riquezas minerais, colocavam-se na vanguarda da questão nacional (SODRÉ, 1984, p. 13).

¹²⁷ *Ibid.*,

¹²⁸ Tanto este, como aquele, foram destacados *tenentistas* e opositores da “República Velha”.

¹²⁹ Políticos do PTB e ou alinhados com a ideologia do trabalhismo de Getúlio Vargas.

¹³⁰ A conjuntura que Prestes se refere foram os acontecimentos de tentativas de “golpe” da União Democrática Nacional (UDN) gerando instabilidade político institucional que culminou no suicídio de Getúlio Vargas. Ver ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954 In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹³¹ Cf. *Voz Operária*, 02/10/1954, apud E. Carone, op. cit., p. 123-126.

Subsequente à morte de Getúlio, seguiram-se os preparativos para o IV Congresso que foi realizado entre os dias 7 e 11 de novembro. É neste Congresso que o Partido formulará sua concepção de Revolução Brasileira. Predominava um clima de “mandonismo” e dogmatismo. Moisés Vinhas lembra que, neste momento, *“de um grande partido de massas havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado”* (VINHAS, 1982, p. 134).

O “centralismo democrático” era percebido como manipulação e “servilismo”. Demonstra isto o episódio em que Gregório Bezerra¹³² não pode participar, pois teria sido vetado pelo “poderoso nº 2” – Diógenes de Arruda Câmara. (VINHAS, 1982).

Nada se questionava no IV Congresso. João Saldanha chegou a ser apontado como tendo ideias e sentimentos típicos do “chauvinismo paulista” quando tenta elaborar projeto político para São Paulo. O Comitê Central argumentou que as concepções de João Saldanha não se “ajustava” às prédicas do partido.

Foram escolhidas, de maneira unânime, 31 pessoas para o Comitê Central, dos quais destacaram: Luís Carlos Prestes, Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Agildo Barata, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighela e Jacob Gorender. Também 15 suplentes: em que podemos ver a presença de Octávio Brandão, dirigente histórico do partido entre 1922-30, e Moisés Vinhas. Desse universo, nove tinham formação militar¹³³. Havia sindicalistas, empregadas domésticas¹³⁴, professoras, jornalistas etc. A composição social do Comitê Central era bastante heterogênea.

¹³² Militante atuante nas bases partidárias, apesar de ter sido ex-deputado constituinte em 1946. Bezerra desempenhou importante papel como organizador de lutas no meio rural em Pernambuco.

¹³³ Luís Carlos Prestes, Maurício Grabois, Agildo Barata, Apolônio de Carvalho, Benedito de Carvalho, Ivã Ribeiro, Agliberto de Azevedo, Orestes Timbaúva e Lincoln Cordeiro Oest.

¹³⁴ A militante Olga Maranhão e Iracema Ribeiro ambas do Rio de Janeiro.

O Informe de Prestes é taxativo sobre a atual etapa que vivia o Brasil. Diante da conjuntura internacional, em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tinha um papel importante na luta contra o imperialismo norte-americano e da conjuntura nacional, em que Café Filho seguia a receita dos monopólios americanos, Prestes colocava que o Programa é de “salvação nacional”. Em sua atual etapa, a Revolução Brasileira era democrático- popular e de luta contra o imperialismo, agrária e antifeudal.

Democrática, pois deveria lutar contra os generais fascistas de Café Filho que queriam de roldão levar a democracia – ainda que burguesa – e os “elementos patrióticos” ao fim. Ao que tudo indica, os elementos patrióticos eram aquelas massas que foram às ruas por Getúlio e os “irmãos” do PTB.

Ponderemos com mais acuidade e rigor histórico¹³⁵ porque aquela atual etapa da Revolução Brasileira era caracterizada como anti-imperialista e antifeudal na análise dos congressistas. A análise que o Comitê Central faz era de que, o Brasil, apesar da independência política obtida em 1822, da abolição da escravidão em 1888, da queda da monarquia em 1889, “*não modificaram no fundamental o caráter semifeudal e semi-escravista da sociedade brasileira*” (CARONE, 1982, p. 127)¹³⁶.

O Programa do Partido mencionava naquela ocasião uma “dupla opressão”: a dos imperialistas e dos “restos feudais” que são os responsáveis pela pauperização a que vive o “povo”. Neste conjunto, o partido ainda identificava a burguesia brasileira.

Na leitura do partido, esta se dividia dialeticamente em dois grupos que se reconheciam em alguns interesses e circunstâncias, mas que eram opostas em relação ao desenvolvimento nacional. Uma parte era ligada aos trustes internacionais em concerto com a burguesia agrária (os latifundiários); a outra, a parte restante, refletiria os interesses da indústria nacional: deseja a ampliação do mercado interno. Nesta perspectiva, era “acertada” a visão do

¹³⁵ Pela análise das fontes documentais escritas, mais bibliografia selecionada sobre o assunto.

¹³⁶ Cf. *Problemas*, Nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, *apud* E. Carone, *op. cit.*, p. 126-136.

partido de que a burguesia nacional tinha um papel a cumprir no novo regime, o democrático-popular.

Mas havia ressalvas: para o partido, a burguesia nacional tendia ao vacilo. Economicamente e politicamente era débil, não sendo capaz de levar a frente a “bandeira da democracia e da independência nacional¹³⁷”. Sobre as relações com a burguesia nacional, a *Revista Problemas*¹³⁸ publica:

Seria um erro que enfraqueceria o campo das forças anti-imperialistas e antifeudais, confundir a burguesia nacional com as forças do campo feudal-imperialista, assim como subestimar a significação que tem a burguesia nacional, especialmente no estágio atual do movimento revolucionário brasileiro, pela sua influência nas fileiras da pequena burguesia, das massas camponesas e mesmo de parte da classe operária. Semelhante atitude levaria a uma política sectária e ao isolamento dos comunistas de grandes massas do povo, quando a vitória da revolução exige ganhar essas massas para o lado do proletariado, arrancá-las da influência da burguesia nacional e do nacional-reformismo. Sem amainar a luta econômica pelos seus interesses de classe, contra a exploração burguesa, trata-se para o proletariado de lutar e marchar junto com a burguesia nacional contra os imperialistas norte-americanos e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas (CARONE, 1982, p. 133).

No Brasil da década de 1950, quase toda a população brasileira era constituída por massas camponesas vivendo, segundo o partido, em situação semicolonial e semifeudal. Soma-se a isto, que, na análise dos congressistas, a contradição fundamental era entre imperialismo *versus* Nação e entre os restos feudais *versus* “povo brasileiro”. Obviamente, imperialismo e restos feudais eram os inimigos do Brasil.

¹³⁷ *Ibid.*, p.133.

¹³⁸ Cf. *Problemas*, Nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro e 1955, *apud* E. Carone, *op. cit.*, p. 126-136.

A tarefa a que os comunistas estavam incumbidos era a de livrar o Brasil da influência norte-americana e pugnar por transformações radicais na democracia, pois: “a Revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal” (CARONE, 1982, p. 128).

No que concerne ao problema camponês, o partido entendia que interessava ao imperialismo norte-americano que o país conservasse uma “minoría reacionária” proprietária de terras. O Programa do Partido entendia que a necessidade de confisco da terra dos grandes latifundiários, entregando-a aos camponeses despossuídos ou com pouca terra. O programa também refletiria a necessidade de abolir as relações sociais de exploração semifeudais.

Em resumo: a ideia central das teses do IV Congresso do PCB, em relação à questão agrária, era que o Brasil continuava no atraso por circunstância do latifúndio e dos resquícios feudais. O latifúndio semifeudal impediria o desenvolvimento no campo, tornando os camponeses, miseráveis e sem condições para comprar os bens que necessitava; muito menos vender seus produtos (matérias-primas) às indústrias. Isto geraria diversos problemas sociais, como o êxodo rural e a inflação dos bens de primeira necessidade nos centros urbanos – ou seja – elevados custo de vida da classe trabalhadora das cidades.

Na edição da *Revista Problemas*, de 1954, para o êxito vitorioso da Revolução Brasileira, era imprescindível que os camponeses adquirissem na própria luta a consciência revolucionária para o desmoronamento do “atual regime de latifundiários” e “grandes capitalistas”¹³⁹.

O programa prognosticava como solução imediata a nacionalização da terra e a partilha entre todos os camponeses, não importando se rica ou pobre, bem como a manutenção da terra enquanto propriedade privado e não coletiva.

¹³⁹ Cf. *Problemas*, Nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, *apud* E. Carone, *op. cit.*, p. 126-136.

Para a vitória da Revolução brasileira, o essencial agora é que os camponeses adquiram na própria luta a consciência da necessidade da destruição revolucionária do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas. Por isso o Programa do partido não levanta a reivindicação de nacionalização da terra, tem em conta a manifesta vontade da massa camponesa que, em nosso país, reclama, e acima de tudo, a distribuição da terra sob a forma de propriedade privada [...] Nestas condições, a massa camponesa que constitui a maioria da população do país, todos os camponeses médios e mesmo os camponeses ricos – podem ser ganhos para o lado do proletariado e devem constituir seu principal aliado. É possível e indispensável a aliança com todos os camponeses (CARONE, 1982, p. 132).

O Programa do Partido fundamentava a liquidação do atual governo que estaria a serviço dos imperialistas norte-americanos. Os comunistas deviam lutar, então, por um novo regime, o democrático-popular. Pois a atual “etapa” em que se encontrava, para a esquerda pecebista, a Revolução Brasileira, não seria possível a ditadura do proletariado, tampouco previa uma ditadura da burguesia. Seria pelas mãos do proletariado – classe dirigente da Revolução Brasileira – que se “criará um poder de transição para o desenvolvimento não capitalista do Brasil¹⁴⁰”.

Para o partido é o proletariado na figura do seu partido de vanguarda (o PCB) que criaram, nas condições históricas objetivas, o regime democrático-popular. Em que consistia, para o PCB, esse novo regime? O regime democrático-popular teria como base econômica os capitais confiscados das empresas norte-americanas e dos “elementos traidores da burguesia nacional”. Previa, ainda, tirar o Brasil do campo da guerra (EUA) e estabelecer vigorosos laços com o campo da paz (URSS). Qualquer tentativa ao contrário seria entendida como a liquidação da Revolução Brasileira em sua perspectiva democrática.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 134.

Portanto, como ficou demonstrado pela bibliografia e os documentos históricos, as *resoluções* do IV Congresso eram “letra morta”. Se de um lado tanto o governo do Catete (Vargas-Café Filho) fora identificado como de “traição nacional”, um mês depois da morte de Vargas os comunistas já configuravam uma mudança de posição e, em 1955, apoiam a chapa eleitoral PSD-PTB, com Juscelino Kubitschek para presidente e o ex-ministro do trabalho de Getúlio – João Goulart – como vice e, como moeda de troca, os comunistas esperavam a legalização do PCB (SANTOS, 2003). Por isso que o programa-mínimo de 1955 propõe: 1. Liberdades democráticas e legalidade para o PCB; 2. Política externa de paz; 3. Melhoria das condições de vida para as classes trabalhadoras, bem como a luta pela reforma agrária; 4. Defesa de uma política nacional de petróleo e minérios (VINHAS, 1982, p. 176).

3.3. A Revolução Brasileira diante dos golpistas (1955)

A morte de Getúlio Vargas causou verdadeira atribulação política. A princípio, como dissemos, o suicídio de Vargas dá um impacto nas forças golpistas que rondavam o poder do Estado. Café Filho assume e demonstra que sua política estava voltada aos interesses da classe dominante. Mas qual burguesia? A primeira, aquela ligada aos trustes internacionais; ou a segunda, aquela burguesia que se identificava com o nacionalismo varguista – que trazia em seu bojo o desenvolvimento independente da economia nacional?

Café Filho chegou ao cargo da Presidência da República em 24 de agosto de 1954 e, por motivos de saúde, deixou o cargo em 8 de novembro de 1955. Seu ministério era constituído por vários nomes que tinham aversão a Vargas. Destacamos: Eduardo Gomes (Aeronáutica) da UDN, derrotado nas eleições de 1950, Eugênio Gudin (Fazenda) conhecido tecnocrata na área da economia e reconhecido liberal com fortes ligações com a UDN e os capitais estrangeiros. Ao lado de Gudin, estava o também liberal Otávio Gouveia de Bulhões. Segundo o historiador, Francisco Iglesias, sobre Café Filho,

O velho político não tinha a garra de outros tempos. Cerca-se sobretudo de gente adversa ao presidente, e estas pessoas pensam que vão mandar agora. De fato, Café Filho fez um ministério com conhecidos udenistas (IGLESIAS, 2002, p. 267).

Após a enfermidade de Café Filho, assumiria Carlos Luz, Presidente da Câmara que não chegou a assumir formalmente. Percebendo um clima de golpismo, o homem forte do governo – o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott – interdita a posse: *“Ele não passa o cargo ao novo governo”* (IGLESIAS, 2002, p.268). O Brasil vive momentos de rara apreensão. Teixeira

Lott era um militar convicto em resguardar a Constituição. Não vacilava. Estava alinhado com a linha nacionalista. Lott passa a faixa presidencial a Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Carlos Luz e seu grupo golpista tenta instalar o governo indo de navio até a cidade de Santos e, não conseguindo desembarcar, volta ao Rio de Janeiro: “[...] a viagem fora apenas um passeio tenso” (IGLESIAS, 2002, p. 269).

Café Filho tem alta e quer reassumir a presidência, mas o Congresso o impede. Essa decisão do Congresso foi entendida como “um ato de salvação nacional” para o PCB¹⁴¹:

A decisão do Congresso Nacional contra a volta à presidência da República do sr. Café Filho traduz a vontade da maioria esmagadora da nação, é um ato de salvação nacional e conta com isto com o aplauso entusiástico de todos os patriotas e democratas que lutam em defesa da soberania nacional contra a ingerência do opressor norte-americano nos negócios internos de nossa pátria (CARONE, 1982, p. 142).

Chegavam as eleições de 1955. Candidataram-se: Juarez Távora (UDN), outro segundo lugar, desta vez com 30,2% dos votos. O eleito foi Juscelino Kubitschek na chapa PTB-PSD com 35,7 da votação (SCHMITT, 2000). Neste ínterim¹⁴² Nereu Ramos firma-se no poder entregando a faixa presidencial para Juscelino Kubitschek no dia 31 de janeiro de 1956 ficou pouco tempo no poder.

Os episódios que marcaram as pretensões golpistas de Carlos Luz entrou para a história como o “movimento de 11 de novembro”. Na verdade, foi mais uma tentativa de golpe udenista que encontrou em seu caminho o contragolpe de Lott – ou o golpe dentro do golpe.

¹⁴¹ Cf. *Voz Operária*, 19/11/1955, apud, E. Carone, op. cit., p. 142.

¹⁴² Novembro de 1955 a janeiro de 1956.

Ante a esses acontecimentos a imprensa pecebista teve valioso papel. O Comitê Central lança uma propaganda de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD) e ao candidato a vice, João Goulart (PTB)¹⁴³. Citamos alguns trechos da propagando no periódico *Voz Operária*¹⁴⁴:

Unamo-nos para impedir no país a implantação de uma ditadura fascista [...] O Partido Comunista do Brasil apoia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos srs. Juscelino Kubtschek e João Goulart [...] Derrotemos nas ruas, de maneira esmagadora, a candidatura do sr. Juarez Távora [...] Não há tempo a perder. Lancemo-nos com ardor à campanha eleitoral. O Partido Comunista do Brasil concita¹⁴⁵ o povo a criar milhares de Comitês Eleitorais, nas empresas, nos bairros, nas cidades e nas vilas [...] Através de comícios, assembleias, debates públicos, do rádio, de manifestações de massas é nosso dever esclarecer o povo, alertá-lo ante as ameaças golpistas, convencê-lo da necessidade e da Constituição, de suas conquistas e de seus direitos. Todos as urnas a 3 de outubro! Derrotemos os inimigos do povo! (CARONE, 1982, p. 139).

Os comunistas expressam grande indignação frente ao “grupelho” fascista. No *Voz Operária* são nomeados alguns nomes, que segundo a reportagem, teriam Café Filho como um dos golpistas: Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Carlos Luz, Pena Boto, Jurandir Mamede, Honorato Pradel, Cordeiro de Farias, Tasso Tinoto, Alcides Etchegoyen e Menezes Cortes. Diante dessas forças políticas, o PCB chamava, em “ampla coalização de forças”, todos aqueles setores patrióticos e empenhados com a democracia e as liberdades previstas na Constituição.

¹⁴³ A lei eleitoral daquela época não indicava que ao ser eleito o presidente, automaticamente seu vice também estaria eleito. Ao contrário, o eleitor podia votar, separadamente, para os cargos de presidente e vice-presidente.

¹⁴⁴ Cf. *Voz Operária*, 24/09/ 1955, *apud*, E. Carone, op. cit., p. 136-139.

¹⁴⁵ Incita, chama.

As eleições e as tentativas de golpe em 1955 tiveram grande impacto na consciência dos militantes pecebistas. No pleito de outubro de 1955, o PCB fez ostensiva campanha como demonstra a citação acima. Contudo, o IV Congresso do partido havia há pouco sido realizado e já, na prática, caíra em desuso.

Na análise do historiador Daniel A. Reis Filho, o programa de 1954 demonstrara-se antiquado “no momento mesmo de sua edição”, que só pode ser creditada à política centralizadora dos delegados que o aprovaram: “*não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público*” (FILHO, 2002 p. 82).

3.4 O XX Congresso do PCUS (1956): a Revolução Brasileira em processo de mudança

A teoria de Revolução Brasileira contida no IV Congresso, que se orientava no sentido de uma revolução “antifeudal e anti-imperialista” e na derrubada do governo por uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), descarrilou de vez diante das denúncias, no XX Congresso do PCUS¹⁴⁶ (1956), de “crimes” do “maquinista da história” – Josef Vissarionovitch Stalin – por Nikita Krushev.

O “relatório secreto” – como ficou conhecido – denunciava o “culto à personalidade de Stálin” na URSS e no Movimento Comunista Internacional (MCI) e as “barbáries” cometidas, como as execuções, processos falsos, uso indiscriminado da força etc. Claro está que o XX Congresso do PCUS põe em dúvida ao MCI o marxismo-leninismo codificado por Stálin.

Diante disso, o PCI¹⁴⁷ interpreta que tal “relatório secreto” deva servir como “um incentivo para sair da inércia, do burocratismo de tantos anos de stalinismo”. O Secretário-geral do PC americano – Eugene Dennis reconhece a validade do “relatório secreto”. Eugene Dennis:

[...] chega a detalhar, para arrepio dos comunistas brasileiros – torturas, processos, farsa contra velhos líderes bolcheviques etc, - mas também proporá até mesmo a popularização das decisões do XX Congresso para melhorar a imagem do socialismo no mundo (SANTOS, 2003, p. 234).

¹⁴⁶Partido Comunista da União Soviética.

¹⁴⁷ Partido Comunista Italiano.

O XX Congresso do PCUS foi copiosamente publicado pela mídia internacional. O PCB manifestou-se dizendo que as notícias não eram mais que invenções da CIA¹⁴⁸. Demorou quase oito meses para que o Comitê Central se manifestasse. Nem mesmo na V Conferência de junho daquele ano, o partido fez sequer menção ao XX Congresso.

A verdade é que, se o *presidium*, ou seja, a Comissão Executiva, não se manifestou, a imprensa pecebista¹⁴⁹ foi quem, pioneiramente, sem o consentimento do Comitê Central, abriu o debate. Militantes como Pinto Ferreira, na edição de 6 de outubro de 1956, publica uma matéria em que deveria abrir-se os debates vinculando o “relatório secreto” aos erros de análise na formulação da Revolução Brasileira. Na mesma edição, João Batista de Lima vinculava o “culto à personalidade” às análises toscas do partido em relação à conjuntura brasileira (SANTOS, 2003).

Aos desdobramentos destes debates surge uma corrente renovadora (“abridistas”) e uma corrente conservadora (os “fechadistas”). Estender ou não o debate? Intervindo, o Comitê Central, num claro tom de reprovação, buscará por intermédio do *Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB: sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS*, conduzir os debates. O Balanço que se seguiu pode ser lido nos trechos páginas deste Projeto:

O XX Congresso do PCUS deu grande destaque ao princípio leninista segundo o qual o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e coletivo [...] Iguamente foram criticados alguns erros teóricos de Stálin e sua atividade como dirigente [...] O Culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo. É uma concepção idealista que freia a capacidade de iniciativa dos militantes do partido e das massas, impede o desenvolvimento criador da teoria e da prática revolucionárias [...] Reconhecemos agora nosso erro e tudo faremos para corrigi-lo [...] Conquanto a submissão da minoria à maioria deva ser rigorosamente observada em todo o partido, é importante observar a conveniência de vir a ser

¹⁴⁸Central Intelligence Agency (*lit.* "Agência Central de Inteligência").

¹⁴⁹*Imprensa Popular* de circulação no RJ; *Notícias de Hoje* de SP e, também, o *Voz Operária*.

assegurada à minoria o direito de manter e defender sua opinião [...] (CARONE, 1982, p. 143-54).

Em realidade, o XX Congresso causou novo aturdimento nos comunistas que já vinham sofrendo pequenas fraturas na base. Na ocasião, o comitê regional de São Paulo escolhe por romper com a estrutura do mandonismo, que era típica do PCB. Consentiu que as decisões de cúpula devessem ser ampliadas para os comitês regionais. Na mesma linha, o comitê do Ceará discrepou do IV Congresso.

Este evento, como até agora caracterizou a bibliografia que propomos investigar, gerou uma conflituosa luta no seio do Comitê Central, que levará o partido a uma nova concepção de *partido revolucionário* e, conseqüentemente, outra forma de pensar a Revolução Brasileira.

O XX Congresso do PCUS, em agosto de 1956, trará na ordem do dia o debate sobre quais os caminhos que o partido iria tomar. Não apenas o PCB levou o choque como os demais partidos comunistas alinhados pela *Kominform*¹⁵⁰. O historiador Daniel Aarão Reis Filho escreveu como reagiram os líderes do partido:

O Comitê Central reuniu-se para ouvir a delegação em agosto. Foi enorme, como se pode presumir, a perplexidade. O Deus virara Demônio. O 'genial guia dos povos' não passava de um apocalíptico criminoso. Khrutchev simplesmente demolira o 'maquinista da locomotiva da História'. Entre muitos, a perda da inocência, o desgosto, náuseas e vômitos. Ainda assim, conservou-se o silêncio. Até quando seria possível manter uma frágil folha de parreira cobrindo aquelas vergonhas cada vez mais escancaradas? (FILHO, 2002, p. 83).

¹⁵⁰ À época escritório de correspondência do partidos comunistas do mundo inteiro – localizado em Praga, capital da extinta Checoslováquia, hoje capital da República Checa.

Na mesma direção Moisés Vinhas nos aponta que as denúncias do “sistema do culto à personalidade” de Stálin foi como um “raio em céu azul” - mas desta vez nos arraiais do partido. Em princípio a “reação de avestruz”, ou seja, adiar o quanto possível a discussão (VINHAS, 1982, p. 178).

Prestes, até então em silêncio, publica uma carta ao Comitê Central. Neste escrito, conhecido como a *carta-rolha*, o secretário geral manifesta intensa indignação. O partido não deveria, segundo ele, entrar em circunstância de auto-liquidacionismo. Era inaceitável, nas fileiras do partido, atacar a URSS e o PCUS, inclusive o marxismo – a teoria do proletariado. Advertia aos militantes pelear pela unidade partidária¹⁵¹.

De modo que a celeuma que se seguiu em relação as discussões em torno do XX Congresso do PCUS levou à saída da Comissão Executiva o antigo grupo dirigente “stalinista” (Arruda, João Amazonas e Grabois) que se formara durante a CNOP. Adentraram para a Comissão Executiva nomes como Giocondo Dias e Mário Alves. Formou-se, um grupo de cúpula (*conciliadores*) que ratificava o Projeto de Resolução que tratou de afastar o anterior grupo “stalinista” da Comissão Executiva e neutralizar os renovadores, ou seja, os conhecidos “abridistas”.

Agildo Barata, mais importante líder dos renovadores, em março de 1957, fez duras críticas ao Projeto de Resolução, fundamentalmente quando discorda veementemente das teses do IV Congresso. A concepção de Revolução Brasileira de Agildo Barata perscrutava em formar uma frente única como prolongamento da aliança operário-camponesa, não um governo de libertação nacional como proposto pelo IV Congresso.

O ideal para Barata seria uma frente única na luta por um governo nacional e democrático, na defesa da soberania nacional e da coexistência pacífica. Segundo o dirigente, a frente deveria introduzir o debate para a inclusão no país de um “democratismo” que poderia levar as massas a um nível altíssimo de consciência. Contudo, Agildo Barata foi excluído pela

¹⁵¹Cf. *Voz Operária*, 24/11/1956, *apud*, E. Carone, op. cit., p. 154-160.

corrente conciliadora.

No mês de abril, na resolução sobre a unidade do partido, o Comitê Central alegou encerrados os debates em torno do XX Congresso.¹⁵² Em realidade o Projeto de Resolução serviu como primeira referência aos perplexos militantes impactados pelo XX Congresso e sintetizou os debates, sobretudo do que diziam os renovadores sobre a política do partido. Moisés Vinhas aborda os resultados das lutas internas:

A essa altura, duas grandes tendências ganharam corpo. A primeira, tendo a frente o ex – tenente Agildo Barata [...] A segunda, a da maioria da Comissão Executiva, profundamente comprometida com o *status quo* anterior, resiste a qualquer preço à mudança. No meio, os conciliadores, que num primeiro momento reforçam a “esquerda” contra a “direita” e, uma vez liquidada esta, “cortam a cabeça” daquela (VINHAS, 1982, p. 180).

Em suma, O XX Congresso do PCUS coloca o PCB numa crise de organização. Ademais: *era uma crise de interpretação da Revolução Brasileira*. O que estava em jogo mesmo era: como o partido deveria se organizar? De início manifestaram-se os “abridistas”, que se concentraram na figura de Agildo Barata. Ficaram conhecidos como renovadores.

A reação aos renovadores veio do “grupo forte” (fechadistas) e comprometido com a linha “stalinista”. Surge na figura de Prestes uma linha conciliatória (o grupo baiano), que acaba por destituir o antigo grupo dirigente defensor das teses do IV Congresso¹⁵³. Esse grupo de conciliadores serão os responsáveis pela *Nova Política*, a Declaração de março de 1958 (OLIVEIRA, 2013).

¹⁵²Cf. *Voz Operária*, 20/04/1957, *apud*, E. Carone, op. cit., p. 160-165.

¹⁵³Foram excluídos da Comissão Executiva: Arruda, João Amazonas, Grabois e Sérgio Holmes.

3.5 A Declaração de Março de 1958: modernização da teoria de Revolução Brasileira

A carta-rolha – como ficou conhecida a advertência de Prestes sobre o estardalhaço que vinha ocorrendo sob os efeitos do XX Congresso do PCUS – tentou estancar a sangria a que vivia o partido em uma de suas maiores crises de unidade. O dirigente comunista alertava o partido que, apesar de o livre debate ser importante, seus membros deveriam respeitar três pressupostos: não desacreditar a teoria de Marx (a teoria revolucionária); não ir contra a URSS e o PCUS; defender o PCB e a unidade do partido.

Apesar da carta, os debates continuaram até abril de 1957 quando o Comitê Central o considerou, de fato, terminado por uma Resolução sobre a unidade do partido. Em seguida o PCB marginaliza os autodenominados “renovadores” que tinha como expressão o militante Agildo Barata – considerado como um revisionista de direita – e o grupo de Diógenes Arruda que fora tachado como “sectários de esquerda”.

Assim, surge a “Declaração Sobre a Política do PCB” de março de 1958 que trazia uma nova concepção de política e de Revolução Brasileira – em suma – um programa político novo bastante diferenciado do ponto de vistas de suas teses e resoluções daqueles contidos no manifesto de janeiro (1948) e manifesto de agosto (1958) e que apontavam, agora, uma nova caracterização do processo revolucionário e da estratégia e tática a ser posta em prática pelo PCB.

Essa nova política colocava a existência de um novo quadro de contradições que impossibilitava o desenvolvimento econômico e social e político do Brasil. As relações de produção semifeudais na agricultura estariam em plena contradição com as possíveis forças produtivas em desenvolvimento. A Nação em contradição com o imperialismo e seus “agentes internos”. Estas seriam as contradições básicas da sociedade brasileira naquele momento histórico para o partido. Burguesia e proletariado constituíam, também, uma contradição importante, mas que não determinava uma radical solução, ao

menos enquanto não se resolvessem as contradições básicas.

Deste modo, a caracterização do processo de Revolução Brasileira pautava-se por ser anti-imperialista, ou seja, lutar contra as ingerências das potências capitalistas e dos “trustes internacionais”; antifeudal, isto é, a necessidade de uma ampla reforma agrária para barrar o atraso no campo e livrar as massas camponesas da opressão dos latifundiários; democrática e nacional para barrar os agentes internos ligados ao imperialismo e que “entregavam a nação” e suas riquezas, bem como eram aliados à exploração da classe trabalhadora.

A objetivação das metas a que se propunha esta nova política seria possível pela articulação da Frente Única: forças políticas do proletariado, pequena burguesia, campesinato, setores da burguesia que poderiam se constituir como nacional, pois a que deveria estar mais interessada no desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil.

Esta nova política reconhecia, portanto, o desenvolvimento capitalista do país, o avanço do mercado interno, a aceleração das indústrias de base, o crescimento do proletariado urbano e o possível surgimento de uma fração da burguesia, que por interesses opostos aos do imperialismo, poderia vir a ser constituir como “nacional”.

Essencial momento desta pesquisa foi a análise da Declaração de Março de 1958. Para enriquecimento, tentamos observar as análises das principais bibliografias sobre o tema. As consultadas são unânimes de que foi um momento único, um ponto de inflexão na forma de interpretar a Revolução Brasileira.

Não satisfeitas nossas perguntas teóricas, resolvemos recorrer a fontes diferenciadas para a melhor compreensão de como o PCB formulou sua *nova* concepção de Revolução Brasileira. Uma das estratégias metodológicas foi a procura de materiais disponíveis em outros meios informacionais. Nas buscas *online*, nos deparamos com rico material em forma de documentário, em que

foi entrevistado o intelectual-militante Jacob Gorender¹⁵⁴.

Diante daquela situação em que emergiu um novo grupo dirigente, Jacob Gorender observa que era preciso tirar o partido da esfera política do Manifesto de agosto (1950). Era premente formular uma linha política diferente. O grupo a qual pertencia Gorender foi o responsável pela elaboração dessa nova política. Deste modo, Mário Alves e Gorender tiveram alguns encontros com Giocondo Dias (que à época era secretário geral e protetor de Prestes – o “verdadeiro secretário”).

Nestas reuniões, os dois militantes teriam convencido Giocondo Dias da urgência de renovação do partido, mas que isto deveria ser feito à revelia do Comitê Central¹⁵⁵. Giocondo Dias foi convencido a discutir com Prestes sobre a proposta, que terminou por dar anuência. Porém, o documento seria assinado e apresentado por Prestes. Observa-se uma importante descrição daquele momento feita por Jacob Gorender: “[...] o redator fui eu, posso dizer isso agora. Eu fiz a redação que é, claro, foi apresentado ao grupo que, também, fez modificações, obviamente [...]” (min 21:00-22:00)¹⁵⁶.

Gorender afirma que a Declaração de março (1958) teria sido escrita de próprio punho, por ele. Isto é surpreendente, pois choca-se com as informações da totalidade da bibliografia consultada durante nossa investigação. E isto deve ser colocado em relevo, pois a bibliografia diz ter sido, a Declaração, escrita por Prestes¹⁵⁷. A Declaração de Março trouxe uma

¹⁵⁴ Em forma de documentário, esta entrevista foi produzida pela TV Câmara. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/MEMORIAS/186448-JACOB-GORENDER---A-ESQUERDA-REVELADA.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁵⁵ Vale lembrar que o Comitê Central havia decidido, como lembra Moisés Vinhas, elaborar um documento para analisar “os reflexos do sistema do culto à personalidade dentro do PCB”. No entanto, esse documento, apesar de escrito por Moisés Vinhas, Jover Telles, Sérgio Holmos, Leivas Otero e Francisco Gomes, é rechaçado e substituído pelo anteprojeto intitulado “Declaração de Março”. (VINHAS, 1982, p. 181).

¹⁵⁶ *Ibid.*

¹⁵⁷ A obra mais significativa indicando que a autoria da Declaração de Março pertence a Prestes é *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil* do cientista político Antônio. Segundo Mazzeo em alusão à Declaração de Março: “Essa nova formulação aparece claramente no documento escrito por Prestes, em 20 de março de 1958, no

novíssima orientação para a Revolução Brasileira. De maneira que a leitura que o partido fazia na Declaração era a de que a sociedade brasileira vivia duas contradições fundamentais. De um lado, a contradição entre Nação *versus* imperialismo norte-americano e seus agentes internos. De outro, “as forças produtivas em desenvolvimento” e as “relações de produção semifeudais na agricultura” (RODRIGUES, 1997).

Naquele momento histórico, no entendimento dos comunistas, era necessário que a teoria de Revolução Brasileira se inclinasse dirimir as contradições fundamentais. A contradição entre capital e trabalho não exigiria uma solução radical naquela conjuntura. Na seção IV da Declaração de Março está contida notadamente esta noção:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na atual etapa de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre nação e imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura [...] A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes dos país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática (NOGUEIRA, 1980, p. 13).

qual se explicita o conteúdo da linha política do PCB”. (MAZZEO, 1999, p.87). Cf. MAZZEO, Antônio Carlos. Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1999. Ressaltamos que Mazzeo o coloca assim, pois a Declaração de Março tem a assinatura de Prestes (obviamente porque Prestes era o Secretário Geral do partido) e não de Jacob Gorender. Mais, Mazzeo escreveu Sinfonia Inacabada em 1999 e, Gorender deu essa entrevista em à TV Câmara no ano de 2009. Infelizmente, não temos como saber a verdadeira autoria, pois tanto Prestes como Jacob Gorender já estão mortos. Mas acreditamos que isso não é relevante quando consideramos a resultante histórica deste documento político para o partido. Se foi Prestes ou não, o fato é que ele assinou pois estava convencido de que as teses ali esboçadas eram as que deveriam nortear a concepção de Revolução Brasileira.

Nitidamente, o partido entendia que era preciso a criação de uma Frente Única Nacionalista e democrática para opor-se aos agentes internos do *entreguismo* (a burguesia agrária, o capital financeiro internacional monopolista, e os políticos e generais comprometidos com os primeiros). Desse modo, o partido apostou no caminho pacífico para a Revolução Brasileira: reformas na democracia pela combinação de ações políticas parlamentares e extraparlamentares.

Essa Frente Única compor-se-ia, contudo, como bem expressa o documento, na luta política do "povo" contra os grupos mais reacionários da sociedade brasileira. Neste ponto, povo é entendido *basicamente como*:

[a] burguesia nacional", proletariado e campesinato. Dito isto, "A etapa contemporânea da Revolução brasileira, assim caracterizada, implicaria a necessidade de formação de uma frente única ao mesmo tempo nacionalista e democrática (SEGATTO, 1989, p. 93).

De forma que o documento conclui a Revolução Brasileira como antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. Em suma, é a volta à política de conciliação de classes do período 1945-47. No entanto, em outro contexto de organização do capitalismo global e da relação da burguesia brasileira no contexto mundial – cada vez mais orientado à monopolização.

Em sua obra *Combate nas Trevas*, Gorender chama a atenção a este aspecto ressaltando o caráter ilusório que a Declaração de Março destacava: "(...) a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo (...)"(GORENDER, 1987, p. 31). O PCB, estrategicamente, abrirá mão de sua hegemonia política –

como entende alguns autores¹⁵⁸ - a partir da Declaração Política de 1958 para configurar sua "noção" de Revolução Brasileira (antifeudal, antiimperialista, nacional e democrática em ampla frente única).

É insatisfatório entendermos as mudanças nas concepções táticas e estratégicas do PCB, baseando-se apenas nas lutas endógenas pela direção do Comitê Central. O capitalismo, num contexto mundial, orientava-se cada vez mais ao entrelaçamento das finanças e à monopolização (OLIVEIRA, 2013). Soma-se a essas questões a instabilidade no movimento comunista internacional após a dissolução da III Internacional¹⁵⁹. Na análise de Antônio Carlos Mazzeo, a crise profunda que se instalou no PCB após o IV Congresso, foi a *particularidade brasileira* da crise no movimento comunista internacional e a dissolução da *Kominform*. (MAZZEO, 1999).

Para Mazzeo, mesmo mantendo o ideal libertador – “presente em todas as formulações do partido” a Declaração de março trazia uma nova interpretação sobre o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para o partido o capitalismo teria condições de se desenvolver. E, em consequência do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, poderia emergir uma “burguesia nacional” com traços progressistas e que poderia ser fundamental na luta contra as forças políticas mais retrógradas.

As tarefas democráticas da Revolução Brasileira centrar-se-iam na formação de uma Frente Nacionalista: os patriotas da burguesia nacional, a pequena burguesia e o proletariado urbano e rural (MAZZEO, 1999).

O que nos autoriza a falar em mudança é o fato de que ela “aceita a tese de coexistência pacífica” (VINHAS, 1992) recusando uma leitura de que o capitalismo, naquela fase, seria catastrófico: o proletariado, no Brasil, sofre mais da ausência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, retoma-se a

¹⁵⁸ Cf. ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo, Boitempo, 2011

¹⁵⁹ O fim da III Internacional Comunista (1919-1943), deve-se, entre outros fatores, ao fato de que a URSS lutava na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências capitalistas ocidentais contra os países do “eixo” (Alemanha, Itália e Japão, principalmente). Ver: TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

questão da democracia em bases nacionais afirmando a via pacífica da Revolução Brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Considerações finais

A *gênese* do PCB pode ser encontrada, no plano interno, nos movimentos de luta da classe trabalhadora, seja pela via do anarcossindicalismo ou pela via do social-reformismo, nas primeiras duas décadas do século XX. No plano externo, foram as contradições capitalistas na Europa com a guerra imperialista e, também, na ação dos bolcheviques na Revolução Russa de outubro de 1917.

O estouro da Revolução Russa vai imprimir profunda cisão no movimento comunista internacional. Assim, surge em 1922 o PCB como mais um elemento da *modernidade* que se expressou na industrialização/urbanização e conseqüentemente a constituição de classes sociais bem definidas.

É imperioso assinalar ainda que o partido constituiu-se como elemento aglutinador das diversas lutas políticas que vinham sendo desenvolvidas pelos anarquistas, antes hegemônicos. O PCB teria, então, a tarefa de, nesses primeiros anos, travar a luta ideológica não apenas com os representantes do capital, no campo do inimigo de classe, mas também com a fração anarcossindicalista, no campo das disputas intra-classe.

O caráter da Revolução Brasileira fora nos tempos do grupo dirigente originário (1922 – 1930) e, depois contra as investidas do “fascismo” estadonovista, a luta política contra a burguesia e se constituía numa revolução de tipo *operário-camponesa*,

No período final do Estado Novo, a política de União Nacional conjugada pela CNOP tratou de operar a Revolução Brasileira como de caráter *nacional-democrática* no embate com as estruturas feudais e semifeudais e contra o imperialismo e seus “agentes internos”.

O fim do Estado Novo significou um novo momento na história política do Brasil. O término da Guerra propiciou que novas forças políticas pudessem

voltar à cena para fazer a *pequena política*¹⁶⁰ – que outrora fora tirada da fração americanista e que, a partir de 1945, passou a se configurar nos partidos burgueses, sobretudo na UDN que passou a fazer intensa propaganda anti-Vargas. Foi possível, no entanto, a aliança PSD-PTB – representação do latifúndio e *trabalhismo*, respectivamente – na configuração de um tenso bloco no poder.

A Declaração de março pode ser compreendida como fruto de uma longa crise na formulação de Revolução Brasileira desde o suicídio de Getúlio Vargas, o IV Congresso, passando para os eventos das eleições de 1955, o impacto do XX Congresso do PCUS (1956), seguindo-se da crise de organização partidária. Fato é que foram necessárias várias cisões (“abridistas”, “fechadistas”, renovadores, conciliadores etc), até chegar a essa nova concepção.

Esboçamos uma anatomia sumária do que foram as resoluções acerca da Revolução Brasileira no IV Congresso. Buscamos chamar a atenção para os fatos das correlações entre a política institucional (morte de Vargas, Governo Café Filho etc.) e como isso modifica a própria noção de Revolução Brasileira no interior do PCB. Ficam, portanto, implícitas aqui nossas posturas metodológicas: o nosso objeto histórico (PCB) muda sua condição de *ser no mundo* conforme muda a *realidade*. O objeto não é estático. O objeto transforma-se, movimenta-se conforme o estado da luta de classes¹⁶¹. Tanto é assim, que conferimos haver algo mudando nas consciências partidárias quando os comunistas – mesmo não abandonando as teses sectárias do

¹⁶⁰ Para Gramsci há a grande política e a pequena política. No entendimento de Carlos Nelson Coutinho, importante intérprete de Gramsci no Brasil, “a pequena política atua nos quadros da ordem existente, é a política do corredor, do parlamento etc”. Carlos Nelson Coutinho. Entrevista à Revista TEORIA E DEBATE, n.52 (julho de 2002). Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/carlos-nelson-coutinho?page=full>. Acesso em: 25 jul. 2017.

¹⁶¹ Não estamos querendo dizer que a luta de classes ocorra nos meandros da política institucional. Tão somente, indicamos que a política institucional como política do Estado-burguês, reflete, também, a luta de classes na vida nacional.

Manifesto de Janeiro (1948) e do Manifesto de Agosto (1950) – já estavam inclinando-se para os trabalhistas¹⁶².

Nos anos em que o PCB teve sua legalidade, o Comitê Central avaliou que era possível a via ao socialismo nos marcos da democracia parlamentar. Ou seja, a revolução nacional-democrática e mesmo a revolução socialista teriam passagem de forma gradual e sem grandes solavancos.

Ademais, (parece que) os comunistas esqueceram, ainda que por rápido período, a concepção de ditadura do proletariado. Havia a percepção de que a sociedade brasileira dos anos 50 era distinta da Rússia da Revolução de Outubro e “da mesma forma que Lênin encontrou uma solução russa para o caso russo, caberia ao PCB encontrar uma solução brasileira para o caso brasileiro”¹⁶³.

O PCB, a partir de sua política de União Nacional, buscou integrar-se na estrutura político-partidária da República burguesa e teve que coadunar-se dialética e taticamente dentro das regras constitucionais. Era evidente que o Partido fazia a *pequena política* no Parlamento.

O apoio a Getúlio Vargas significava ao PCB vantagens, que não eram poucas: dava livre passagem para a atuação no movimento operário sindical, colocava os comunistas em contato com a base social urbana do PTB e estabelecia que o partido pudesse gozar das prerrogativas das liberdades constitucionais.

No entanto, o PCB não abriu mão de atuar em segmentos sindicais, como ficou exemplificado na criação do MUT e dos *Comitês Democráticos Populares* que tiveram grande atuação na estrutura sindical corporativista e setores populares, respectivamente.

¹⁶² Há uma discussão na historiografia se o partido ficou ou não a reboque dos trabalhistas, de que aqui não nos ocuparemos. Mais detalhes: Cf. ANTUNES, Ricardo. O Continente do Labor. São Paulo, Boitempo, 2011.

¹⁶³ Discurso de Prestes na Assembleia Constituinte em 17/08/1946, *apud*, (PANDOLFI, 1995, p. 164).

Assim, também se deve levar em conta que, apesar de na Conferência da Mantiqueira, o Comitê Central – seguindo sua orientação de União Nacional – ter colocado a defesa intransigente da figura de Vargas e tudo o que sua política representava (o *trabalhismo*), Prestes adverte que os fatos não se processaram dessa maneira e que o apoio a Vargas seria naquele momento específico entre 1943 e início de 1945. Reforça-se essa posição quando da deposição de Vargas por um golpe de Estado em que o partido *a priori* não manifestou maiores indignações. Embora Getúlio Vargas, ainda que incitado pelos comunistas a resistir ao golpe, declinou em favor de seus interesses de classe.

Argumentou-se à exaustão na historiografia que o PCB teria ficado a reboque do *trabalhismo* e que no período 1945-47 o partido teria buscado aliança com a "burguesia nacional", mas que nenhuma *fração burguesa* se mostrou disposta a esta aliança¹⁶⁴.

O que torna este argumento frágil é a confusão conceitual em torno da política de União Nacional. Não se demonstra em nenhum momento que o partido tenha buscado esta suposta aliança e a própria iniciativa de lançamento da candidatura presidencial de Yedo Fiúza é um indício de que o partido – fazia, sim, a *pequena política* com fins táticos e estratégicos – buscou autonomia de atuação no jogo político da democracia burguesa.

Em suma, teria mesmo o partido buscado aliança tácita com a burguesia nacional? E isto o teria levado a ficar a reboque do trabalhismo? Parece-nos mais a defesa tática da ordem para o fortalecimento da organização partidária do que “aliança”. Entre 1944-47 observou-se que a política era de União Nacional na luta contra as forças nazifascistas em âmbito mundial.

No Brasil, o objetivo do PCB era indicar o caminho para instaurar um regime democrático-burguês e para isso o partido procurou concitar a burguesia brasileira de que este seria o melhor caminho dada a aliança EUA-

¹⁶⁴ Segundo o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida: “A linha política adotada pelo PCB nesses dois anos privilegiou a aliança com a burguesia nacional. O problema foi que nenhuma fração burguesa manifestou qualquer disposição para se aproximar dos comunistas” (ALMEIDA, 2003, p. 89).

URSS-Reino Unido. Igualmente, as estratégias da esquerda italiana e francesa eram bastante similares às do PCB.

Em 1954 Getúlio Vargas “sai da vida para entrar na história” e o PCB entra na cena da história querendo sair da ilegalidade¹⁶⁵. Seu IV Congresso, de linha dogmática e sectária – fruto da enorme repressão durante o governo Dutra –, começa a ser um “cheque sem fundo”. Não tinha mais valor na base partidária. Veremos que seu núcleo duro sob o bastião de Diógenes de Arruda Câmara perdurará até 1956 com um evento que balançou o partido e dividiu opiniões acerca da teoria da Revolução Brasileira contida no IV Congresso. Este evento foi o XX Congresso do PCUS. Vemos que a partir daí a concepção do partido sobre a Revolução Brasileira começa lentamente a mudar de forma.

Mas serão as querelas entre “fechadistas” e “abridistas” na imprensa “pecebista” que dará lugar a um novo grupo dirigente – os conciliadores – e que serão os responsáveis pela renovação da teoria da Revolução Brasileira expressa no famoso documento político – A Declaração de Março de 1958.

A Declaração Política de 1958 significou uma nova atuação do partido. O PCB abandona a linha sectária e passa a atuar no dia a dia da cidade com seus escritórios abertos. Mas é no V Congresso que podemos perceber uma formulação mais refinada dessa nova política.

Se antes predominava a construção de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e a formação de um exército popular para derrubar o “governo de traição nacional”, agora, no V Congresso o partido engendra uma Frente única nacional e democrática com os setores patrióticos: a classe trabalhadora urbana e rural, os setores médios e a burguesia nacional.

¹⁶⁵ Entre 1945 e 1964 o PCB só gozou de liberdades políticas até 1947 quando seu registro foi cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STE). De 1947 a 1954, o PCB rejeitou a legalidade política. Apenas com a morte de Vargas (1954), o partido passa a rever essa política “isolacionista” e começa a elaborar muito timidamente o anseio da “volta à legalidade”. Mas é a partir da Declaração de Março de 1958 que a política de voltar à legalidade fica mais clara, sendo que de 1961 a 1964 o partido fez intensa campanha pública no sentido de os órgãos institucionais ratificarem o seu registro. Cf. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 119-120.

Foi a teoria de Revolução Brasileira, forjada na Declaração de Março e ratificada no V Congresso, que guiou os comunistas do PCB durante os três últimos anos de “experiência democrática” (1961-64).

Obviamente, o PCB não estava preparado para o golpe-civil militar. Superestimou uma ala pequena da burguesia nacional e não mediu as reais correlações de força. Esses desvios de análise são frutos de uma não renovação da teoria de revolução. Ademais o partido valorizou amiúde a via pacífica para o socialismo e creditou sua hegemonia no trabalhismo de Jango.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ALVES, Giovanni. Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicalistas. In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo, Boitempo, 2011.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2012. (*versão digital*).

CARONE, Edgard. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Ruy. **Chega de Saudade: a história a as histórias da Bossa Nova**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração 1922-1972**. Tradução de Celso Moura Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Título original: *The Brazilian Communist Party: conflict and integration 1922-1972*.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1954)**. São Paulo. Ed. Unesp, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Aconteceu longe demais – a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1994.

DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln. Edgard Carone. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil**. V. IV. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. De um século a outro: trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1960). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935**. Oficina de livros, 1990.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo – o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo. Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FURTADO, Celso. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar In: FURTADO, Celso et al. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 3).

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 3ª ed. São Paulo. Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.v. 2; 2011, v. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Concepção dialética da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Cuadernos de la Cárcel**. Tomo 5. Puebla (México): Ediciones Era, 1999.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IGLESIAS, Francisco. **Trajétoria política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo. Cia. Das Letras, 2002.

KARNAL, Leandro. *et. al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6ª ed. São Paulo. Editora Unesp, 2002.

LÊNIN, I.V. *Dos Tacticas de la socialdemocracia en la revolucion democratica*. In: Lênin, Obras Completas Tomo 11. Moscú, 1982).

_____. **Que Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. **Ilusões Constitucionalistas**. 2.ed. São Paulo: Kairós, 1985.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v.1, t. 1. Título original: *Das Kapital*.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 20ª ed. Tradução: Maria Lucia Como. São Paulo Paz e Terra, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. Astrojildo Pereira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina. *As bases do desenvolvimento Capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, Editora UnB: 1982.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, Filho e outros. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crisações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim (org.). **História do Marxismo Brasileiro: Teorias. Interpretações**. V. III. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

NÉRÉ, Jacques. **História Contemporânea**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 2.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel. Título original: Précis D'histoire Contemporaine.

NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré: o general da História e da Cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **PCB: vinte anos de política, 1958-1979**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

OLIVEIRA, Eder Renato. **O Surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB): O Brasil na Aurora da Modernidade (1922-1930)**. In: XXV Congresso de Iniciação Científica (2ª fase), 2013, Barra Bonita - SP. XXV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2013.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-dumará Fundação Roberto Marinho, 1995.

PRESTES, Anita Leocadia. **Da insurreição armada (1935) à união nacional (1938-1945): a virada tática na política do PCB.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50/60/70.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964.* In, RIDENTE, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60.** V.V. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB.** São Paulo: Novos Rumos, 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização.** In, História geral da civilização brasileira. t.3, v.3. O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930-1964). Sob a direção de Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Raimundo. *Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50.* In, MORAES, J. Quartim. FILHO, Daniel Aarão Reis Filho. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil. O impacto das revoluções.* V. I. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000).** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

SCHWARCHZ, Lília Moritz. ; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias.** São Paulo: Cortez, 2002. (*Coleção Questões da Nossa Época*).

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB.** 2ª ed. Belo Horizonte, Oficina de Livros: 1989.

_____. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964).** Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Breve História do PCB.** São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas: 1981.

SEYFERTH, Giralda – **“Antropologia e a Teoria do Branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda”.** Revista do Museu Paulista 1985, nº. 30.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

SPRIANO, Paolo. *O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra (1938-1947)*. In, HOBBSAWM, Eric (org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. V. X. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VARELA, Glória. **Jacob Gorender - A Esquerda Revelada**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/MEMORIAS/186448-JACOB-GORENDER---A-ESQUERDA-REVELADA.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VIANNA, Marly. A, G. A ANL (Aliança Nacional Libertadora) In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VINHAS, Moisés. **O Partido – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo, Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco Correa. **O Populismo na Política Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WOLKMER, Antonio Carlos. **O Terceiro mundo e a Nova ordem internacional**. São Paulo: Ática, 1989.

Bibliografia consultada

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Partido Comunista, capitalismo e democracia**. 1992. Tese de Doutorado. Tese apresentada à FFLCH/USP.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. Heitor Ferreira Lima. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DULLES, John WF. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Nova Fronteira, 1977.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social**. 2. ed. São Pauo: Expressão Popular, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JULIANI, Alexandre. **Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil**. 2016. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/137952>. Acesso em: 03 dez. 2016.

LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2013.

LOVATTO, Angélica. Leôncio Basbaum. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil da Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945): as esquerdas no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, M. de A. G. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VILAR, Pierre. **Historia de España**. Barcelona: Austral, 2013.